



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal, nº0009/CMP/20 de 27/03/2020

Aos vinte e sete dias do mês de Março de dois mil e vinte, nesta cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas nove horas e trinta minutos, teve lugar a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal, estando presentes, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, a Senhora Vereadora Dra. Ana Cristina Jorge Gonçalves, o Senhor Vereador Dr. Michâel da Mota António, o Senhor Vereador Eng. Narciso Ferreira Mota, a Senhora Vereadora Dra. Odete Alves, o Senhor Vereador Dr. Pedro Brilhante, o Senhor Vereador Dr. Pedro Martins e o Senhor Vereador Eng. Pedro Filipe da Silva Murtinho comigo, Clara Leita, Assistente técnica, que secretariei.

Nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 35º da lei 75/2013, de 12 de setembro, a presente reunião ordinária da Câmara Municipal de Pombal, foi realizada por videoconferência. A reunião não foi aberta ao público no âmbito das medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, previstas no artigo 3.º n.º 2 da Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março.

De seguida entrou-se na discussão e votação dos seguintes pontos da ordem do dia, relativamente aos quais abaixo se dá por reproduzido o teor das deliberações.

1. Período antes da ordem do dia

Presidente da Câmara Municipal:

“Cumprimento todas as pessoas que nos estão a seguir através das redes sociais – porque esta reunião, como é uma reunião pública, está também a ser transmitida.

Como sabem, por ocasião deste período, foram lançadas medidas excecionais e temporárias relativamente ao funcionamento dos órgãos autárquicos, através da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, onde se prevê a possibilidade de realização até ao dia 30 de junho das reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais previstas para os meses de abril e maio; a suspensão até 30 de junho da obrigatoriedade da realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos dos órgãos dos Municípios e das freguesias, e dos órgãos deliberativos das entidades intermunicipais, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia, sempre que tecnicamente viável.

E portanto, é isso que hoje faremos, utilizando esta possibilidade que a Lei salvaguardou em devido tempo, evitando que essa relação de acompanhamento deixasse de ser feita.

E portanto, vamos dar início à nossa reunião, precisamente com esta situação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Eu começaria, talvez, no período de antes da ordem do dia, pelos últimos dados conhecidos – nós ainda não temos a situação epidemiológica das dez da manhã do dia de hoje, 27 de março, mas temos muitas modificações relativamente àquilo que foi apresentado ontem, através da comunicação que congrega os dados da ARS, do Serviço Nacional de Saúde, e que são transmitidos pelo Centro de Saúde de Pombal, em articulação também com o Comando Distrital.

Ontem, nós tínhamos dezasseis cidadãos no nosso concelho em vigilância ativa, cento e oitenta e oito em vigilância passiva, e tínhamos doze casos confirmados – oito na Freguesia de Pombal, dois na Freguesia do Carriço, e dois na Freguesia da Ilha. Tínhamos também confirmados três óbitos, que estão integrados nestes doze cidadãos que eu referi, enquanto confirmados. E portanto, em termos práticos, diria, considerando já o falecimento de três pessoas, seriam nove casos confirmados. Tivemos ontem diversas evoluções relativamente à situação epidemiológica, nomeadamente aquilo que são os efeitos nos lares, com situações mais preocupantes, como sabem – até porque foram tratados já pela comunicação social, nos casos onde cidadãos já vieram a falecer, oriundos desses lares, concretamente na Cumieira, e uma situação que, felizmente, não tem nenhum óbito, relativamente ao lar da Ilha, onde existe uma utente que está internada.

E portanto, a situação hoje vai ter, com certeza, desenvolvimentos. Ontem entregámos às autoridades de saúde os resultados das análises que foram realizadas anteontem, por iniciativa municipal. E eu queria começar por dizer, sobre este assunto, dois pontos muito distintos. O primeiro é o de esclarecer os Srs. Vereadores que ao contrário do que foi dito, esta iniciativa foi absolutamente articulada com as autoridades de saúde. Eu tenho aqui os e-mails que foram trocados entre a Associação da Cumieira e entre o lar da Ilha, que inequivocamente apresentam a informação à Autoridade de Saúde – e eu, por exemplo, leio aqui o do Centro Social da Ilha, do dia 23 de março, às quinze e cinquenta e oito, em que a Diretora Técnica nos informa que conforme recomendações da Unidade de Saúde Pública de Pombal – Leiria, anexa tabela com os dados de todas as pessoas que contataram diretamente com o utente. Como já foi mencionado, o transporte foi partilhado, nos dias 9, 11 e 13, e portanto, continua com uma descrição da situação. O mesmo acontece com a comunicação que a Associação da Cumieira remeteu diretamente para a USP de Pombal, e também aqui para a Câmara, fornecendo os dados da Cumieira, com um conjunto de pessoas que tinham diretamente contactado, quer com a colega de quarto de uma das senhoras que veio a falecer, quer também a identificação do senhor que faz diálise, e que estava também debaixo de uma situação mais crítica – caso, aliás, que foi ontem transportado para o hospital, depois de muita insistência, e que estará agora a receber o respetivo tratamento. E portanto, calculo que durante a nossa reunião tenhamos novos dados que nos possam tranquilizar relativamente a esta situação, os dados atualizados. A informação que eu disponho, de ontem, é que o lar da Cumieira continua a funcionar, e que, de acordo com a comunicação que já no final do dia o Presidente da Direção me deu, não há ainda instruções para que as pessoas sejam testadas.

Dito isto, quero também acrescentar-vos que não é verdade – e quero sublinhar, não é



MUNICÍPIO DE POMBAL

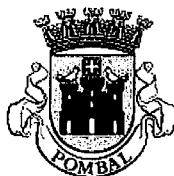
0009/CMP/20

27-03-2020

verdade – que em alguma circunstância a entrega de equipamentos de proteção individual feita pelo Município para qualquer instituição, IPSS ou lar privado, de alguma forma tenha constituído uma entrega contra qualquer tipo de pagamento. Não é verdade, e é importante que aqui fique esclarecido e absolutamente afastada essa possibilidade.

Queria também informar a Câmara que a partir da próxima segunda-feira teremos a funcionar a chamada Área Dedicada de Covid. A Área Dedicada de Covid, como tivemos ocasião de falar já na reunião extraordinária, está pronta, ontem estiveram os serviços partilhados do Ministério da Saúde a finalizar as ligações informáticas devidas, e vamos ter, portanto, oito gabinetes a trabalhar, como sendo um Centro de Saúde, especificamente vocacionados para o acompanhamento das doenças do foro respiratório e associadas ao Covid-19, estarão no Pavilhão das Atividades Económicas, que está devidamente organizado. A partir de agora – amanhã, o mais tardar – começará essa campanha junto das redes sociais, e a cidade terá também a sinalética que orientará os automobilistas e as pessoas que procurem o Centro de Saúde para qualquer circunstância deste foro. Deixem-me adiantar-vos que anteontem, na reunião que tive com toda a equipa, quer do ACES do Pinhal Litoral, quer com a equipa do Centro de Saúde de Pombal, os casos que estávamos diariamente a atender no Centro de Saúde de Pombal, com estas patologias, ou com estas referências, eram cerca de seis casos por dia – portanto, uma situação que, nessa data, ainda era bastante tranquila, face àquilo que, infelizmente, noutros pontos do país já se verificava. E portanto, a partir de segunda-feira, todos esses casos serão acompanhados, das oito às vinte – creio que neste primeiro dia começará um pouco mais tarde, para instalação dos profissionais, para todas as situações que tenham este tipo de circunstância.

O mesmo acontecerá relativamente ao funcionamento do centro de triagem, na ExpoCentro. O espaço está pronto, agora às dez da manhã teremos o António Monteiro, que acompanhará a equipa do laboratório que no âmbito da CIM ganhou o concurso, ou o procedimento que foi lançado para fazer as respetivas análises, reúnem hoje na Porta 2 do Estádio Municipal, juntamente com a equipa do ACES do Pinhal Litoral, de modo a que fiquem estabelecidos o funcionamento dos dois centros de triagem – o do Estádio Municipal e o de Pombal, sendo que no caso de Pombal acompanhará também todos os doentes do norte do distrito, e portanto, da nossa CIM – falo dos de Ansião, Alvaiázere, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos. E portanto, teremos aqui dois centros de triagem. Quem pode ir a estes centros de triagem? Apenas podem ir aos centros de triagem os cidadãos que tenham uma credencial emitida pelo respetivo Centro de Saúde – e neste caso, acrescentamos também pela tal ADC – Área Dedicada ao Covid. Isto é, apenas estes cidadãos podem usufruir do serviço, uma vez que foram triados pelo Serviço Nacional de Saúde, e poderão ter acesso a este meio. A CIM fez a aquisição de setecentos e cinquenta testes, depois do respetivo procedimento concursal, e portanto, estarão disponíveis para auxiliar toda esta alegada falta de testes e a dificuldade de os cidadãos poderem ser testados em conformidade. O que é certo é que as recomendações da Organização Mundial de Saúde são de que a prioridade é testar, testar, testar, e nós vamos sentindo que nem sempre é isso que acontece no nosso país, e aqui em Pombal também sinto que é uma matéria que não foi utilizada da forma que eu sentia que era necessária. Só para vos dizer que só ontem é que terão sido feitos os testes aos oito



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

cidadãos – neste caso, sete, porque um já estava internado – que fazem hemodiálise, e que, evidentemente, precisavam de ser rapidamente triados, porque são oito cidadãos que estão em lar – falo de oito que estão em lar – que fazem hemodiálise, e como calculam, é sempre uma vulnerabilidade os lares abrirem e fecharem com cidadãos que vão a lugares estranhos, para depois voltarem para o respetivo estabelecimento. E portanto, isso ainda não foi feito, só anteontem, é natural que hoje possamos ter algumas destas respostas.

Os serviços de desenvolvimento social da Câmara têm feito um trabalho diário de contato com todas as IPSS's e os lares privados – estamos a falar de mais de quarenta instituições – precisamente para irem monitorizando aqueles casos que possam precisar de auxílio, mas também em articulação com a intervenção que a Autoridade de Saúde de Pombal está a fazer diretamente com cada um destes estabelecimentos.

Dito isto, Srs. Vereadores, haverá, como calculam, muita informação para podermos trocar, fico depois também à disposição das vossas questões, relativamente à questão do Covid-19.

Queria aproveitar também, uma vez que é a primeira reunião em que o fazemos, e porque também é pública, para apresentar aquilo que alguns dos Srs. Vereadores já fizeram, de várias maneiras, fazendo várias observações, relativamente à avocação de pelouros que entendi fazer no dia 13. Os pelouros foram avocados por mim, foram distribuídos aos Srs. Vereadores que compõem o Executivo desta Câmara, nomeadamente a parte da cultura à Dra. Ana Cabral, a parte que se prendia com os transportes públicos ao Vereador Pedro Martins, assim como os recursos humanos, e o turismo ficou na minha dependência.

É importante fazer aqui uma referência objetiva sobre a circunstância que estamos a debater. A primeira é de que no início do ano passado, 2019, quando se reiniciou um processo de apreciação das condições de acumulação de funções dos trabalhadores desta casa, eu exarei um despacho, no dia 28 de março de 2019, em que, depois de uma proposta onde sinteticamente se pretendia renovar as comissões de serviço que tinham sido autorizadas até então, fiz um despacho no sentido de solicitar à Sra. Vereadora Ana Gonçalves a reapreciação de todos os pedidos – de acumulação de funções, bem entendido – reiniciando os procedimentos para verificação dos pressupostos, a reavaliação dos fundamentos e o controlo sucessivo do que foi autorizado. Concedo o prazo de noventa dias para este trabalho, no final, e se não concluído, cessarão todas as autorizações vigentes, o que significa que depois de exarar este despacho, a 28 de março de 2019, três meses depois todas as comissões de serviço ou acumulações de funções que não estivessem decididas, concluídas, apreciadas e aprovadas seriam cessadas.

A forma com que esta comunicação foi transmitida aos nossos trabalhadores subverte em absoluto os termos do meu despacho, desde logo porque ao invés de os informar que em noventa dias o processo teria que ficar resolvido, ou cessariam as autorizações vigentes, a redação que foi utilizada dizia: “Mais se informa que as autorizações já concedidas e vigentes que não venham a ser suscitadas na sequência deste processo cessarão no final do mês de junho de 2019, caindo, por isso, a autorização previamente concedida.” Significa, portanto, que não se trataria apenas de ser decidida a respetiva acumulação de funções; neste despacho, o que é escrito às pessoas é que venha a ser suscitada a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

apreciação dos respetivos pedidos, mudando substancialmente os termos do que estava estabelecido.

Eu tive ocasião, não só por escrito, mas também na presença dos restantes Vereadores do Executivo, a tempo inteiro, de solicitar esclarecimentos à Sra. Vereadora, para tentar perceber por que razão houve esta modificação do despacho do Presidente de Câmara, e até hoje não tenho nenhuma justificação que me consiga fazer perceber o que aconteceu. A matéria passa a ser particularmente grave se tivermos em atenção que no mesmo dia 13, eu instaurei um processo disciplinar, com suspensão, ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, numa matéria que se prende precisamente com esta situação, e onde existem – e o processo agora que tem o respetivo instrutor selecionado, e que está a correr termos; aliás, agora estão suspensos, nos termos da Lei de Emergência – e onde poderemos ter ocasião de apurar as consequências daquilo que aconteceu. E portanto, trata-se de uma matéria que, no meu entendimento, não encontrando explicações, tendo sido solicitadas diversas vezes, e tratando-se de um membro desta Câmara que não tem um ano, nem dois, de funções, tem dez anos de atividade, é uma matéria que me parece particularmente preocupante, sob o ponto de vista da quebra da confiança e da ausência de justificações.

Se os Srs. Vereadores, como alguns também questionaram, nomeadamente a Sra. Vereadora Odete Alves, quiser discutir da pertinência do tempo, nós temos todos a consciência de que há decisões que só fazem sentido no tempo devido; não é muito oportuno estarmos a fazer esta discussão daqui a três meses, ou a quatro, dizendo: “Bem, vamos lá resolver aquele problema que aconteceu naquela altura.” As decisões têm que ser tomadas na altura certa. E portanto, eu também não deixei de suspender o Diretor de Departamento pela mesma razão, não deixei de instaurar o processo disciplinar pela mesma razão, até porque, como bem sabem, há prazos para as coisas poderem ser feitas – no caso dos Srs. Vereadores, não se aplica – e essa não é razão nenhuma. Mas, como calculam, eu não vou ceder ao mais cómodo e optar sempre pelo caminho mais simples, porque não é esse o caminho que eu costumo ter, e já todos me conhecem muito bem. Aliás, se o critério fosse o de facilitar e o de desconsiderar, nós não tínhamos sabido no início da crise que o Presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, porque não tinha recursos para atender os telefones da Linha Saúde 24, foi demitido, e há muito pouco tempo tivemos a circunstância de o Diretor do Hospital Militar ser também demitido, no meio da crise. E portanto, esse critério não tem sido utilizado, nem para chefias militares, nem pelo Governo, nem por ninguém. E portanto, cá estaremos para fazer a discussão na altura certa, até porque tenho a certeza absoluta de que o apuramento do processo disciplinar vai dar-nos aqui elementos essenciais. Aliás, deixem-me dizer-vos que nós, depois dessa suspensão de funções – que eu relaciono com todo este processo que acabei de dizer, porque tem a ver precisamente com um processo de acumulação de funções do Diretor de Departamento, Dr. Miguel Ribeirinho, essas são as razões objetivas daquilo que é a nota de culpa do respetivo processo – tivemos dois episódios insólitos nos recursos humanos: o primeiro foi no dia seguinte, sábado, a porta dos recursos humanos estar aberta inexplicavelmente, e ninguém lá dentro, e eu pedi à polícia que fizesse a respetiva investigação, para perceber. E depois, na segunda-feira, tivemos uma funcionária dos recursos humanos que esteve durante a manhã – matéria



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

que nem sequer era suscetível que estivesse cá, porque teoricamente, segundo me disse, veio cá apenas para dizer os e-mails que tinham concorrido a concursos, e que tinham que ser informadas de que havia suspensão das respetivas provas de avaliação – que destruiu dois sacos de papel nessa manhã, alegadamente dos seus registos pessoais. Eu tenho esse material na minha posse, as pastas onde esse papel estava, estavam dentro dos sacos e estão identificadas com a alegada empresa que é do Dr. Miguel Ribeirinho, e portanto, eu até suspeito que haja aqui destruição de provas, que vão ser entregues à Polícia Judiciária para o respetivo processo.

E portanto, a matéria que nós estamos aqui a tratar é grave, é muito grave, e tem que ir até ao fim. E o que se estranha é que tivesse que ter sido o Presidente da Câmara a fazer todo este trabalho sozinho – todo este trabalho sozinho – e que dentro desta casa tudo passava ao lado de todas as pessoas. E nós, no final, vamos perceber como é que isto tudo aconteceu. E portanto, o processo disciplinar está a decorrer, sobre esta matéria não direi muito mais coisas, mas há aqui uma sequência de circunstâncias que levam a que as coisas acontecessem como aconteceram. E portanto, fica aqui o esclarecimento.

Srs. Vereadores, vamos continuar. Alguém se quer inscrever para o período de antes da ordem do dia?

Sra. Vereadora Ana Gonçalves, se faz favor.”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, caros Pombalenses.

Quero, em primeiro lugar, deixar uma palavra de esperança nesta altura difícil para todos, na certeza de que este esforço coletivo irá certamente contribuir para ultrapassarmos este tema da pandemia. Temos mesmo que acreditar que as coisas vão melhorar.

Sr. Presidente, ouvi com pouca surpresa aquilo que acabou de dizer, uma vez que era a justificação que se esperava que o Sr. Presidente dissesse sobre este processo. Mas, Sr. Presidente, nós somos um bocadinho diferentes, e portanto, cabe-me a mim dizer a verdade. E de facto, o senhor sabe bem que me avocou os pelouros por motivos estritamente pessoais, e porque eu não cedi à pressão para renunciar ao mandato. E eu não cedi porque não havia nenhuma razão válida, e porque prefiro perder os pelouros, mas dizer a verdade. E todos compreendem que, para mim, era muito mais fácil renunciar e não ter que justificar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, as suas motivações são exatamente as mesmas que fizeram com que, em 2017, me colocasse em quarto lugar na lista candidata à Câmara, e em 2019, não me concedesse a oportunidade de integrar em terceiro lugar a lista de candidatos do Distrito de Leiria à Assembleia da República. Aliás, é estranho que há poucos meses justificou que não queria perder um Vereador, e agora dispensa-me e retira-me os pelouros. Sr. Presidente, sempre lhe fui leal e frontal, mas desconhecia esta sua faceta de não olhar a meios para atingir os seus fins.

A 22 de fevereiro, os meus pais receberam ameaças escritas contra a minha família e foram coagidos para que eu renunciasse ao mandato. A 27 de fevereiro, o senhor informou-me que eu tinha que renunciar. Quando percebeu que eu não iria renunciar, disse-me que me iria retirar os pelouros, e que no dia seguinte iria agendar uma reunião



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

com os Srs. Vereadores. Mas, não o fez, e não o fez porque não havia motivos, e durante três semanas andou a pressionar, a retirar-me espaço de intervenção política, a esvaziar as minhas funções, para ver se eu cedia e renunciava.

A 17 de março, mandou entregar-me um envelope com um despacho onde exonera um Vereador. Sr. Presidente, como o despacho naturalmente era nulo, continuei a exercer as minhas funções. No dia 19 de março, fui contatada pelo seu Chefe de Gabinete, que me questionou se perante o despacho, eu ia renunciar. Mais uma vez, não cedi à chantagem, e informei que deixaria de exercer funções com um despacho oficial. E ao contrário do que o senhor disse, o despacho da avocação de pelouros é do dia 19, com data de 17, e efeitos a dia 18, e não de dia 13, como o Sr. Presidente disse.

O que eu questiono é como é que o Sr. Presidente, um autarca com a sua experiência, coloca à frente dos interesses públicos matérias estritamente pessoais. Eu confesso que o conheço há muito tempo, e se não estivesse a viver na primeira pessoa, não acreditava, porque acho que esta atitude vai contra os estatutos dos eleitos locais, mas pior, defrauda as expectativas de todos os que votaram na lista encabeçada por si. Quando abracei a causa pública tinha já catorze anos de experiência no setor privado, em empresas nacionais e multinacionais. Nunca tencionei fazer carreira política. Foi-me dada a oportunidade pelo Sr. Eng.º Narciso Mota, a quem agradeço a confiança que me depositou, e durante dez anos fiz o meu melhor, com toda a dedicação, profissionalismo, exigência e isenção. Não queira o Sr. Presidente, por pressões externas, destruir em quinze dias um trabalho de dez anos, e um trabalho que não é meu, mas sim de uma vasta equipa.

Mas, infelizmente, é isso que o move. O senhor, estratega como é, aproveitou um momento dramático da nossa história, com situações delicadas no nosso concelho, e uma estrutura interna fragilizada, para atuar. Aliás, como percebeu que eu não ia renunciar, apressou-se a dar seguimento ao tema que falou há pouco, da acumulação de funções do Dr. Miguel Ribeirinho, só para o associar a este facto. Resolveu, em dez dias, um tema que tinha meses, que sempre foi do seu conhecimento, mas que nunca quis resolver. Aliás, Sr. Presidente, por aquilo que o senhor insinuou – que é grave, relativamente ao parecer – eu vou reler aquilo que está no parecer da Dra. Dina Fernandes, de 20 de janeiro, e que conclui o seguinte: “Sendo que consta do despacho do Presidente, bem como do e-mail da Vereadora, que as autorizações já concedidas e vigentes, que não venham a ser suscitadas na sequência deste processo, cessarão no final do mês de junho de 2019, caindo, por isso, a autorização previamente concedida.” Daqui decorre clara e inequivocamente que qualquer autorização de acumulação de funções, concedida em data anterior a 28 de março, cessou os seus efeitos. Portanto, Sr. Presidente, o parecer do Dr. Teófilo é claríssimo, não há aqui nada que indique que alterei o seu despacho. Mais, o senhor conhecia o tema da acumulação de funções deste e de outros colaboradores do Município que não viram ainda o seu pedido de acumulação deferido, ou indeferido – ou seja, simplesmente não o viram respondido – e nunca fez nada. Vai agora o Sr. Presidente suspender todos os colaboradores deste Município que na ausência de despacho seu continuam a acumular funções? Creio que não.

No caso concreto do Dr. Miguel Ribeirinho, Sr. Presidente, recordo-lhe que fui eu que em julho de 2019 pedi um parecer externo sobre esta acumulação de funções, e desde a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

primeira resposta ao parecer, em outubro, até março de 2020, o senhor nunca decidiu. E como os Srs. Vereadores do Executivo e técnicos do Município bem sabem, este processo do Dr. Miguel Ribeirinho sempre foi liderado por si, pela unidade jurídica e pelo Gabinete do Dr. Teófilo Santos, havendo mesmo peças do processo que eu própria desconheço.

Sr. Presidente, desculpe que lhe diga, acho ainda muito estranho o seu sentido de oportunidade, de dispensar o Diretor de Recursos Humanos que foi responsável pela elaboração do plano de contingência, em plena crise Covid. É natural que tudo tenha contribuído para destabilizar a organização. Sinceramente, conheço-o há quase trinta anos, e não esperava isto de si.

Sr. Presidente, saio tranquila e com o sentido de dever cumprido, e sinceramente, prefiro não assistir por dentro à tentativa de destruição de uma gestão autárquica social democrata com mais de vinte anos, e à angústia de centenas de trabalhadores. Todos me reconhecem pela minha frontalidade, sempre disse o que penso e, naturalmente, não vou mudar a minha forma de estar.

Termino, agradecendo o empenho e a dedicação de todos os colaboradores deste Município, com quem aprendi muito, num espírito de entreatura e partilha. Continuarei sempre convosco, e tudo farei para contribuir para o desenvolvimento do meu concelho, mesmo sem pelouros atribuídos.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Sra. Vereadora, muito obrigado.

Ficámos na mesma sem saber as razões que a levaram a modificar os termos do despacho exarado, e a comunicar de forma absolutamente esclarecedora os termos em que essas situações seriam autorizadas. E deixe-me acrescentar-lhe, sobre o conjunto das informações que deu, que creio que quem teve que se impor para que os muitos despachos de acumulações de funções que foram autorizados, nomeadamente daqueles colaboradores que têm vencimentos mais baixos, e que tiveram as respostas no mesmo dia, tive que ser eu, porque durante vários meses alguém se encarregou de os deixar na gaveta, para não comunicar às pessoas que, de facto, havia autorizações de acumulação de funções antes e depois de um determinado período. E isso está no processo, será apreciado por cada um no âmbito do processo disciplinar. E deixe-me dizer-lhe que podemos fazer aqui todas as conversas que quiser; é evidente que a atividade política tem componentes políticas e tem componentes pessoais. Há casos em que a componente pessoal se sobrepõe à componente política, e há casos em que a componente política se sobrepõe à componente pessoal. Aliás, como se compreende, hoje a presença do Dr. Pedro Martins no Executivo deste Município é uma prova evidente de que a confiança pessoal se sobrepõe à divergência política, e outros casos temos em que a confiança pessoal prejudicou a confiança política. Isso faz parte da vida, cada um de nós, em função do ajuizamento que fará das circunstâncias, da exigência que também tem sobre o exercício das funções, pedirá às pessoas a quem entrega competências, a quem delega confiança, de quem espera o cumprimento da missão, essa mesma missão.

Eu acho que deve aqui algumas explicações ao Município, fez aqui um arrazoado de uma série de circunstâncias, o que é certo é que a questão de fundo continua por responder. A



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

questão de fundo continua por responder. Além do mais, eu não preciso que nenhum jurista me faça a leitura de uma comunicação, que a Sra. Vereadora se esqueceu de dizer que quem fez essa comunicação foi o Dr. Miguel Ribeirinho – e portanto, apesar de o Presidente da Câmara ter despachado a si, inequivocamente, em que termos é que queria que essa comunicação fosse feita, a senhora entendeu que um dos interessados é que devia redigir esse mesmo despacho. E talvez aí se perceba a forma muito pouco empenhada com que essa missão foi cumprida, porque é evidente que a quem interessava que esse despacho tivesse esta dúvida não era a outra pessoa do que, provavelmente, àquele que o possa ter redigido, de acordo com as informações que a senhora nos deu, já na segunda reunião que tivemos com todos os Srs. Vereadores, para tentar apreciar esta matéria. Eu prefiro, confesso-lhe, que se tivermos uma atividade ou uma atitude na nossa vida profissional que não correu tão bem, que neste caso podia ser resolvida de outra maneira, através da saída da pessoa pelos seus próprios pés, que o possam fazer. Se as pessoas não o fazem, o Presidente da Câmara, como sabe, não tem dificuldade nenhuma, da mesma maneira que não precisa de justificar por que é que escolhe, também não precisa de justificar por que é que demite; é uma competência que está na Lei, é a Lei que a dá, não é o Presidente da Câmara, não é nenhum ato de arrogância, nem autocrático, é aquilo que é o exercício dos plenos poderes do Presidente da Câmara. E portanto, tem que haver explicações, foram dados tempos suficientes para que essas explicações fossem apresentadas, e infelizmente não as conseguimos ter, e vamos prosseguir.

Mais alguma intervenção neste período do PAOD? Quem se inscreve? Faça favor.”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Sr. Presidente, em relação a essa informação que está agora a dizer, queria recordar que o e-mail a que o Sr. Presidente se refere é de abril de 2019 – abril de 2019. Queria também recordar-lhe que quando veio o primeiro parecer sobre esta acumulação de funções, o Dr. Miguel Ribeirinho informou que se o Sr. Presidente não concordasse – naturalmente, porque isto é algo a que o Sr. Presidente pode dizer que sim ou que não – estava disponível para não acumular funções, e o Sr. Presidente nunca quis decidir.

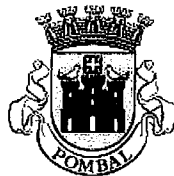
E, Sr. Presidente, também lhe digo, o senhor está a faltar à verdade, porque a única vez que o senhor me falou desse e-mail foi no dia 13 de março, exatamente no dia em que dispensou o Dr. Miguel Ribeirinho, porque até essa data, nunca colocou em causa o que estava escrito naquele e-mail. E portanto, Sr. Presidente, o e-mail foi, de facto, feito pelos serviços, como são tantos outros e-mails feitos nesta casa...”

Presidente da Câmara Municipal:

“Pelos serviços, não; pelo Dr. Miguel Ribeirinho.”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Sr. Presidente, se foi pelo Dr. Miguel Ribeirinho ou pela Dra. Carmina, não sei; quem mo mandou foi o Dr. Miguel Ribeirinho, de facto. Mas, não é isso que está em causa; não é isso que está em causa. O senhor está a tentar arranjar uma justificação para algo que é injustificável. Eu queria que o Sr. Presidente me explicasse, além dos doze mil euros (12.000€) que o Sr. Presidente vai ter que pagar agora em vencimentos ao Dr. Miguel Ribeirinho, que está em casa, porque foi suspenso por V. Exa., em que é que este tema prejudicou o Município de Pombal? E acho que isto é de pessoas que não querem enfrentar a verdade, porque o Sr. Presidente não teve coragem para se reunir comigo e



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

falar sobre isto. O Sr. Presidente, cinco minutos antes de despachar o Chefe de Departamento, chamou-me a mim e aos Vereadores para me confrontar com esse e-mail. Como é evidente, estávamos em plena crise de Covid, eu não levava nenhum documento sobre este tema. Tenho-os todos, e tenho todo o gosto em dispensá-los – os que eu tenho – aos meus colegas Vereadores. O Sr. Presidente está a utilizar de uma forma má – má – uma matéria que não tem matéria, porque o Sr. Presidente nunca quis decidir, e sabe bem, e também ficou muito aborrecido porque eu lhe escrevi, nas pressões que me fez e nos despachos que eu lhe mandei, que eu propus tratar deste tema, e o Sr. Presidente não quis, e isto foi dito numa reunião com os Srs. Vereadores, estavam todos presentes. O Sr. Presidente disse que este caso do Dr. Miguel Ribeirinho era um caso seu, e só seu. E portanto, Sr. Presidente, não fuja à verdade.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Vereadora, muito obrigado.

Olhe, o que é certo é que a comunicação que foi para os nossos trabalhadores, não é isso que diz, o que é certo é que haverá uma empresa constituída em nome do Dr. Miguel Ribeirinho ainda antes desta acumulação de funções, e o que parece ser certo também é que existem contratos assinados sem autorização de funções para celebrar trabalhos a Municípios deste país. E portanto, não diga que não há prejuízo, porque as matérias não podem ser vistas assim. A Lei não é apenas porque há prejuízo; a Lei tem a ver com a regulação de um conjunto de circunstâncias. E portanto, a Sra. Vereadora permitiu que o próprio participasse, em comentários a pareceres jurídicos – mas, o processo disciplinar terá ocasião de explicar tudo isto – e teve ocasião de nos explicar – teve ocasião, e não explicou – por que razão é que, de facto, entendeu que os termos inequívocos do processo – porque este processo de apreciação da acumulação de funções tinha subjacente uma coisa importante: regular aquilo que estava indisciplinado. E a proposta, quando me é apresentada em 2019, se bem se recorda, vem no sentido de que fica tudo na mesma. Eu percebo que seja, para muitos, muito mais confortável, muito mais simplificado, e que as pessoas achem que isso é que é a gestão da casa; eu não estou desse lado, e acho que tem que haver períodos em que isso tem que ser feito, nomeadamente quando existem suspeitas – e já existiam há muito tempo – em que a forma como esses trabalhos eram executados era bastante questionável, inclusivamente se eram aqui feitos, ou não, dentro dos Paços do Concelho – que é uma matéria que terá que se apurar; se não é verdade, todas as pessoas têm o direito ao bom nome, mas o que parece ser verdade é que havia pastas com documentos da empresa dentro da Câmara, e eu calculo que não seja apenas para decorar os respetivos armários.

Portanto, não estou nada preocupado com o plano de contingência interno, as coisas estão a funcionar, funcionaram muito tranquilamente, felizmente, e vamos aguardar pelo processo disciplinar. A Sra. Vereadora continua a achar que, de facto, numa matéria como esta, o despacho dos serviços, que alguém fez, porque achou que não era para ser feito por si – aliás, a senhora, no fundo, acabou por ser apenas a pessoa que mandou o e-mail, fez o trabalho da secretária, em vez de fazer ao contrário, em vez de fazer o despacho e o secretariado mandar o e-mail, não, os serviços fazem-lhe o e-mail, e a senhora faz o trabalho da secretária, e o e-mail por onde sai o despacho é o seu. Pronto, é uma forma



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

de trabalhar que eu, por acaso, não considero nada adequada, porque a matéria política deve ser tratada no sentido inverso.

Mais alguma intervenção no âmbito do PAOD?"

Ana Gonçalves (Vereadora):

"Sr. Presidente, eu peço imensa desculpa, mas este meu procedimento é exatamente igual ao seu, quando me manda informações feitas pelos membros do seu gabinete, que nem sequer vêm assinadas. Portanto, Sr. Presidente, não venha dizer que eu pedi aos serviços para fazer, não tem nada a ver com isso. Isto é um procedimento normal."

Presidente da Câmara Municipal:

"Sra. Vereadora, a senhora é que sabe se aquilo que foi escrito pelo Presidente da Câmara, na redação que lhe foi apresentada, refletia ou não refletia o espírito do que lá está. A senhora achou que sim, eu acho que não, não há nada para discutir."

Ana Gonçalves (Vereadora):

"Sr. Presidente, eu acho que sim, e os seus advogados também, isso é que é estranho."

Presidente da Câmara Municipal:

"Os advogados não leram o processo que aqui está. Eu vou reler: "Mais se informa que as autorizações já concedidas e vigentes..." – portanto, eram todas aquelas que estavam pendentes à data do pedido, que é em 2019 – "... que não venham a ser suscitadas..." – o que significa que não venham a ser pedidas – "... na sequência deste processo cessarão no final do mês de junho de 2019." Ou seja, o que aqui está escrito não é que elas terminam; é que elas se mantêm, sendo só necessário que as pessoas o suscitem. É a inversão absoluta do despacho do Presidente da Câmara, porque o despacho do Presidente da Câmara era que tinham que ficar concluídas, e a senhora, se não leu, devia ter lido, se não percebeu, devia ter percebido, se não reconhece, devia ter reconhecido. E isso é que eu tenho pena, é que ainda hoje – ainda hoje – a lógica do seu entendimento seja que aquilo que está feito, está bem feito. Aquilo que está feito não está bem feito, porque aquilo que está feito, se for verdade, significa que todos os pedidos que estão pendentes hoje estão autorizados, e isso não é o despacho do Presidente da Câmara; isso não é o despacho do Presidente da Câmara.

E a senhora está muito preocupada com os vencimentos que, em termos de suspensão, o Diretor de Departamento vai ter que ter, mas se no final o seu despacho induziu as pessoas em erro e beneficiou algum cidadão, a Câmara cá estará para saber quem é que vai pagar a conta que agora tanto a preocupa. E essa foi a violação do despacho do Presidente da Câmara. Mas, Sra. Vereadora, se acha que fez um bom trabalho, no final cá estaremos para tomar as devidas consequências da matéria, porque essa é que é a matéria que aqui está: os Srs. Vereadores, ao exercerem poderes delegados pelo Presidente da Câmara, ou subdelegados pela Câmara, do mesmo modo como eu tenho que o fazer perante a Câmara, têm que prestar contas, têm que explicar à Câmara em que termos é que, efetivamente, aquilo que fizeram cumpre o significado do respetivo pedido. E o que aqui está, não é isso que representa; é uma perversão. E nós compreendemo-lo a partir do momento em que um interessado, provavelmente o maior interessado, foi provavelmente aquele que fez a redação, porque a senhora agora vem dizer que foram os serviços, mas na reunião que teve com os Srs. Vereadores e comigo, o que disse foi que quem lhe tinha mandado o e-mail tinha sido o Dr. Miguel Ribeirinho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Portanto, é bom que nós estejamos todos muito conscientes daquilo que é a atenção com que os assuntos devem ser tratados, e nomeadamente perceber se, efetivamente, quem está a tratar deles tem ou não tem interesse. O simples facto de um cidadão interessado num determinado pedido participar no mesmo processo e condicioná-lo, diz muito dele, e diz mais de quem, vendo isto, nada faz, e acha que, ainda por cima, fez uma coisa bem feita. E essa é a questão de toque que aqui tem que ser discutida, porque os Srs. Vereadores não estão aqui para fazer as vontades a alguns funcionários; os Vereadores estão aqui para exercer uma função política, de controlo, de autoridade. E os termos deste despacho estão longe de serem cumpridos; longe de serem cumpridos, como a senhora bem sabe. Eu não quero saber se os advogados acham isto ou acham aquilo. “Mais se informa que as autorizações já concedidas e vigentes, que não venham a ser suscitadas...” – Sra. Vereadora, explique-me lá, no seu português, o que é que isto significa?”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Olhe, eu sei no meu português o que significa e sei que a conclusão dos advogados é claríssima: “Daqui decorre clara e inequivocamente que qualquer autorização concedida em data anterior a 28 de março cessou os seus efeitos.” Isto é claro para todos.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Deus queira que sim, para mim não é.”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Sr. Presidente, não é claro para si porque não lhe convém. Quando não gosta de dizer a verdade, inventa.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Srs. Vereadores, mais alguém quer usar da palavra no período de antes da ordem do dia? Dra. Odete, faça favor.”

Odete Alves (Vereadora):

“Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, e a quem nos acompanha.

Eu vou começar pela questão maior, que é o assunto Covid, porque das outras questões menores, e que nos envergonham, como já pudemos perceber aqui, falarei a seguir.

Sobre este assunto do Covid, de facto, este é o assunto que deve recolher toda a nossa atenção, todo o nosso foco. Eu ouvi atentamente as explicações do Sr. Presidente. Até à quarta-feira passada estive mais ou menos confiante de que essa coordenação no terreno de toda a atuação estaria a ser devidamente acompanhada; fiquei, confesso, bastante preocupada quando atentei nas declarações do Sr. Delegado de Saúde, quando questionava acerca da realização dos cinquenta e quatro testes Covid, em que ele afirmou que não sabia a quem é que foram feitos, nem quais é que foram os critérios, nem de que modo é que foram realizados, frisando mesmo que não foi articulado com a unidade de saúde pública – estes testes não foram articulados com a unidade de saúde pública. O Sr. Presidente já veio aqui desmentir, já veio aqui dizer que, de facto, nada disso é verdade, que, na verdade, esta articulação foi feita, que na verdade foi feita comunicação entre as várias entidades que estiveram envolvidas também nestes testes. Eu não quero de forma nenhuma politizar esta questão, até porque a questão já é demasiado grave para todos nós, mas é preciso compreendermos se há aqui, de facto, uma voz de comando a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

coordenar todo este trabalho, se falam a uma só voz, e por que é que vemos aqui o Sr. Presidente a fazer alguns briefings, e depois vemos também a saúde pública a fazer briefings sobre a mesma coisa, e às vezes os dados não batem exatamente certo. Também compreendemos que o momento é difícil, e que os dados poderão não chegar no mesmo momento a toda a gente, mas sempre que há uma coordenação, nós assumimos que os dados chegam a todos, mais ou menos no mesmo momento, uma vez que é feita essa coordenação. E portanto, eu gostaria que o Sr. Presidente aqui clarificasse, de facto, quem é que está a fazer esta coordenação, quem é a voz de comando, o que é que, afinal, é verdade.

Depois, Sr. Presidente, fiquei também bastante preocupada, o senhor também veio aqui desmentir que, de facto, tivessem sido cobradas as máscaras dispensadas às IPSS's, mas também percebemos nas redes sociais – ao que o seu Chefe de Gabinete até foi dando resposta – alguns elementos das IPSS's a dizerem que as máscaras foram entregues, mas que, depois, foi enviado um e-mail com a fatura respetiva. Eu creio que isto ficou claro na última reunião que nós tivemos, na reunião extraordinária, que o fornecimento destes equipamentos seria gratuito, que seria feito um levantamento junto das várias IPSS's das necessidades, tendo em conta até que sabemos que muitas das IPSS's têm alguns problemas de tesouraria, e eu penso que essa questão ficou clara entre nós, e eu gostaria também que o Sr. Presidente clarificasse esta situação.

E depois, Sr. Presidente, há aqui uma outra questão que me preocupou imenso, ontem à noite, quando vi o próprio Diretor do Lar da Cumieira a apelar à solidariedade das pessoas, dizendo que só tinha equipamentos até ao próximo domingo. Eu gostaria de perceber, realmente, que trabalho é que a Câmara está a fazer neste sentido, de forma a garantir que nada falte a estas instituições.

Como sabe, Sr. Presidente, há aqui uma outra questão que também nos preocupa, que são neste momento os lares. Eu creio que mais importante do que criarmos plataformas para vigiar os passos das pessoas é darmos todo o apoio a estas IPSS's, quer com equipamentos, quer até ajudando na organização dos recursos humanos, do descanso do pessoal, porque como o Sr. Presidente saberá, estes dois utentes que infelizmente faleceram e que estavam acolhidos no Lar da Cumieira estiveram também hospitalizados no Hospital de Pombal, sem que na altura se soubesse que estavam infetados – uma vez que os testes foram realizados post mortem – e eu pergunto, Sr. Presidente, se os profissionais de saúde do Hospital de Pombal e o pessoal do lar foram devidamente submetidos a testes – e eu acredito que os cinquenta e quatro testes de que o senhor falou se referem eventualmente, ou poderão referir-se eventualmente a estes profissionais, eu gostaria de ter a certeza de que, realmente, os profissionais de saúde do Hospital de Pombal que estiveram em contato com estes utentes, e também os profissionais do Lar da Cumieira, que foram submetidos a teste, ou se até não haverá a necessidade de estabelecer quarentenas para algumas destas pessoas.

Sr. Presidente, eu penso que os lares precisam neste momento de todo o apoio e de toda a atenção da Câmara Municipal de Pombal. Sabemos que os lares vão ter, certamente – sobretudo estes que têm utentes infetados – dificuldades no seu pessoal, nos seus recursos humanos, é preciso garantir o funcionamento destes utentes, é preciso proteger os idosos, neste momento são a franja da população que está em maior risco, porque também, como



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

sabemos, são os mais suscetíveis a padecer, não só de várias doenças, mas sobretudo a ter desfechos trágicos caso fiquem infetados com este Covid. E eu gostaria que o Sr. Presidente nos falasse um pouco sobre isso, e que atentasse nesta situação dos lares, que é aquilo que nos deve preocupar muito neste momento, porque é preciso garantir que o pessoal dos lares também tenha o descanso adequado, que possa fazer a quarentena necessária, e que possam ir sendo revezados, de forma a garantir que as coisas não são mais trágicas do que aquilo que já são, porque já perdemos pelo menos três idosos.

E finalmente, Sr. Presidente, nós estivemos mais focados na última reunião extraordinária nas questões e nas medidas para a crise, mas eu penso que nós, entretanto, deveríamos estar a pensar nas medidas pós-crise, porque nós percebemos que vamos precisar de relançar a economia do nosso concelho. Como sabemos, o nosso principal setor de atividade é o comércio e serviços, e todos percebemos no nosso dia a dia que no comércio e serviços, está praticamente tudo encerrado, ou com atividades em suspenso. Há eventualmente empresários que não vão conseguir reabrir quando toda esta situação acalmar. É importante que se constitua uma equipa de trabalho que possa, depois, fazer este apoio às pequenas e microempresas do nosso concelho, que sejam estabelecidas um conjunto de medidas de apoio à economia, capazes de dar resposta às necessidades dos nossos empresários. Esse é um trabalho que pode, neste momento, também acontecer, há muito pessoal da Câmara em teletrabalho, há outro pessoal também disponível, certamente, para começar a pensar nestas medidas, à semelhança do que outras autarquias já foram fazendo no país. Portanto, temos medidas de vária ordem, relativamente às rendas, à dispensa do pagamento de rendas daquilo que for público, temos apoios económicos às atividades empresariais. É certo que o Conselho de Ministros ontem também aprovou uma série de medidas excecionais de apoio económico ao emprego, sobretudo, e às famílias, mas a par dessas medidas certamente que teremos que pensar noutras que sejam mais adequadas ao nosso tecido empresarial – e penso que a Câmara deverá também partilhar esse esforço, porque não queremos de forma nenhuma que no fim desta crise estejamos numa situação ainda mais difícil, e de não conseguirmos levantar a cabeça. E é isso que nós queremos, de facto, garantir, que depois possamos todos – não digo de uma forma rápida, porque isto terá que ser feito com alguma calma, mas que possamos relançar a nossa economia.

Depois, Sr. Presidente, sobre esta questão da avocação dos pelouros, o senhor, há pouco, fez aqui uma analogia, disse que há pouco tempo o Governo fez substituições na Linha Saúde 24 e no Hospital Militar. Mas, Sr. Presidente, não queira comparar essa situação com a que temos aqui em mãos, porque, como sabe, o Governo substituiu efetivamente os responsáveis por essas entidades numa altura em que percebeu que essas pessoas não estavam à altura para responder a uma situação de calamidade, que é uma situação absolutamente nova e uma situação inédita. E o Sr. Presidente da Câmara está a substituir, ou neste caso, a avocar pelouros à Sra. Vereadora, sendo certo que os factos que o senhor apresentou são factos que já têm quase um ano, porque, Sr. Presidente, o que nós percebemos ao ouvir o Sr. Presidente, e depois ao ouvir a Sra. Vereadora, é que claramente as versões que apresentam são altamente contraditórias. O Sr. Presidente apresenta-nos aqui um facto altamente forçado, e que já percebemos, pela explicação que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

foi feita pela Sra. Vereadora, porque até já há pareceres jurídicos solicitados pela Câmara, e percebemos que este facto que o senhor apresenta é muito forçado para justificar a avocação de pelouros da Sra. Vereadora. Sr. Presidente, o que nós concluimos, de facto, é que o senhor aproveitou esta situação de calamidade que enfrentamos para, neste momento, fazer passar uma situação destas, de alta gravidade também – porque a avocação de pelouros implica sempre, tendo em conta que o senhor ainda há pouco tempo o fez com outro Vereador, implica sempre instabilidade governativa, e portanto, o senhor fazê-lo neste momento, acho absolutamente inoportuno, acho que o Sr. Presidente, de facto, tendo em conta as datas que foram aqui já elencadas, já o poderia ter feito no ano passado, quando o senhor avocou os pelouros ao Sr. Vereador Pedro Brilhante, poderia ter feito o mesmo com a Vereadora Ana Gonçalves, porque o senhor já tinha os dados nessa altura. E também percebemos que foi forçado por quê? Porque o senhor só agora é que se lembrou desse e-mail; o senhor só agora, em plena calamidade, é que se lembrou que, afinal, havia um e-mail de abril do ano passado em que a Sra. Vereadora subverteu o seu despacho. E como já percebemos pela explicação que foi dada pela Sra. Vereadora, nada disso aconteceu, não há subversão nenhuma, o senhor é que está a interpretar isso à sua maneira, porque como ela diz, e bem, dá-lhe jeito que seja assim para justificar esta sua posição.

Sr. Presidente, mas há aqui algo que é de estranhar, porque enquanto até podemos perceber que no que respeita ao Sr. Vereador Pedro Brilhante, que o senhor, quando o escolheu para a sua equipa, não o conhecesse muito bem, não conhecesse muito bem as suas competências, mas no que respeita à Sra. Vereadora Ana Gonçalves, o senhor não pode dizer isso, porque como disse há pouco, há pelo menos dez anos que ela é Vereadora, há pelo menos dez anos que o senhor acompanha o exercício das funções da Sra. Vereadora. Portanto, não se trata aqui de uma questão de incompetência, ou de preguiça, como o senhor justificou para a questão do Sr. Vereador Pedro Brilhante; tratar-se-á, sim, de uma questão pessoal que o Sr. Presidente pôs à frente daquilo que é o interesse público. E não venha agora dizer que o senhor o faz quando bem entender, e na altura que entender, porque não é assim, Sr. Presidente. O senhor, para tomar este tipo de posições, primeiro tem que ter justificações para isso, o senhor tem que ter factos concretos de alta gravidade que justifiquem isto, e não pode simplesmente, porque este é o momento oportuno para si, para esconder esta situação de clara instabilidade, e vir agora aqui forçar argumentos, que é o que o senhor acabou aqui de fazer hoje. Mas, há algo incontornável, Sr. Presidente, e que o senhor não pode atribuir as culpas a ninguém: o único responsável por tudo isto é o Sr. Presidente, primeiro porque foi o Sr. Presidente que escolheu a sua equipa, e depois, porque foi o senhor que tirou os pelouros aos seus Vereadores quando bem entendeu, e pelas motivações de ordem pessoal – ou até doméstica, diríamos nós – deixando que isto pusesse em causa a boa gestão da Câmara Municipal de Pombal. Há coisas, Sr. Presidente, e em linguagem popular, quem muitos burros toca, algum há de ficar para trás, e nós já percebemos que no que respeita, por exemplo, ao Orçamento Participativo do ano passado, esse já ficou para trás, porque o senhor já não cumpriu com aquilo que estava estabelecido no Orçamento.

Sr. Presidente, eu recomendo-lhe que faça uma forte reflexão, que olhe para dentro de si mesmo, e que pense se o problema está só nos outros, ou se está também em si. E neste



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

momento, Sr. Presidente, também é fácil concluir que o senhor tem mais Vereadores sem pelouros do que com pelouros. O senhor tem que olhar para o lado e perceber quem é que ainda tem consigo, e rapidamente, Sr. Presidente, vai perceber que o senhor fica em minoria. Sr. Presidente, ninguém deseja que a Câmara fique numa situação de ingovernabilidade, ainda para mais neste momento difícil. Eu peço-lhe que, pelo menos, aguente o barco até que passe toda esta situação. Mas, depois de tudo isto passar, Sr. Presidente, o senhor não terá condições para se manter em funções; o senhor não terá condições, ficará em minoria. O senhor colocou-se voluntariamente nesta situação. E tudo isto também nos deixa uma interrogação, Sr. Presidente: a quem é que, afinal, está entregue a Câmara Municipal de Pombal? Porque ao ouvir o Sr. Presidente, e ao ouvir a Sra. Vereadora, ficamos muito preocupados sobre os procedimentos, sobre o modo de atuação. Sr. Presidente, quem é que, afinal, está a governar esta Câmara, e de que modo? Ficamos todos muito preocupados.

Certamente, Sr. Presidente, não foi nisto que os eleitores votaram, certamente não foi isto que os eleitores quiseram. O senhor não está a respeitar o mandato que lhe foi conferido pelos eleitores, o senhor comporta-se como se fosse o dono disto tudo, o senhor admite e dispensa a seu bel prazer, o senhor vai fazendo saneamentos sem pensar nas consequências dos seus atrevimentos, e tudo isto tem reflexos para a boa gestão municipal e para o desenvolvimento económico do concelho. Isto faz estragos, Sr. Presidente.

Mas, o senhor não faz isto só com os Vereadores; o senhor vai fazendo isto também com os avençados e trabalhadores da autarquia, o senhor vai saneando. O senhor está a destruir um dos maiores ativos desta Câmara Municipal, que são os seus recursos humanos. Há gente altamente desmotivada, Sr. Presidente, há gente que se sente perseguida. A uma certa altura, o Sr. Presidente disse: “Os recursos humanos da Câmara são excecionais.” Um Presidente de Câmara não precisa de fazer muito, porque a máquina está bem oleada, porque há bons funcionários, há bons trabalhadores, e o senhor simplesmente faz essas apreciações, mas depois, na prática, não respeita esse mesmo ativo que o senhor tem, e vai desbaratando, e vai desperdiçando recursos. O Sr. Presidente está em maus lençóis, e foi o senhor que se colocou voluntariamente nessa situação, foi o senhor que se pôs a jeito, Sr. Presidente. E não foi isto, garantidamente, que os Pombalenses pediram, Sr. Presidente, nem é isto que os Pombalenses precisam neste momento; precisam de estabilidade governativa, precisam de um Presidente e de uma equipa que esteja coesa, unida, para combater a grave situação de emergência que vivemos neste momento, Sr. Presidente. O que eu sinto no meio disto tudo é que a Câmara está à deriva, Sr. Presidente, o senhor não se está a esforçar minimamente para garantir a estabilidade governativa, nem parece muito preocupado com isso, sinceramente. Eu só lamento que os Pombalenses, em cima de tudo aquilo que estão a viver neste momento, tenham que assistir a esta situação e a estas novelas mexicanas, porque estamos todos muito preocupados com outras coisas, devíamos estar focados noutras coisas, e não nestes assuntos domésticos que o senhor pôs acima de tudo o resto.

Portanto, é este o lamento que eu quero deixar, são estas as reflexões que eu quero deixar também ao Sr. Presidente, e dizer que, de facto, o momento, Sr. Presidente, foi o pior possível.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Sra. Vereadora, muito obrigado.

Antes de ouvirmos a Dra. Ana Cabral, que lhe pode elucidar mais da proximidade com que temos trabalhado com as IPSS's, eu ia talvez esclarecer-lhe que, ao contrário do que há pouco disse relativamente aos briefings que são feitos aqui nos Paços do Concelho, uns internos, outros, como ontem, com a Comissão Restrita da Proteção Civil, a Autoridade de Saúde, os Srs. Comandantes dos Bombeiros, da Esquadra do PSP e do Destacamento Territorial de Pombal da Guarda Nacional Republicana, que não sei qual é a informação que tem dos briefings que são feitos no campo da saúde, eu ontem também estive lá e nada daquilo que se discute lá é aquilo que se discute cá. E eu vou dizer-lhe, até porque os Srs. Vereadores, quando quiserem acompanhar esses briefings, a porta está aberta, os nossos briefings começam ao meio dia, começam por analisar o ponto de situação nacional, fazem depois um reporte dos dados locais, da situação dos casos suspeitos, confirmados, os óbitos, articulando com a Autoridade de Saúde, o Hospital de Santo André, o Hospital de Pombal, o Centro Hospitalar dos Covões, o Hospital da Figueira da Foz, com os dados que nos são comunicados oficialmente, e os dados do Comando Distrital da Proteção Civil. Depois, é feita uma avaliação das medidas de higienização e limpeza dos espaços de acolhimento público, locais de atendimento e espera, Paços do Concelho, serviços técnicos, aqueles espaços que ainda estão a funcionar, abertos ao público. Depois, há uma monitorização do plano de contingência interno. Depois, há uma avaliação dos stocks e EPI's do Município, e dos meios de higienização, que é feita através dos recursos humanos que têm os stocks controlados, e que são quem entrega às instituições os stocks que são pedidos – e daqui a pouco já lhe direi quantos é que foram ontem e anteontem entregues, por exemplo, à Cumieira, com as quantidades de cada um deles. Depois, há uma monitorização dos serviços abertos na comunidade. É importante conhecermos, por exemplo, se os locais de abastecimento estão a funcionar, quais é que estão, que horários têm, se estão online, se fazem abastecimentos domiciliares, e por aí fora. Depois, fazemos uma avaliação das disponibilidades dos efetivos dos bombeiros, precisamente para perceber em que nível de prontidão é que estamos, porque há bombeiros que podem ir de quarentena, e ficamos sem condições de assegurar se, de facto, há ou não há condições de socorro. Depois, fazemos a monitorização das medidas de apoio social – a Dra. Ana Cabral já lhe falará do assunto – em que vamos avaliar as respostas aos filhos dos prestadores de serviço público, as refeições prestadas ao escalão A – e agora estamos a estender aos outros da Ação Social Escolar, que não fazia sentido uns filhos terem refeição da escola, e os outros não terem. Depois, temos a avaliação das respostas sociais das Juntas de Freguesia junto dos idosos, temos toda a monitorização do abastecimento público, temos a monitorização da comunicação externa, proposta de informação e emissão de comunicados, e temos a necessidade de avaliar o plano de contingência interno e o plano de contingência municipal. Há uma equipa que está adstrita a esta função. E portanto, eu confesso-lhe que no briefing que fiz ontem com as autoridades de saúde, a quem eu pedi, e lá estive às dez da manhã, no Centro de Saúde, nenhuma destas matérias é tratada lá. Como calcula, a saúde não está preocupada em saber se os supermercados estão abertos, se há equipamentos de EPI's na Câmara Municipal para apoiar as IPSS's, nada disso.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Sobre as suas dúvidas relativamente aos testes dos profissionais, essa foi uma das razões que me levou a acionar a realização de testes, porque estávamos com bombeiros há muito tempo de quarentena, estávamos com pessoas nos lares que tinham convivido com pessoas, sem saber se estavam ou não estavam contaminadas, e isso é que é relevante para nós percebermos, de facto, qual é o nível de operação que podemos garantir, porque não vale a pena fazermos agora discursos de solidariedade com as IPSS's quando não há autorizações para fazer testes às pessoas que lá estão. E eu pergunto se alguém conhece alguém que tenha sido sujeito a testes, proposto pela Autoridade Saúde, nestes últimos dias. Eu só conheço uma pessoa, que é uma médica que contactou com um contaminado, e teve que ir fazer o teste. E este é um problema grave que nós temos tido no nosso território. Podemos discutir este assunto, Dra. Odete; eu não quero politizar o assunto, mas há quem o queira politizar. E olhe que se eu politizar o assunto, eu tenho muita coisa a dizer, e muita coisa muito desagradável – muito desagradável. E portanto, não quero que me falte a paciência, e respondo-lhe como disse ontem e anteontem aos dirigentes da saúde, porque na quarta-feira passada – fez esta quarta-feira oito dias – quando eu reuni com os responsáveis, nesta sala, aqui nos Paços do Concelho, com os responsáveis da saúde, que me pediram para instalarmos uma unidade para poder funcionar como alternativa ao Centro de Saúde de Pombal, nós imediatamente começámos a trabalhar, só na quinta-feira à tarde é que tivemos cá as pessoas da ARS para verem as questões logísticas, e só ontem é que vieram cá instalar a parte tecnológica, como há pouco disse. Portanto, esse atraso não foi nosso, ficaram as coisas imediatamente prontas para serem modificadas. O mesmo aconteceu com a CIM relativamente aos testes e às questões da triagem. E se eu lhe disser que os testes que foram feitos – tenho aqui o e-mail que acabou de chegar da Autoridade de Saúde, em que a própria Autoridade de Saúde está a dizer que tem que estar na plataforma os dados que aqui estão, e acham que é mais importante a burocracia do que a vida das pessoas, quando chegar a altura de falar disto, eu falarei, com os papéis na mão.

E portanto, percebo que a senhora venha vestida de cordeirinho, do Partido Socialista, tentar escamotear uma situação que está descontrolada – que está descontrolada, e não é pelo Município de Pombal, que o Município de Pombal tem feito o seu trabalho todos os dias e continua a fazer, encontra é muitas vezes obstáculos para poder fazer mais.

Mas, vamos talvez ouvir aqui a Dra. Ana Cabral, para depois eu lhe responder relativamente à parte final. De facto, eu percebo que a senhora esteja muito preocupada com a estabilidade. E sabe por que é que está preocupada com a estabilidade? Porque a senhora não tem capacidade de decisão, porque se a senhora tiver que ser confrontada com aquilo com que eu estou a ser confrontado nos últimos dias, prefere que o Presidente da Câmara o faça, mas se eu trazer aqui – o “dono disto tudo”, como é que pode estar em minoria? Como é que o “dono disto tudo” está em minoria? A senhora diz-se e contradiz-se na mesma frase. Os senhores nunca tiveram tanto poder nesta Câmara. E sabe por que é que eu não tenho medo disso? Porque confio nos senhores. Os senhores acham que os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata vão deixar de votar contra o seu programa eleitoral porque deixam de receber ordenado? Vão? Olhe, que digam que vão. Que vão fazer as discussões aqui na Câmara, as que fazíamos na preparação das



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

reuniões? Façamo-las. Qual é o mal? Vamos encontrar pontos para as coisas serem resolvidas. Qual é o mal? Portanto, se os senhores acham que, de facto, o Presidente da Câmara é o dono disto tudo, mas afinal há instabilidade política, a senhora tem que se decidir.

Agora, há matérias em que eu não lhe vou pedir autorização. Naquelas que dizem respeito à minha missão – se a senhora faz um despacho, se alguém o perverter, e a senhora acha que não é uma matéria grave, fique com a sua consideração. Respeito a sua, peço-lhe que respeite a minha.

E se a senhora acha que num exercício financeiro de cinquenta milhões de euros (50.000.000€), um Orçamento Participativo é o melhor exemplo de uma coisa que ficou para trás, que esteve entregue a um Vereador durante nove ou dez meses, e nada foi feito, tem a prova evidente.

Mas, deixem-me dizer-lhes uma coisa, Srs. Vereadores: todos aqueles que são hoje Vereadores, e que querem ser Vereadores no futuro, os senhores não leem os jornais? Não perceberam qual é a composição da Câmara nos próximos anos? A composição da Câmara nos próximos anos vai ter quatro Vereadores a tempo inteiro, ou cinco, se alguém ganhar com mais votos, como sempre foi, aliás. Portanto, os senhores antecipem-se nas coisas, olhem para os problemas, porque isto é importante para nós, depois, percebermos se, de facto, as pessoas têm ou não têm capacidade para o exercício da sua missão. Mas, vamos preparar-nos, porque as coisas vão ser mais complexas, e os senhores, que estão cheios de vontade de virem para para esta cadeira, têm aqui uma boa oportunidade de mostrarem as vossas propostas. Eu só ouço coisas na generalidade; na especialidade, ouço poucas.

Os senhores estão muito preocupados com a instabilidade, mas a única pessoa aqui que finalmente pode dar instabilidade à Câmara são os senhores, os senhores é que podem dar instabilidade à Câmara, não sou eu. Os senhores ficam mais descansados porque gostam mais de fazer Oposição, dizendo que a culpa é do Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara não precisa que ninguém lhe recorde que tem a culpa de tudo e mais alguma coisa, não preciso que me recorde disso. Essa faz parte da minha reflexão cotidiana de todas as responsabilidades. É por isso que há coisas que eu não tolero, é por isso que eu não tenho medo de dizer que não, é por isso que eu não tenho medo de afastar as pessoas que não estão a cumprir bem a sua missão, é por isso que eu não tenho medo de corrigir as situações, não tenho medo. Não tenho medo por instabilidade, não tenho medo pelo confronto, não tenho medo por coisa nenhuma. E portanto, se os senhores acham que eu devo ficar refém de circunstâncias que eu acho que são críticas, só por causa da estabilidade, estão enganados – até atuam vocês todos com uma liberdade gigantesca, gigantesca; nunca os Srs. Vereadores tiveram tanto poder para fazer aquilo que acham que é adequado, e fazerem propostas, e arranjar soluções. Estão à vossa vontade, podem propor isso à Câmara, até nas matérias que são da competência da Câmara podem impor ao Presidente da Câmara – veja bem o poder que os senhores agora têm, que nunca tiveram. E depois, vêm falar aqui de instabilidade? Não, a única instabilidade é que os senhores não sabem governar, que isso é outro problema, que os senhores não sabem. E portanto, não preciso que me diga que eu é que tenho essa responsabilidade, porque eu tenho-a, e não preciso que me recorde, porque não há



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

problema nenhum.

E depois, a senhora acha que é um pouco forçado, é o seu critério. É o seu critério. Que é de uma alta gravidade? Sabe qual é o problema relativamente à possibilidade de substituição dos dirigentes dos serviços públicos? É que eu não posso substituir. E portanto, a senhora deve achar que o melhor critério é: como não pode substituir, fica-se lá com a pessoa. Estamos em desacordo, por isso é que eu acho que é melhor, se as pessoas não estão a dar conta do recado, convidá-las a sair. Se as pessoas não querem sair pelo seu pé, eu tenho que as tirar, pronto. Como a Lei não me permite dispor dos Vereadores, tenho que contar com aquilo que tenho. E a senhora logo dirá: “Bem, sempre é melhor uma pessoa nestas circunstâncias do que pessoa nenhuma”; é o seu critério, é tão respeitável como o meu. É tão respeitável como o meu. E portanto, não tenho nada a dizer-lhe. A senhora acha que sim, eu acho que não; eu tenho as minhas razões, a senhora tem as suas, tem a sua leitura das circunstâncias, e portanto, não há dificuldade nenhuma. A diferença, de facto, é essa: é que uns mudam porque podem, e a senhora acha que quando não se pode, não se muda. Olhe, eu tenho pena, faz de si uma mulher pouco corajosa, pouco determinada, e onde os seus critérios e os seus princípios se submetem, se calhar, a princípios de terceiros. Eu não estou para aí virado, acho que as coisas não devem ser assim, e os Srs. Vereadores que estão na Câmara, que são quatro, se daqui a um ano e meio a eleição da Câmara puser apenas sete Vereadores na Câmara – e quero recordar-vos que Castelo Branco tem sete Vereadores, a Guarda tem sete Vereadores, a maior parte dos Municípios portugueses do nosso tamanho, ou mais pequenos, das capitais de distrito, têm sete Vereadores. Portanto, as coisas estão a fazer-se, a regra tem sido esta.

E portanto, não se preocupe com a estabilidade, porque nem o Partido Socialista pensou nisso quando quis transferir tantas competências para os Municípios, e não se lembrou que, se calhar, os órgãos executivos poderiam não ter dirigentes políticos suficientes para dar conta de tanto recado. Mas, pelos vistos, o PS entende que sim, porque não fez alteração à Lei eleitoral que o possa permitir. E portanto, não fique preocupada com isso. Quanto à subversão de programas eleitorais, Sra. Vereadora, no final é que se fazem as contas. O programa eleitoral está a ser cumprido, tem um Orçamento para ser executado, está a ser executado, está a ser bem executado – estamos agora com as obras que eventualmente terão que ser suspensas por razões que são conhecidas por todos, mas está a decorrer dentro dessa normalidade. E portanto, não fique preocupada com isso, que chegaremos ao ponto adequado.

Dra. Ana Cabral, eu acho que permitirmos aqui conhecer o conjunto mais detalhado de um conjunto de dívidas que, muito bem, a Dra. Odete nos apresentou, acho que faz todo o sentido. E portanto, pedia a sua colaboração para nos poder, de uma forma mais detalhada, dentro destes capítulos que apreciamos, de facto, no briefing diário que aqui fazemos, o que é que estamos a cumprir, a forma como estamos a trabalhar com as escolas, com as famílias, com as Juntas de Freguesia, as Comissões Sociais de Freguesia, as IPSS's e os lares privados, precisamente para fazermos todo este levantamento. Se a pudermos ouvir, muito agradecia.

Muito obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Ana Cabral (Vereadora):

“Muito bom dia. Bom dia a todos, bom dia aos Srs. Vereadores, bom dia a todos os munícipes.

Eu começo por deixar uma palavra de conforto às famílias enlutadas neste momento, das pessoas que infelizmente faleceram. E também uma palavra de esperança e de afeto a todas as técnicas, assistentes operacionais que estão no terreno, que estão na linha da frente, verdadeiramente, em situações muitas vezes bastante complexas.

Quanto à monitorização, eu vou, de uma forma sintética, referir os dados e a monitorização que estamos a fazer. Nós estamos, quer a equipa da ação social, quer a equipa da educação, a fazer este contato e esta monitorização diária. E permitam-me começar pela parte da educação, em termos de medidas de apoio social, e referir-vos que os agrupamentos e creches de referência – no caso, a Escola Básica da Guia e Escola Secundária, enquanto agrupamentos de referência e escolas de referência para os profissionais, os filhos de detentores de cargos profissionais de saúde, forças de segurança, de socorro, bombeiros voluntários, todas as pessoas que necessitam neste momento de estar, de facto, na linha da frente, estas duas escolas ainda não tiveram inscrições, e no âmbito da creche, temos a Santa Casa da Misericórdia, que também já está preparada para acolher as crianças em idade de creche. Nas outras duas escolas – Escola Secundária de Pombal e Escola Básica – são crianças dos três aos doze anos, como é lógico, qualquer criança de qualquer estabelecimento de ensino, e no caso da Santa Casa da Misericórdia de Pombal, serão as crianças em idade de creche. Portanto, isto está aberto, isto está informado, e quer as escolas, quer as creches, estão preparadas para iniciar este apoio e este trabalho.

No que diz respeito à outra medida de apoio social, nomeadamente em relação aos alunos beneficiários do escalão A da Ação Social Escolar, nós também temos feito este trabalho diário com as escolas. Eu também tenho uma palavra de agradecimento às Direções dos vários Agrupamentos e aos Diretores das escolas não agrupadas, pela eficácia com que nos têm feito chegar os dados de que necessitamos todos os dias, e também em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, temos conseguido articular e resolver no imediato aquilo que tem que ser resolvido no imediato, e não podemos esperar pelo dia de amanhã. Nós temos, neste momento, na Freguesia de Pombal, dezasseis crianças a receber a alimentação, uma nas Meirinhas, e quatro na Cantina Social da União de Freguesia de Guia, Ilha e Mata Mourisca – refiro que estes dados reportam a ontem, porque hoje ainda não fiz a junção; as técnicas estão a recolher os dados, mas ainda não tenho estes dados atualizados hoje, ao momento, à hora em que estou agora a falar.

Dizer-vos que estas crianças são crianças de jardim de infância e 1.º ciclo, seriam as crianças da nossa responsabilidade, e da responsabilidade das entidades que assumem isto ao longo do ano, este benefício, e que nos deparámos com situações em que, nestas famílias, havia crianças de sexto, sétimo ano de escolaridade, nono, e que precisavam também de refeições. Estas crianças estavam referenciadas, quer para a Escola Gualdim Pais, quer para a Escola de Pombal, e em contato com a DGEstE, conseguimos aqui fazer um trabalho articulado também, de fundo, em que esta semana o Município de Pombal está a assumir a alimentação também destas crianças a partir do 2.º ciclo – 2.º e 3.º ciclo e secundário – está a fornecer a alimentação, e na próxima semana, articulando a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

DGEstE com o Agrupamento de Escolas da Guia, iremos distribuir cabazes de alimentos a estas famílias. Isso já está a ser tratado com a nutricionista da DGEstE, está a ser tratado com a nossa equipa da educação, que tem uma pessoa só para esta área, e com o Agrupamento de Escolas da Guia.

Depois, referir que fizemos a monitorização e já temos todos os dados da medida que foi aprovada na nossa reunião de Câmara, e que tinha a ver com o levantamento de necessidades de equipamento, para que todas as nossas crianças do nosso concelho, os nossos jovens, tivessem acesso, de uma forma equitativa, às aulas em teletrabalho. Esse levantamento foi feito, hoje já tenho todos os dados reunidos. Dizer-vos que este trabalho foi um trabalho também fino, em que a nossa técnica que estava com esta área, na área da educação, trabalhou diretamente com as escolas, com os Diretores das escolas, que por sua vez trabalharam com os diretores de turma. Portanto, este levantamento não foi um levantamento aleatório, não foi um levantamento efetuado ad hoc; teve um canal pensado e um canal limpo em termos de feedback dos dados que pretendíamos. E para ficarem também com uma noção, não é nada que nos surpreenda, mas nós vamos ter agora, a partir do momento em que eu tenho estes números, vamos ter que internamente – e eu já estive ontem com o Sr. Presidente da Câmara e com os meus colegas a pensar numa medida, agora, para ultrapassarmos estas necessidades com as quais fomos confrontados. Não será difícil, temos já algumas soluções pensadas, e vamos avançar com algumas soluções.

Dizer-vos que este levantamento no Agrupamento de Escolas da Guia, nós temos vinte e duas crianças – primeiro referir, também para não ficarmos com dívidas, que este levantamento foi feito só com crianças e jovens do 2.º e 3.º ciclo e secundário, ainda não iniciámos o 1.º ciclo porque entendemos que esta era a nossa prioridade primeira. E então, no Agrupamento de Escolas da Guia, nós temos vinte e duas crianças nestes níveis de ensino, como eu referi, sem computador e sem internet, sem computador, trinta e uma, e sem internet, seis. No Agrupamento de Escolas de Pombal, temos trinta e oito sem computador e sem internet, trinta e uma sem computador, e sete sem internet. No Agrupamento de Escolas Gualdim Pais temos cinquenta e sete crianças sem computador e sem internet, seis sem computador, e zero só sem internet. Depois, no Instituto D. João V temos quatro crianças sem computador e sem internet, uma sem computador, e uma sem internet. No Externato de Albergaria temos duas crianças sem computador e sem internet, zero sem computador, e duas sem internet. Na Escola João de Barros, duas sem computador e sem internet, cinco sem computador, e três sem internet. Penso que isto é importante para todos, porque como a Sra. Vereadora, Dra. Odete, referiu há pouco, temos de começar a pensar em medidas em termos de economia, mas também temos que começar... todos os levantamentos são importantes, todos os contatos são importantes, mas nós, quando pensamos fazer um levantamento de necessidades, temos que antecipar, ou ir pensando antecipadamente em soluções para os problemas que vamos identificando. E essas soluções muitas vezes podem não ser as mais corretas, três ou quatro dias depois, podemos pensar que poderiam não ter sido as ideais naquele momento, mas naquele momento foram as soluções que nós, em estreita colaboração com os nossos parceiros – que nós nunca deixámos de fazer isto com eles, quer com as Juntas, quer com as escolas e



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Agrupamentos de Escolas – pensamos que são as melhores naquele momento.

E para terminar esta fase na área da educação, e depois passarmos para a parte das IPSS's, dos lares e das outras pessoas que temos sinalizadas e vulneráveis, em situação de vulnerabilidade no nosso concelho, dizer-vos que nós temos cento e vinte e nove famílias em contato com a nossa equipa de promoção da potenciação do sucesso escolar, foram contatadas nesta semana cento e vinte e nove famílias, desde a educação pré-escolar até ao 2.º ciclo. Em contato direto, diário, temos quarenta e dois alunos acompanhados remotamente. Número de docentes contatados durante esta semana, foram contatados catorze docentes, exatamente para conseguirmos fazer este trabalho de uma forma articulada. A nossa equipa está a acompanhar os docentes, está a acompanhar os alunos, está a acompanhar as famílias, e tenho aqui notas da equipa que, de facto, as pessoas precisam deste contato diário, quer pelo WhatsApp, quer por via telefónica, quer por Skype, e nós demos condições às nossas equipas para estarem a fazer este trabalho, porque uma voz amiga é importante nestes momentos. E portanto, elas estão, de facto, a fazer isto, e eu também lhes agradeço este trabalho excelente que a nossa equipa está a fazer diariamente.

Passando para a questão das IPSS's e os nossos lares, do nosso concelho, eu quero referir a medida de apoio social que foi implementada a nível nacional, e que tem a ver com o reforço de apoio domiciliário. Como sabem, isto foi uma medida que os nossos centros de dia, as nossas técnicas abraçaram e reorganizaram o seu serviço de forma a darem uma resposta que, numa primeira instância, parecia impensável. E isto, de facto, tem que ser reconhecido publicamente, porque não é fácil, de um dia para o outro, arranjam-se equipamentos, estruturas, pessoal, para passarmos a ter, para além dos oitocentos e noventa e nove indivíduos que estavam a ser apoiados em SAD, oitocentos e noventa e nove do nosso concelho, passarem a apoiar mais trezentos e vinte e dois. Neste momento, nós temos em trabalho de SAD mil e duzentas pessoas a serem apoiadas pelas nossas instituições. Isto é fabuloso, isto é uma coisa incrível, porque, de facto, elas não tiveram mais recursos humanos, não tiveram mais equipamentos, não tiveram mais reforço para poderem assumir estes encargos. Eu tenho contatado com aquelas que me conseguem atender – porque eu também entendo que todas as instituições estão a telefonar, a própria Segurança Social está a fazer contatos também, a saúde está a fazer contatos, e portanto, não conseguimos diariamente contactar com todas, mas, de facto, foi a semana de reestruturação de serviços, mesmo aquelas instituições que só tinham serviço de centro de dia, e passaram a ter SAD de um dia para o outro, realmente é um trabalho meritório destas instituições, e só temos que o reconhecer e apoiar, e a nossa palavra neste momento tem que ser essa, de apoio.

Depois, dizer-vos também que estas técnicas destas instituições conseguiram que trinta e dois dos seus utentes ficassem em apoio familiar. E portanto, estes trinta e dois, neste conjunto de centro de dia que tinham, trinta e dois estão a ser apoiados – isto são os dados que tenho até ontem, volto a referir, para não haver aqui décalage de dados, e algumas dúvidas. E temos oito pessoas que estão a ser apoiadas pela Cantina Social da Pelariga.

Para além disto, as nossas técnicas da ação social têm feito também esta monitorização. E o que é que nos interessa perceber? Interessa-nos perceber quais são os lares e IPSS's



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

que têm pessoas a fazer hemodiálise, temos um protocolo em que lhes vamos também dando algumas indicações, a saúde também está a fazer o mesmo, e portanto, estamos aqui em articulação, eu estou em contato com a saúde neste sentido, quando é necessário articular com a ação social, a saúde articula com a ação social. E portanto, esse trabalho está a ser feito. Por outro lado, também perceber as colaboradoras que as IPSS's e os lares tiveram que colocar em prevenção, por diversos motivos, não só pelo facto de terem, neste caso das IPSS's com casos identificados, mas também outras situações de familiares que regressaram, um conjunto de situações que nos são identificadas, e que, de facto, é importante termos este conhecimento, para podermos também ter critérios, quer critérios nos apoios que vamos dando, quer critérios nas respostas que também podemos dar.

Eu depois já esclareço aquela questão que a Dra. Odete colocou, em relação às faturas que hipoteticamente terão sido enviadas às IPSS's, eu já esclareço essa dúvida. Mas, deixem-me só dar-vos conta deste trabalho de monitorização, que me parece ser importante todos conhecermos. Para além disto, todos sabemos que todas as nossas Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia têm linhas diretas de atendimento, as nossas técnicas das Comissões Sociais de Freguesia estão a fazer esse trabalho também diário, não só para as IPSS's que necessitam de apoio das nossas técnicas, mas também para todas as pessoas que estavam sinalizadas, e de que nós não nos podemos esquecer neste momento. São pessoas que estão nas suas casas, muitas delas isoladas, muitas delas em habitações com situações complexas, quer em termos de alimentação, quer em termos de outro tipo de necessidades, de médicos, de medicamentos, e tudo isto está a ser feito. E mais, informo-vos também que as nossas técnicas estão num trabalho direto com as IPSS's também; não está cada uma para seu lado, elas estão a articular, de facto, e estão a entreajudar-se. E neste momento, nós estamos também a monitorizar o número de atendimentos, para aqui também as nossas técnicas das IPSS's poderem direcionar para a Segurança Social, para a CPCJ ou para outra instituição que nos possa ajudar nestas situações.

Temos depois também o auxílio na entrega de bens essenciais, que também temos todas as nossas Juntas de Freguesia e Comissões Sociais de Freguesia com este trabalho, também a desenvolver esse trabalho. Dizer-vos que nós, no programa de apoio alimentar, no FEAC, as nossas colaboradoras e a nossa técnica de serviço social foi a casa de todos os nossos beneficiário da Freguesia de Pombal entregar os alimentos, e a próxima entrega de alimentos – neste momento, nós estamos a receber os alimentos para a nova entrega, na próxima semana chegarão as transportadoras com os alimentos, e na próxima semana, a indicação que eu dei foi para que as nossas entidades mediadoras não viessem a Pombal levantar os alimentos, somos nós que vamos às freguesias entregar os alimentos, para que, depois, as entidades mediadoras, sejam elas IPSS's, sejam elas Juntas de Freguesia, possam distribuir pelos seus beneficiários, de uma forma ponderada, e à medida das necessidades que forem tendo. Isto é um programa a que estamos a dar continuidade, como é óbvio, não faria sentido de outra forma, fizemo-lo nesta primeira fase de entrega, foi feita a entrega aos nossos beneficiários ao domicílio, e as entidades mediadoras vieram a Pombal buscar, aqui ao Mercado do Agricultor, os cabazes; na próxima entrega, já seremos nós que vamos fazer este trabalho, precisamente



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

para evitar que os poucos recursos que as nossas entidades mediadoras nas freguesias, ainda tenham que disponibilizar recursos para virem a Pombal fazer o levantamento destes cabazes.

O Município também disponibiliza as linhas diretas, quer na ação social, quer no apoio psicossocial, nós temos duas psicólogas que estão nesta linha, no apoio psicossocial. Dizer-vos que elas estão a entrar também em contato com estas instituições, nomeadamente Centro Social da Ilha e da Cumieira, para poder apoiar os técnicos e os colaboradores, as famílias, e na área da ação social, também tenho uma técnica que também está com este atendimento, e caso seja assunto urgente, em que seja necessário o atendimento presencial, elas vêm fazer esse atendimento presencial aqui ao Município de Pombal.

Nós também estamos a servir as refeições para o Centro de Saúde na nossa Escola Conde de Castelo Melhor, o Município de Pombal adjudicou a uma empresa – à empresa Uniself, que já era a empresa que servia para as crianças, adjudicada pela Junta de Freguesia de Pombal, como conhecia também o refeitório, e as condições que também nos ofereceram eram as melhores condições – e portanto, estamos a servir estas refeições na Conde de Castelo Melhor, à equipa de saúde, sendo que é também um trabalho que foi solicitado pela saúde, e em que nós estamos a ajudar e a apoiar. Dizer-vos que neste refeitório, nós temos as nossas assistentes operacionais da área da educação, que estão a fazer a limpeza e a higienização, em articulação também com a Junta de Freguesia – vamos fazendo equipas rotativas e equipas em espelho. Espero não me estar a esquecer de nada, nem estar a ser demasiado exaustiva, mas eu não tenho nada escrito, só tenho aqui os números, e estou a falar com um conhecimento muito interiorizado daquilo que se está a passar.

Agora sim, vou, então, falar-vos no caso da entrega dos materiais e dos equipamentos. Como o Sr. Presidente já falou, nós temos colaboradores que estão afetos a esta monitorização de todo o equipamento que temos, e que não temos, e poderíamos ter, ou deveríamos ter, e que, infelizmente, não é tão rápida a entrega como nós gostaríamos, e nós distribuímos pelas nossas Comissões Sociais de Freguesia oitenta e um equipamentos EPI – Equipamentos de Proteção Individual, fizemos logo essa entrega no início. Depois, privilegiámos os dois centros que tiveram casos identificados, nomeadamente a Ilha e a Cumieira – para a Ilha foram logo entregues uma série de equipamentos, e para a Cumieira também. À medida que conseguimos, estamos a entregar esses equipamentos.

No caso do e-mail que referiram, eu vou explicar, e como sempre, a minha frontalidade e a minha sinceridade e lealdade para com as coisas, nada me preocupa e me tira o sono a esse respeito. Eu explico: nós estivemos a dar, e não temos isso tudo contabilizado, mas pediam-nos luvas, e nós enviávamos luvas, pediam-nos aventais e nós enviávamos aventais, para situações muito, muito pontuais. Entretanto, houve uma instituição que me enviou um e-mail e disse: “Sra. Vereadora, nós queremos adquirir máscaras, mas nós não conseguimos ter este volume de máscaras que precisaríamos, e esta empresa só fornece se for este volume.” Nós sugerimos que se fizesse um levantamento em termos de IPSS's que quisessem adquirir máscaras, talvez entre todos nós conseguíssemos fazer esta aquisição. E aquilo que eu fiz foi enviar um e-mail, de facto, às IPSS's, a perguntar se queriam adquirir máscaras, e se o poderíamos fazer neste bolo entre todos. Isto passou-



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

se antes do comunicado que o Sr. Presidente fez, na comunicação de imprensa que deu, aqui no Município, antes de eu ter conhecimento também de que a CIM estava a fazer este procedimento para as trezentas mil máscaras para todos os concelhos. Portanto, isto foi antes. Obviamente que foi feito o levantamento, as IPSS's mostraram, de facto, esta necessidade, e no conjunto de necessidades identificadas, nós temos cerca de dezasseis mil máscaras que seriam necessárias a curto prazo, para acudir a estas técnicas, a estas IPSS's e lares. E dizer-vos que não estamos só a pensar nas pessoas que estão nos lares; são aquelas pessoas que vão a casa diariamente – ainda ontem contatei com uma técnica, à noite, e ela disse-me que já não tinha máscara, que já não sabia o que fazer para dar este reforço de SAD. E foi nessa decisão de momento – como sabem, isto são decisões à hora, ao minuto – que eu, realmente, enviei esse e-mail a perguntar se estavam interessados, para podermos aqui pensar numa forma de adquirir o maior número de máscaras para acudir a esta situação. Um dia depois, ou dois dias depois, o Sr. Presidente deu aquela informação, e obviamente que a partir desse momento as aquisições que estamos a fazer em grande número, já não se põe a questão de podermos vir eventualmente, ou não, a solicitar também uma colaboração das IPSS's. Mas isto, como vos volto a dizer, isto foi tudo uma necessidade de identificarmos as necessidades das IPSS's. Agora, também vos digo que do meu gabinete não saiu nenhum e-mail com nenhuma fatura, é completamente impossível, nós nem sequer temos ainda esse procedimento feito, está agora, neste momento, a ser efetuado pela CIM, não foi nada feito da nossa parte, isso é completamente impossível, ter saído do meu gabinete algum e-mail com faturas para que as IPSS's possam pagar. Perante isto, esta noite pensei, e tinha aqui uma mensagem que escrevi, só para que nos concentremos, de facto – como os Srs. Vereadores estavam há pouco a dizer, a Sra. Vereadora Odete, que falou – no que é essencial neste momento. Eu acho que neste momento quem vai travar esta epidemia teremos que ser nós. Hoje, cada um de nós é, de facto, agente de saúde pública, e temos de estar juntos, mesmo que separados; temos que resolver problemas, e não criar problemas, e temos de pensar isto um dia de cada vez, uma hora de cada vez, de uma forma calma, racional. Nós somos pessoas resilientes, somos pessoas de afetos, e os afetos e a resiliência podem ser encarados neste momento assim: ajudar, não criar problemas. Eu sei que é difícil estarmos sozinhos, sei que é difícil não abraçar quem mais gostamos, mas, por favor, separados, em casa, isolados, vamos tentar ajudar a resolver os problemas, e não criar problemas onde muitas vezes eles nem existem.

E continuar aqui a minha apresentação, dizer-vos só para terminar, outros dados, que nós também estamos a tentar fazer um levantamento, e também tenho uma técnica que está com esta matéria, a fazer um levantamento do número de emigrantes, ou pelo menos perceber, ter esta sensação, esta perceção, nas nossas freguesias, nos nossos lugares, quais são as movimentações de pessoas novas e recém-chegadas às uniões de freguesias e aos lugares das nossas freguesias, e neste momento, também à data de ontem, eu tenho aqui a atualização feita ontem, ao final do dia: nós temos na Pelariga dez casos; em Abiul, foram duas pessoas, que também se percebeu que tinham chegado, e este casal foi sinalizado à saúde pública; duas pessoas na Almagreira; duas no Carriço, também sinalizadas à saúde pública; nove nas Meirinhas; sete na Redinha; e duas na União de



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, também sinalizadas à saúde pública. Os dados de hoje ainda não tenho, mas isto também é muito importante, e também é um apelo que eu faço aos vizinhos e vizinhas, que se notarem, é importante que se dirijam às Juntas de Freguesia, é importante que contatem a linha direta das Juntas de Freguesia, e digam que chegaram, porque depois as Juntas de Freguesia irão até vós para vos ajudar e para poder proteger cada um de vós, e proteger todos aqueles que vivem naqueles lugares e naquelas freguesias.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Só para sublinhar – e desculpe interrompê-la – estamos a falar de cidadãos portugueses que entraram em Portugal, que estão nas nossas freguesias, e que nos termos da Lei de Emergência estarão em quarentena obrigatória, e que essa informação não está a chegar às autoridades policiais, não está a chegar às autoridades administrativas, como a Junta e a Câmara Municipal, e este registo é importante para que nós possamos contatar esses cidadãos, para lhes proporcionar os serviços que estão disponíveis, e assegurar-lhes a maior tranquilidade sem que tenham que sair de sua casa, e cumprir com algum escrúpulo aquilo que é a sua quarentena. E portanto, tem a ver com isto, não tem a ver com casos novos; estamos a falar de situações de pessoas portuguesas que regressaram a Portugal. Desculpe lá, é só para sublinhar esta circunstância.

Continue, se faz favor.”

Ana Cabral (Vereadora):

“Obrigada. Podia não me ter explicado bem.

Da mesma forma, nós estamos também a monitorizar o Bairro Margens do Arunca e o Bairro S. João de Deus, mas principalmente o Bairro Margens do Arunca, também tem uma técnica que diariamente contata e vai lá, e eu também lá tenho ido todos os dias, quer com o pastor, quer com os nossos facilitadores. Este trabalho está a ser feito diariamente. Também tivemos a preocupação de higienizar, e estamos a passar todos os dias pelo bairro para tentar, de facto, sensibilizar. Mas, é muito engraçado, ainda hoje, quando passei de manhã, as senhoras com quem falei disseram-me: “Sra. Vereadora, esteja descansada que nós agora estamos mais por casa.” Pronto, mas também para vos dizer que estamos com este trabalho, com este cuidado e com esta monitorização diária. Eu penso, Sr. Presidente, que para já é tudo. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado.

É uma atividade, Dra. Odete, como há pouco lhe disse, que como calcula, este trabalho que acabámos de ouvir, apenas nesta questão social e de acompanhamento das famílias, não é feito por nenhuma outra entidade no concelho. E portanto, eu quero aqui contestar em absoluto aquilo que a senhora aqui veio dizer, de que os briefings municipais repetiam as mesmas coisas que noutros locais onde se possam fazer.

E voltar a apelar aos Srs. Vereadores que sempre que tenham dúvidas sobre a atuação municipal, não precisam de esperar quinze dias para as tirarem; podem dirigir-se à Câmara, podem enviar um e-mail, e obter as respetivas respostas, porque isso ajuda toda a gente, também na vossa missão de informarem os cidadãos, e de não ficarem apenas com os soundbites das redes sociais, que parecem coisas muito importantes e valiosas, e depois chega-se à conclusão de que, às vezes, ou são só distração, ignorância, ou pura



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

maledicência, e não nos fazem avançar para lado nenhum.”

Odete Alves (Vereadora):

“Sr. Presidente, se não se importa, queria só fazer aqui duas pequenas questões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na sequência até das explicações da Sra. Vereadora Ana Cabral, eu continuo sem perceber ainda quem é que fez os testes, os cinquenta e quatro testes Covid. Ou seja, não é a quem é que foram feitos, é quem é que os fez, onde é que eles foram feitos, quem é que os prestou, quem é que prestou esse trabalho, quem é que fez esse trabalho, uma vez que percebi que não foi no Centro de Saúde – esse trabalho não foi feito pela saúde pública, pelo que já percebi.

Outra questão, que também não consegui retirar isso do esclarecimento da Sra. Vereadora, é em resposta ao apelo que o Sr. Diretor do Lar da Cumieira fez, o que é que, em concreto, foi feito pela Câmara a esse respeito.

E já agora, Sr. Presidente, só para terminar, e na sequência daquilo que o Sr. Presidente também disse, eu quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Presidente: o Sr. Presidente não pode falar sobre a minha capacidade de decisão, ou sobre a minha forma de governar; mas, eu posso falar sobre a sua. E quem tem que decidir, e quem tem que governar é o senhor, o senhor é que é o Presidente da Câmara. E eu também lhe quero esclarecer o seguinte: eu não lhe disse que o senhor era o dono disto tudo; eu disse-lhe que o senhor se comporta como se fosse o dono disto tudo, que é coisa diferente, Sr. Presidente. E também lhe quero dizer: Sr. Presidente, não sou só eu que preciso de explicações; os Pombalenses precisam todos de explicações. E eu, sobre a sua forma de governar, e sobre a sua forma de decidir, eu só posso dizer que quando o senhor se revê em concelhos que têm perdido população, como os que citou há pouco, está tudo dito sobre a sua forma de governar, Sr. Presidente. O senhor resignou-se, está resignado, o senhor até parece satisfeito por esta decisão de ter avocado os pelouros aos seus dois Vereadores, o senhor até parece satisfeito com isso. Por isso, Sr. Presidente, não venha dizer que somos nós agora que vamos criar instabilidade na Câmara, Sr. Presidente; quem a criou foi o senhor. Não atire as culpas para os outros, Sr. Presidente; assumo as suas responsabilidades com coragem, assumo as suas responsabilidades, e assumo também as suas decisões, e as consequências dessas mesmas decisões.

É tudo, Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Dra.

Quem fez os testes foi o Laboratório Germano de Sousa, que é o laboratório que está, entre outros, convencionado com o Serviço Nacional de Saúde a fazer os testes no centro de triagem na Feira, junto do Porto.

O que se fez na Cumieira, a Dra. Ana Cabral pode dar-lhe já a referência dos equipamentos que foram cedidos, e também lhe dou a indicação dos vinte e quatro testes que foram realizados na Cumieira, e portanto, são colheitas feitas no local, como foram feitas vinte e oito também na Ilha, mais nos Bombeiros, foram feitas colheitas no local, foram levadas para os laboratórios, são analisados, e por consequência tiramos os respetivos resultados. E foram feitos porque mais ninguém os quis fazer. Podemos discutir



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

este assunto.

Quem trouxe aqui o problema da instabilidade – voltando ao outro assunto – não fui eu, foram os senhores. Quem mostrou problema com a instabilidade foram os senhores, não fui eu. Eu estou muito tranquilo, não temo por nenhuma instabilidade, disse-lhe o que penso sobre o assunto. E por mais esforço que possa fazer para repor uma natalidade que não existiu, não vale a pena tapar o sol com uma peneira, eu sei que esta crise vai ser mais um episódio em que nos vão tentar enganar a todos, onde ouvimos o Sr. Primeiro Ministro a dizer que não falta nada ao Serviço Nacional de Saúde, mas depois faltam máscaras; que é importante reforçar o SAD, e temos lá duas mil e duzentas pessoas no serviço de apoio domiciliário. Sabe quantos equipamentos seriam precisos por dia, integrais, para que essas valentes pessoas que fazem esse serviço em casa de cada um dos nossos idosos possam entrar e sair perfeitamente protegidos? Dois mil e quatrocentos, era o que nós precisaríamos se cada uma só fosse a casa de uma pessoa, porque se fossem a cinco casas, precisávamos de dez mil, para eles mudarem de roupa todos os dias, nas várias casas em que entravam. Ninguém pensou nisto. Ninguém pensou que não há testes, ninguém pensou que não há ventiladores, ninguém pensou, como nos pediam ontem vigilantes para as portas da unidade confinada, determinada para o Covid, assistentes operacionais para limpar o chão. Estas é que são as necessidades, Sra. Dra. E portanto, olhe, ajude-nos, leve isso aos seus correligionários de Partido, diga-lhes que há um mundo que não é aquele douradamente apresentado em como nada faltando, porque estas são as carências de quem está no terreno e percebe que elas faltam. Motoristas para levar técnicos, testes, estas são as nossas dificuldades. E isto é o Portugal real, não é o Portugal fantasiado, de declarações políticas, de ir aos hospitais que têm tudo, para os Diretores Clínicos dizerem que não lhes falta nada. Quando vier aqui a estes locais, às IPSS's, ao Centro de Saúde, aos hospitais, vai perceber que, de facto, têm estas carências. E a Câmara tem que salvaguardar, porque continuamos a ter na rua quem recolha lixo, quem faz a varredura, tem que haver equipamentos, quem opera nas ETAR's, quem opera no Pombus, tudo isso tem que estar salvaguardado devidamente, e nós temos que assegurar isso às pessoas.

Dra. Ana Cabral, nós temos a relação – eu não a tenho aqui – dos meios que foram para a Cumieira. Ainda há pouco a Dra. Lídia Semião falava disso, ontem, no final da tarde, ou já à noite, com o Sr. Joaquim, foram-lhe pedidas duas coisas: primeiro, a relação dos efetivos que eventualmente não estejam disponíveis já para trabalhar no centro da Cumieira, para percebermos que falhas é que existem, e em que horários; depois, o próprio equipamento que foi pedido – porque ainda há pouco a Dra. Lídia me dizia que só tinha equipamento para mais um dia ou dois. Reparem que é importante perceber que a Cumieira é um dos casos onde há doentes hemodialisados; o único que estava foi só ontem para o hospital. Por outro lado, há identificação de utentes que possam estar com a doença confirmada, o que significa que tem que haver ali um período de contenção. Essa é uma missão que compete à Autoridade de Saúde, o que fazer, como é que vai decidir, se eles ficam lá ou se estão isolados, onde é que ficam os outros. E nós temos que tratar de procurar encontrar os meios, com o tempo que nos deem, para isso acontecer. Se teimosamente – e quero sublinhar – se teimosamente se continuar a pôr a cabeça debaixo da areia, fingir que não há testes, fingir que ninguém está contaminado, o problema vai



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

ser gigantesco. Mas isso, as autoridades de saúde têm a sua missão, e eles não têm que obedecer ao Presidente da Câmara, nem o Presidente da Câmara lhes vai dar ordens. Agora, eu sei muito bem o que é que compete a cada um, o que é que eu espero de cada um, e o que é que esperam de mim.

E portanto, este é o ponto de situação. Mas, nós podemos, se achar que é a matéria mais importante para discutirmos, nós podemos discutir isto tudo. Como lhe digo, eu subscrevo em absoluto as palavras da Dra. Ana Cabral sobre aquilo que é o tom de colaboração, de alguma paciência e até condescendência com algumas declarações que sejam menos felizes, como tenho ouvido ao longo dos últimos dias, para procurar que essa paciência não me falte a mim também. Mas, o que é certo é que tem que haver da parte de todas as entidades essa cooperação e essa articulação. Por quê? Porque os dirigentes dos lares estão preocupados, porque os técnicos e os assistentes que lá trabalham estão muito preocupados, porque as pessoas que lá estão, estão em risco, porque os familiares têm muita preocupação. E repare, o Governo quando ontem permitiu que, por exemplo, as próprias famílias possam ir tratar dos seus idosos para os respetivos lares, não sendo prejudicadas nos seus salários, sabe bem o que está a dizer, porque sabe que vai haver muitos destes profissionais que estarem em risco e ficarem de quarentena, ou por estarem contaminados e terem que ir para casa, ou por terem que ser tratados, ou porque pura e simplesmente se recusam a fazer os trabalhos porque não têm condições de proteção individual para o poderem fazer, vão depauperar a capacidade operacional dentro destas instituições. E esta, Dra. Odete, é a realidade dos factos; esta é a realidade dos factos. E mesmo que o Presidente da Câmara tenha – e tem – a disponibilidade de apresentar essa proposta aos nossos colaboradores, eu não posso estranhar que possa haver cidadãos e trabalhadores desta casa que não o queiram fazer, e eu não posso mandar ninguém fazer esses serviços. E portanto, uma coisa é nós concordarmos, abrirmos as portas, dizermos “presente”; outra coisa é termos a certeza que se vai fazer, porque essa decisão não depende de nós. Mas, isso vai acontecer. Mas, quando percebe o alcance das medidas políticas, e se for ver o que aconteceu em Itália – é uma questão de ler – relativamente ao acompanhamento que se procurou fazer nos lares, em muitos casos as famílias tiveram que ir substituir-se aos respetivos assistentes técnicos, e fazer esse trabalho nos respetivos lares. E esta é a realidade das coisas; o ótimo é nós tentarmos perceber se, efetivamente, as pessoas estão ou não estão contaminadas. Nós ontem conhecemos o que fez a Câmara do Porto, a Câmara do Porto tomou a decisão de testar, nas próximas semanas, todos os idosos. Se a Câmara o fez, é porque a Autoridade de Saúde não o vai fazer. Estamos aqui a discutir quem é que faz as análises, se o Centro de Saúde as quer ou não quer, e percebemos que temos aqui vários critérios. Eu tenho estado em contato, em reuniões, em contatos quer com a Dra. Odete Mendes, que é a responsável do ACES do Pinhal Litoral relativamente à saúde pública, quer com o Dr. João Pedro Pimentel, com quem tive que pessoalmente interceder, por causa de um problema de uma das unidades de hemodiálise do nosso concelho, termos oito corporações de bombeiros que estavam muito renitentes em continuar a fazer os respetivos transportes, porque ninguém lhes informava das características e do resultado das análises, ou do diagnóstico feito aos doentes que eram transportados pelos respetivos bombeiros. E isto está a acontecer há



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

quase quinze dias. Nós fizemos testes aos Bombeiros de Pombal porque estavam de quarentena e ninguém lhes fazia os testes, e estavam em risco. E isto é a realidade nua e crua das circunstâncias. E não é adiando, justificando, ignorando, que os problemas se resolvem; é apurá-los, encará-los de frente e resolvê-los. Agora, eu não posso obrigar as entidades que têm poderes próprios para fazer essas tarefas, porque essa é uma competência delas, e portanto, eu tenho apenas que apresentar as circunstâncias e pedir que haja reação, e ser solidário, e estar presente com as instituições, com as IPSS's, com todas essas entidades. Mas, há coisas que nós não podemos fazer; há coisas que nós não podemos fazer. Ainda há pouco, na conversa telefónica que tinha com a responsável da Segurança Social, o problema que se colocava era este: "Sr. Presidente, é possível fazer testes a todas as entidades, a todas as pessoas que estão nestes lares referenciados?" E eu digo: "Por mim, é. Se a Autoridade de Saúde não os quiser fazer, peça-me que eu faça-os." A partir de segunda-feira, vamos ter condições, se eles prescreverem, para fazer esses testes, na capacidade das aquisições que a CIM fez. Agora, nós temos que olhar para estas coisas e perceber para que é que queremos esta informação, e como é que ela é utilizada. E eu confesso-lhe, já ontem o disse, não percebi a importância da declaração do Delegado de Saúde de Pombal, vindo dizer que foi tudo feito à revelia; eu vou enviar-lhe os e-mails que recebi das IPSS's, e dou-lhe os contatos telefónicos das Diretoras e dos dirigentes com quem falei, para tirar isto a pratos limpos, e depois tire as suas conclusões, como eu já tirei as minhas.

Dra. Ana Cabral, sobre as questões da Cumieira."

Ana Cabral (Vereadora):

"Nós, para a Ilha, em máscaras, óculos, luvas, etc., disponibilizámos duzentos equipamentos, no global. Para a Cumieira, trezentos e sessenta, em termos de materiais. Em relação àquilo que o Sr. Presidente disse, deixem-me só também partilhar convosco que diariamente, várias vezes por dia, eu recebo SMS das técnicas a pedir como é que fazem para conseguir fazer testes às colaboradoras que estiveram em contato com as pessoas da hemodiálise, ou que estiveram em contato com algum infetado. E perguntam-me também diariamente, eu tenho que estar a responder isto vezes sem conta, que nós não podemos estar a fazer, é a saúde que tem que resolver. E por isso, também para termos consciência de que, de facto, às vezes sentimos alguma impotência em responder de uma forma precisa.

Não sei se respondi a tudo, ou se têm mais alguma dúvida."

Presidente da Câmara Municipal:

"Muito bem, parece-me que sim, muito obrigado.

Havia mais alguma inscrição no âmbito do PAOD?

O Sr. Eng.º Narciso Mota tinha pedido a palavra. Faça favor, Sr. Engenheiro."

Narciso Mota (Vereador):

"Sr. Presidente, permita-me que por imperativo de consciência, e muito respeitosamente, cumprimente à distância todos os nossos munícipes.

Nós vivemos um período que nos preocupa imenso, temos uma pandemia que se alastra por todo o mundo, temos o coronavírus que já provocou em Portugal mais de sessenta mortes, três mortes no Concelho de Pombal, e nós devemos ter em atenção que todos os meios necessários devem ser postos à disposição das pessoas mais fragilizadas, para



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

limitar todas as mortes que ainda podem surgir no país, e no nosso concelho em particular. Por isso, não devemos poupar meios para reforçar tudo o que for necessário, em termos de tratamento, em termos de medicamentos, em termos de análises, aos centros de dia, aos lares. E no Concelho de Pombal, nós já tomámos diligências, de pôr a zona desportiva ao serviço desta pandemia, dos nossos municípios e das doenças, e tratamento, e equipamentos necessários, etc., e também a ExpoCentro.

Estivemos bem, e queremos continuar com mais reforços, dentro da possibilidade.

Mas, também queria dizer – e infelizmente eu tenho dito isto muita vez – que nós temos uma democracia com dois pesos e duas medidas, e não devíamos ter uma democracia com dois pesos e duas medidas. Temos deputados que estão na Assembleia da República há mais de quarenta anos, de todos os Partidos, e ainda não tivemos capacidade para atualizar, década a década, a nossa Constituição da República. E isso também tem permitido que haja mordomias, não só a nível nacional, dos deputados, mas também a nível da Comunidade Económica Europeia. E portanto, a crise só se resolve, e a economia, com redução de custos naquilo que é o setor público, que deve ser exemplar em todas as vertentes genéricas que tem de atuação. Nós sabemos que se não houver essa preocupação – porque até limites de mandatos para os Presidentes de Câmara e para os Presidentes de Junta, e bem, defendo isso, se eu tivesse saído em 2005, depois de três mandatos, não tinha vivido estes problemas que ainda vou vivendo, e eu já estou a envelhecer, com setenta e três anos preocupa-me e sei que ao ser Presidente de Câmara é muito difícil agradar a gregos e a troianos. É muito difícil. E como tal, temos, com humildade, de aprender um pouco com as falhas que vamos cometendo, e depois remediá-las e não as cometer.

Ora, a Câmara Municipal de Pombal tem feito um ótimo trabalho a nível da proteção dos incêndios, da defesa da floresta, em limpeza e meios, através da Associação Humanitária dos Bombeiros, e não só, até através das comissões que nós temos a nível das freguesias, mas há muita coisa ainda para fazer. E eu sei que, por exemplo, os nossos deputados acumulam funções, todos têm gabinetes médicos, todos têm gabinetes de advocacia, etc., e outras coisas mais, e os Presidentes de Câmara são uns escravos, e os Presidentes de Câmara nesta democracia não podem acumular nada, e estão sujeitos sempre a crítica, que às vezes deviam ser construtivas, e muitas vezes são destrutivas.

Eu queria com isto dizer que, efetivamente, permiti aqui no nosso concelho – e o Sr. Presidente também era o meu Vice-presidente – que houvesse outras funções, alguns quadros técnicos qualificados nesta Câmara, porque nós somos solidários sempre – não estivesse eu vinte anos na Associação Nacional de Municípios, nos órgãos diretivos, com informação, e tudo aquilo que nós fazíamos aqui de inovador e evolutivo, nós não eramos egoístas, eramos solidários, e até com todos os concelhos, não só os concelhos da zona centro do país, mas a nível nacional, que usufruíssem também daquilo que nós tínhamos aqui, que ganhámos prémios, e tudo, etc. E isso deve ser também apanágio de um bom relacionamento dos autarcas, não só a nível da CCDR, a nível da Comunidade Intermunicipal, a nível das Terras de Sico, a que estamos associados, também a nível do turismo, e a nível de todas as instituições públicas que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável de todo o concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Por isso, eu recomendo que, efetivamente, isso continue a ser apanágio desta nossa Câmara, que eu fico muito satisfeito e feliz quando as coisas evoluem. Nós estamos a um ano e meio, ou pouco mais, das próximas eleições, e gostaria que, efetivamente, nós conseguíssemos cumprir com o programa, e eu gostaria, porque estive a ver as fundações de algumas pontes e duas ou três estão escavadas, que fossem repostos e reforçados todos os alicerces, para evitar problemas nessas pontes. Mas, também poderíamos pensar e não nos desvincularmos da bacia de retenção das águas, que já estamos a preparar, tivemos os incêndios em 2005, depois tivemos as inundações em 2006, para não haver mais cheias na nossa cidade. E devemos preocupar-nos também com a Quinta do Emporão também deve ser adquirida rapidamente, para permitir melhor qualidade de vida aos nossos munícipes. A Casa Mota Pinto, também gostava de lá ver uma cave, que é uma mais valia turística e social para o nosso concelho. Também queria que a Quinta de Santana fosse ocupada, Sr. Presidente, e também gostaria que aquele estudo que nós temos feito, para fazer um viaduto por baixo da Linha do Norte, que a REFER não o fez, apesar do nosso apelo e da nossa resiliência, que ligasse os Bombeiros ao IC2, à zona da Formiga, que também é uma obra que deve ser feita para o futuro.

E também, permita-me, Sr. Presidente, que nunca se desligue, de facto, daquilo que se tem vindo a fazer, bem ou menos bem, e do muito que há para fazer no médio e longo prazo. E por esse facto, também gostava de ver repostos os pelouros no Pedro Brilhante e na Ana Gonçalves, logo que seja possível, porque eu sei que as pessoas são humanas, são solidárias, e este país deve aperfeiçoar a democracia e consolidá-la, e deve tratar todas as pessoas com uma certa humildade. E eu sei que isso acontece, também aconteceu comigo, e que nós temos, depois, com humildade que repor e fazer com que as coisas evoluam cada vez melhor, para bem de todos.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Faça favor, Sr. Vereador.”

Michael António (Vereador):

“Antes de mais, bom dia a todos, a todo o Executivo Municipal, e a quem nos acompanha através da internet.

Eu queria começar exatamente pelo assunto que eu creio que mais merece a nossa dedicação e a nossa atenção e foco, e as preocupações e as decisões políticas neste momento, na minha opinião, à cabeça e à frente de qualquer outra, neste momento de plena crise nacional e estado de emergência em que vivemos, neste momento o nosso foco principal é, efetivamente, ou deve ser o combate a este flagelo e a esta pandemia que nos assola.

Eu vou ser breve, tenho estado a assistir com paciência a todas as intervenções, e relativamente àquilo que também já foi aqui falado, eu queria dizer o seguinte, Sr. Presidente: eu creio que foi bastante consensual, e foi unânime até, todo o teor, o conteúdo e as decisões que foram tomadas na nossa última reunião de Câmara, que foi extraordinária, faz hoje uma semana, exatamente no dia 20 de março. Para dizer o quê? Além das decisões e das deliberações que foram tomadas, um pacote que o senhor depois até mandou divulgar, de cerca de oitocentos mil euros (800.000€), essas decisões e



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

deliberações do órgão executivo já são conhecidas do público em geral, mas além dessas decisões, como eu dizia, e como a Vereadora Odete Alves também já referiu, foi consensual e foi unânime que nós tínhamos tomado decisões no seguinte sentido – e eu fiz esse pedido expresso, e volto a fazê-lo, que é que nada falte às IPSS's, e que nada falte às instituições públicas deste concelho. Isto sem prejuízo, porque eu tenho sido contatado também por algumas pessoas que estão ligadas às IPSS's, e o Instituto da Segurança Social, IP, já veio informar as IPSS's de que haverá a disponibilização de meios financeiros para ajudar e para acudir àquilo que depois se venha a confirmar que foram as despesas para o combate à pandemia. O problema é que as IPSS's não sabem em que medida é que vão ser apoiadas, e muito menos sabem quando. E portanto, eu reitero aqui, e sublinho aquilo que disse na última reunião de Câmara, e pedia que ficasse hoje expressamente decidido, de forma simples, mas muito clara, o seguinte: que nós dêssemos corpo e materializássemos aquilo que foi também a nossa última reunião de Câmara, e que eu tenho quase a certeza que também será unânime aqui, que nada falte às nossas IPSS's. E como foi dito há pouco também pela Vereadora Ana Cabral, que efetivamente se faça junto das IPSS's e de outras instituições públicas – quem sabe, há outras instituições públicas que podem também vir a ter privações – que se faça junto dessas instituições, nomeadamente as IPSS's, lares residenciais, etc., tudo aquilo que são as reais e mais urgentes necessidades para fazer face a esta crise. Atenção que eu só estou a falar do combate à pandemia, e só estou a falar dos assuntos ligados ao Covid-19. E portanto, fazer esse pedido junto das IPSS's, que sinalizem tudo o que são necessidades, seja de equipamentos de proteção individual, seja outro tipo de logística, seja outro tipo de bens, e Sr. Presidente e caros Vereadores, também – e se calhar o mais importante – se têm problemas de tesouraria ou de liquidez. Eu penso que neste momento, Sr. Presidente, nós com certeza teremos que vir a fazer uma alteração ao Orçamento da Câmara para 2020 – aliás, desde já, já foram tomadas aquelas medidas, com aquele valor que ainda agora acabei de referir – vamos ter que fazer uma alteração ao Orçamento, e é nosso dever e é nossa obrigação enquanto autarcas e enquanto políticos, mesmo que não tenhamos – temos algumas atribuições e competências, mas mesmo que não seja obrigação legal de o fazer, eu penso que neste momento a solidariedade impõe-se-nos. E portanto, era isso que eu pedia, que hoje ficasse aqui tomada uma decisão, eu penso que não é preciso ela constar da ordem de trabalhos como uma informação efetiva, ou uma proposta, mas também poderá ser, nada contra a forma; o que eu quero, de forma muito clara, é pedir aqui que fique expressamente decidido hoje que a Câmara estará presente, e que nada faltará às nossas IPSS's, no que diz respeito ao combate a esta crise e a esta pandemia. E depois, posteriormente, Sr. Presidente e caros Vereadores, quando passar a tormenta, quando passarem estas horas mais negras, teremos oportunidade de fazer uma contabilidade, e de eventualmente até, junto das IPSS's, saber aquilo que venha a ser a contribuição do Instituto da Segurança Social, e que até se faça um acerto de contas. Mas, neste momento, eu penso que isso é urgente, e peço sinceramente que hoje, o órgão executivo tome uma decisão nesse sentido, até porque, Sr. Presidente, na reunião de Câmara extraordinária, faz hoje uma semana, também lhe dissemos, todos os Vereadores, que o senhor tinha carta branca para fazer as despesas que fossem necessárias para



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

fazer o combate a esta crise.

Dito isto, também lhe queria dizer o seguinte: também foi consensual e foi unânime – aliás, de resto, todas as decisões naquela reunião de Câmara foram unânimes, e ainda bem que assim foi – também ficou decidido que a Câmara trataria de fazer uma comunicação diária e atualizar essa informação diariamente, de uma forma também muito objetiva, muito transparente e muito fidedigna. Eu sei que a Câmara tem feito um briefing todos os dias, às doze horas, e que convoca a comunicação social para esses briefings, e como nós decidimos na altura, também consensualmente, o desconhecimento dos factos gera a tal desinformação, os comentários muitas vezes desagradáveis – porque eu sei que nas redes sociais e noutros fóruns foram feitos comentários, sobretudo motivados pela falta de conhecimento. Pese embora eu saber que esses briefings têm sido feitos diariamente, e com uma informação muitíssimo detalhada – também vou acompanhando alguns órgãos de comunicação social – eu, se calhar, fazia aqui a sugestão, Sr. Presidente e caros Vereadores, de esses briefings, como estamos a fazer aqui hoje, em canal aberto, a transmissão da reunião de Câmara, que a Câmara e o Sr. Presidente do Executivo ponderassem a hipótese de, por exemplo, fazer a transmissão desses briefings diários – não quer dizer que tenha que ser na íntegra – ou o Sr. Presidente fazer, no final desses briefings, um resumo para comunicar à população e aos Pombalenses.

Dito isto, Sr. Presidente, caros Vereadores, eu não me vou alongar muito mais, evidentemente que o assunto quente, chamemos-lhe assim, desta reunião é, efetivamente, a avocação por parte do Sr. Presidente dos pelouros à Vereadora Ana Gonçalves. Sr. Presidente, logo no início da sua intervenção, eu percebi quando disse que alguns Vereadores já tinham feito declarações – penso que foi assim – eu fiz as minhas, públicas, porque como eu também disse a um determinado órgão de comunicação social, eu não tinha que ficar à espera das suas explicações, ou das suas razões, por uma série de motivos, que eu não me vou estar aqui a alongar. Eu sou responsável pelas declarações que emito e que faço, e sempre assumirei as minhas declarações, como fiz esta semana em canal aberto, numa rádio local. Sr. Presidente, eu quero dizer-lhe que, efetivamente, eu lamento profundamente esta sua falta de oportunidade – como eu disse, estamos em plena crise nacional e em estado de emergência decretado – para mim uma novidade, eu vou fazer quarenta e seis anos muito brevemente, e nunca passei por uma situação destas na vida – é um momento em que estamos a lutar pela saúde e pela vida das pessoas, pela economia, não só do concelho, mas de todo o país, e portanto, creio que o seu sentido de oportunidade foi o pior possível.

Sr. Presidente, eu percebo muitíssimo bem o que o motivou, as suas razões, esta é a minha leitura, porque eu penso pela minha cabeça, já o conheço a si há muitos anos, a sua forma de estar na vida, a forma como dirige uma autarquia, como foi Vice-presidente, conheço também a Vereadora Ana Gonçalves há muitíssimos anos. De resto, já militei muitíssimos anos também no Partido Social Democrata, do qual saí há alguns anos a esta parte pelos motivos que já apresentei, que não são para aqui agora chamados. E portanto, passando à frente, eu penso pela minha cabeça, Sr. Presidente, e eu sei que a sua decisão tem motivações muito próprias; tem motivações muito próprias. E quero dizer o seguinte: eu não me vou alongar muito, porque o senhor já fez aqui várias declarações,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

já disse o que tinha a dizer, a Vereadora, Dra. Odete Alves, também já aflorou o assunto, eu não vou repetir tudo o que foi dito, subscrevendo as palavras dela desde já, subscrevendo as palavras da Vereadora Odete Alves relativamente àquilo que é a avocação dos pelouros por sua parte à Vereadora Ana Gonçalves, e dizer o seguinte: eu fiz as tais declarações esta semana, publicamente, Sr. Presidente, e vou dizer-lhe, eu não estou disponível para o faz de conta; não estou disponível para o faz de conta. Eu sei que há, efetivamente, uma questão relacionada com a acumulação de funções, e que já se discute nesta Câmara há cerca de um ano a esta parte, que tem a ver exatamente com o Dr. Miguel Ribeirinho – já que se falou no nome, está dito – o Diretor de Departamento de Recursos Humanos, que, de resto, acumulava funções já do tempo em que eu também era Vereador da maioria, devidamente autorizadas, e portanto, agora terá requerido nova acumulação de funções, o Sr. Presidente exarou aquele despacho, já se falou aqui de pareceres jurídicos, etc., eu isso relego para a fase em que havemos de analisar um processo disciplinar, e onde não de constar os documentos todos, para eu fazer a minha análise a essa questão da acumulação de funções e à suspensão do Sr. Diretor de Departamento de Recursos Humanos, e à instauração de um processo disciplinar. Mas, eu não vou confundir esse assunto, Sr. Presidente e caros Vereadores, com a retirada de pelouros. O senhor pode dizer, como disse, que o seu fundamento é esse, eu não acredito, com o devido respeito que eu tenho por si e por todos, eu não acredito nisso, e esta é a minha leitura, porque, Sr. Presidente, eu percebi que o senhor quer fazer uma coisa ser consequência da outra, mas lamento dizer que eu não acredito nisso, e vou dizer, porque eu sou muito frontal e muito direto, gostava de estar aí hoje presente para falarmos olhos nos olhos, a prudência recomenda que não o façamos – aliás, de resto, a Legislação também o recomendou; não impôs, mas recomendou – para dizer que, como o senhor não pode ignorar, e ninguém ignora neste concelho, e eu lamento profundamente que estejamos a fazer – passe a expressão – esta lavagem de roupa neste órgão, mas são sobejamente conhecidos e falados na praça pública, Sr. Presidente, os motivos pessoais – que o senhor também aqui acabou por concordar – que o dividem e que o separam da Vereadora Ana Gonçalves. De resto, como eu também já tive oportunidade de dizer publicamente, é no seio próximo da sua pessoa, Sr. Presidente da Câmara, é do seu seio mais próximo de onde surgem os comentários que são feitos. E vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Presidente, aos Srs. Vereadores e a toda a gente que nos ouve: eu não faço qualquer juízo de valor, não faço qualquer juízo de valor, nem comentário, naquilo que diz respeito à reserva da intimidade da vida privada das pessoas; nunca o fiz, nem nunca farei, tenho um imenso respeito. E como o senhor já percebeu, e todos perceberam, eu só estou a falar de questões pessoais, ponto final. É a minha convicção da interpretação que eu faço. E portanto, o que eu quero dizer, dito isto, respeitando essa reserva da intimidade da vida privada, que nem todos respeitam, nem todos salvaguardam, e se calhar é por isso que estamos aqui a falar disso, mas, Sr. Presidente, fazendo esse respeito e essa ressalva, eu tenho, pensando pela minha cabeça a interpretação que eu faço, isto não vem de agora, já vem de há muitíssimo tempo, é que são, efetivamente, assuntos pessoais. E o senhor quer, neste momento – já disse que o momento não podia ser pior; o senhor terá as suas razões, eu já as percebi, não quero trilhar também esse caminho, mas eu já percebi o



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

momento que foi escolhido, que eu lamento. E portanto, Sr. Presidente, para ser breve, o senhor disse, nomeadamente, que faz todo este trabalho sozinho. Sr. Presidente, o senhor parte logo para o discurso da arrogância e para o ataque ao Partido Socialista, e à Vereadora Odete Alves, quando o assunto não é esse; o assunto é a retirada de pelouros. O senhor acha que isto não cria instabilidade? O senhor acha que num órgão como a Câmara Municipal, em que o PSD elegeu cinco mandatos para a Câmara, o senhor acha que retirando os pelouros a dois Vereadores – vá lá, vale-se do facto de ter aliciado um Vereador do NMPH, que aceitou os pelouros, isso já é água que passou debaixo da ponte – se o senhor acha que isto não é instabilidade num órgão, eu acho que o senhor – e usando a expressão que o senhor usou há pouco – está a enfiar a cabeça na areia, ou anda alegremente só a pensar que está tudo bem. E vou-lhe dizer, Sr. Presidente, o senhor disse para lermos os jornais, ou que não lemos os jornais, a propósito do número de mandatos, da composição que a Câmara vai ter no futuro, que a Câmara vai perder Vereadores, efetivamente vai, infelizmente para todos nós, para o concelho, e para aquilo que é a pujança económica da nossa terra. Evidentemente que isto não tem a ver com o número de lugares de Vereadores para a Câmara, tem a ver com a dimensão que o órgão deve ter, em proporção àquilo que são as necessidades do concelho. Mas, Sr. Presidente, vocês sabem que eu raramente uso de ironia ou de sarcasmo, mas vou dizer-lhe uma coisa: à sua pergunta se não lemos os jornais, eu os locais não leio. Eu percebo por que é que o senhor até o pode dizer, mas eu não vou andar a ler braços estendidos da Câmara Municipal, nem o folhetim da Câmara, ou do PSD, porque fazendo uma pequena exceção a uma rádio local que ainda sabe o que é a pluralidade democrática e a liberdade de expressão, porque o seu gabinete até mostrou um desagrado muito profundo pelas minhas declarações desta semana na rádio, e eu percebo que incomodem, mas, sabe, tirando esses órgãos de comunicação social, que eu não me canso de dizer que não estão a fazer comunicação social nenhuma, mas eles vão fingir-se de mortos – usando a expressão que a Dra. Odete Alves também usou há dias na rádio – eu leio jornais, mas eu penso pela minha cabeça. E portanto, Sr. Presidente, dizer-lhe que eu também já percebi que o senhor já levantou o véu relativamente à instabilidade, ou não, do órgão, nomeadamente falou que os Vereadores a quem retirou os pelouros foram eleitos pelo PSD, que não acredita que eles votem contra o projeto, e também disse que acredita na estabilidade do órgão, pela nossa superior responsabilidade – e quando fala “nossa”, dos Vereadores da Oposição.

Para terminar, digo-lhe a si, Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Vereadores e a todos os Pombalenses, vou dizer o seguinte: eu nunca contribuirei, nunca, jamais, em momento algum, para a instabilidade do órgão, para a instabilidade da Câmara, mas, efetivamente, penso pela minha cabeça, e aqui estarei sempre para fazer as minhas interpretações e dizer aquilo que penso, nomeadamente daquilo que eu acho que sejam os destinos para o Concelho de Pombal.

E para terminar, voltando àquilo que é o mais importante para mim – e dirijo-me a todo o órgão executivo – eu peço sinceramente, expressamente, de uma forma expressa, que decidamos aqui hoje, Sr. Presidente – evidentemente, isto não é nenhum cheque em branco para desatar a fazer uma despesa que não seja mensurável, mas o que eu quero aqui pedir é que fique expressamente decidido que nada faltará às IPSS's, e Sr. Presidente, seja



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

através de e-mail, seja através de contato telefónico, seja, se o senhor entender necessário convocar uma nova reunião extraordinária, para quando o senhor entender, para no fim de fazer esse apuramento junto das IPSS's e instituições públicas, nós estarmos na linha da frente a ajudar, porque já me custa saber que os profissionais de saúde, que as autoridades de segurança e todos os colaboradores das IPSS's, funcionários, técnicos superiores ou tarefeiras, já dão o corpo às balas, porque andam na linha da frente a correr gravíssimos riscos, era só o que faltava, essas instituições não terem, em termos logísticos, ou de tesouraria, ou em termos de liquidez, aquilo de que necessitam para fazer o combate e para ultrapassarmos esta crise. E portanto, deixo este pedido, fazendo aqui término da minha intervenção, que nada falte aos nossos Pombalenses, e nomeadamente às IPSS's.

Muito obrigado."

Presidente da Câmara Municipal:

"Muito obrigado, Sr. Vereador.

Intervenção do Sr. Vereador Pedro Brilhante, se faz favor."

Pedro Brilhante (Vereador):

"Muito obrigado, Sr. Presidente. Tentarei também ser breve, já falámos sobre os assuntos extensivamente, é meio dia e meia.

Dizer também que dividirei a minha intervenção nos dois pontos que estamos a debater, a importância de ambos depois também caberá a cada um perceber o porquê de estarmos também nesta situação, a falar de uma crise de saúde pública e sermos obrigados a falar de uma outra crise política, neste caso. Portanto, para mim a importância é sempre a que os assuntos vão conferindo, e infelizmente, contra a minha vontade, mais uma vez, estamos a falar de um assunto que poderíamos muito bem não estar a falar, e parece-me que essa seria a vontade de todos os restantes elementos, à parte do Sr. Presidente.

E portanto, começando pelo assunto do Covid-19, apenas reforçar aquilo que já disse na última reunião extraordinária que tivemos nesta Câmara, e obviamente reforço a mensagem de todos os Vereadores que falaram, relativamente à concordância e ao total alinhamento dos argumentos dos Vereadores, e obviamente da Câmara, quando tomámos as medidas que tomámos. Foi em total unanimidade, e todos nós estivemos na disposição, Sr. Presidente – a expressão que o Michael usou é verdadeira, utilizámos a expressão de que tem carta branca relativamente a este assunto, para tomar as medidas necessárias, fundamentais, e que acredite que durante o processo de decisão tenham que ser tomadas com rapidez e clarividência. Portanto, neste momento, as cores partidárias, os azedumes pessoais estão completamente postos de parte – e eu aqui, obviamente, não posso deixar de deixar um cumprimento especial à minha colega Ana Gonçalves, que no dia a seguir, ou dois dias depois de o senhor lhe fazer esta – vou classificar de canalhice, porque é o que é, não tem outro termo – teve a hombridade e a lisura de pôr os interesses dos Pombalenses em primeiro lugar, e de vir àquela reunião de Câmara dizer-lhe também a si que tinha carta branca para poder fazer aquilo que entendesse de fundamental para que os Pombalenses não deixassem de ter o auxílio necessário desta Câmara Municipal de Pombal. E portanto, deixar essa nota muito importante, porque, de facto, foi da responsabilidade desta Câmara, dos elementos desta Câmara, de uma grande



MUNICÍPIO DE POMBAL

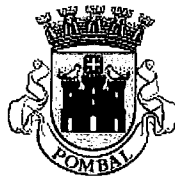
0009/CMP/20

27-03-2020

responsabilidade e de um grande humanismo, termos realizado aquela reunião nas condições em que realizámos, e aceitarmos de bom grado, independentemente daquilo que o senhor já nos fez a todos, e já nos disse a todos, e já repetiu hoje mais uma vez, deixar a si uma carta branca. E portanto, percebe-se bem a diferença de elevação entre as pessoas que se sentam a esta mesa – neste caso, cada um em sua casa, ou no seu sítio, mas a diferença da hombridade das pessoas que se sentam a esta mesa. E portanto, deixar esta nota e este reparo.

Dizer-lhe também, Sr. Presidente, relativamente a este assunto, não vou estender-me muito mais, as contas fazem-se no fim. Dizer-lhe apenas isto: faça o que achar necessário, o que entender necessário, e que não falte nada a ninguém. Esta é a mensagem que os Vereadores lhe deixaram, não pode faltar nada a ninguém. E no caso específico do Covid-19, em que temos declarações do Delegado de Saúde que está responsável pela nossa área, de vir dizer que não articularam com ele, Sr. Presidente, vou desclassificar aquilo que deveria dizer neste momento; a mim, o que me preocupa é que o senhor lhe ligue e comece a coordenar. É só isso que tem que fazer. É-me indiferente quem é que tem razão, é-me indiferente se o senhor tem e-mails para as IPSS's, a coordenar com o que quer que seja; o que me interessa saber, neste caso, é se o senhor vai fazer aquilo que é a sua obrigação, que é o seu trabalho, que é coordenar o que não coordenou, pelos vistos, até agora. É só isto. E portanto, o que nos interessa a nós não é que o senhor tenha razão, ou deixe de a ter; o que nos interessa a nós é que o senhor faça o seu trabalho e resolva os problemas que tem que resolver. É para isso que tem uma carta branca, e é para isso que continua a ter a carta branca para este assunto, indiscutivelmente. E portanto, é como lhe disse: o seu trabalho não é ter razão; o seu trabalho é resolver problemas. E portanto, independentemente do que o senhor ache ou deixe de achar, aquela declaração está lá, eu não acredito que o Dr. José Ruivo tenha mentido; independentemente disso, o que me interessa é que se não houve, que passe a haver articulação, apenas e só. E em tudo o resto, Sr. Presidente, tem carta branca absoluta para tratar destes assuntos. E obviamente, também agradecer à Dra. Ana Cabral, à nossa Vereadora, pelas explicações que aqui nos trouxe, e sobre os acompanhamentos que nos foi dando, e que sei do trabalho exaustivo que tem realizado nestas matérias.

Porque não somos técnicos – e eu também já o disse na última reunião de Câmara, nenhum de nós é formado em medicina, nem está em nenhuma dessas áreas – é muito importante que também nestas alturas percebamos os nossos lugares, e percebamos que os políticos são políticos, e os técnicos são técnicos. E portanto, aqui para mim, mais uma vez, volto a referir, o mais importante é que consigamos continuar a executar, de forma clara e evidente, aquilo que são as indicações dos técnicos, dos profissionais e dos responsáveis destas áreas. Não são os políticos que devem estar a integrar o papel total daquilo que devem ser as operações. Nós somos operacionais daquilo que for necessário, daquilo que tecnicamente tem que ser seguido. E são essas pessoas, aqueles em quem confiamos e que têm responsabilidades, que temos obrigação de secundar, e muito bem. Portanto, como lhe disse, é irrelevante de quem é a opinião, se o senhor está mais ou menos aberto, e se está mais ou menos – já não me lembro da expressão que usou, da paciência; Sr. Presidente, a paciência aqui é indiferente, o que nos interessa é que as



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

competências se cumpram, que as coisas se façam, e que não falte nada a ninguém. Tem carta branca exatamente para esse assunto. As contas far-se-ão no fim, e eu tenho a certeza que nenhum de nós sairá descontente com as atitudes que tomámos neste período.

Sr. Presidente, relativamente ao segundo ponto, que nenhum de nós gostaria de ter abordado hoje, mas que eu tinha, como deve calcular, várias notas sobre este assunto, e mais uma vez o senhor tem esta capacidade tremenda de me conseguir surpreender ainda nas várias apreciações que faz. Eu já não tenho palavras para descrever este seu delírio; não tenho palavras, Sr. Presidente. E eu acho que quem o ouve já começa a desconfiar que as coisas possam estar cem por cento (100%) bem consigo. Não me leve a mal, mas não há ninguém que possa achar que as coisas aqui podem estar bem. E eu vou dizer-lhe por quê: é sempre complicado, em causa própria, virmo-nos defender, e portanto, eu não o fiz da última vez, eu pedi-lhe provas, o senhor não me apresentou, e mais uma vez continuamos aqui com os seus fait divers, com as suas acusações e com os seus ataques de carácter. Não há prova nenhuma sobre aquilo que o senhor venha aqui dizer. E continua a dizê-lo, de forma indiscriminada. Para si é fácil, nunca trabalhou na vida, nunca teve que se justificar na vida profissional, e portanto, a sua reputação profissional é-lhe indiferente, porque não existe, isso para si é absolutamente indiferente, e portanto, estas suas atitudes também.

Aqui, o que me parece claro são duas coisas muito simples. Primeiro, o senhor está a tentar colar dois processos, e sabemos todos por quê: primeiro, porque a Vereadora Ana Gonçalves já o disse, e muito bem, nenhuma motivação o move sob o ponto de vista da lisura profissional da Vereadora Ana Gonçalves, nenhuma, e nós sabemos bem, eu estive convosco em várias reuniões. Também nada o move, Sr. Presidente, relativamente ao Dr. Miguel Ribeirinho, como eu sei, tanto que o senhor, há menos de um ano, voltou a reconduzi-lo como chefe dos recursos humanos. Nada o move. Só quem o conhece é que sabe as “trapaceiradas” que o senhor faz relativamente a estes processos quando quer despachar alguém, e sobretudo gente que lhe faz frente, como aconteceu comigo a vida toda – o senhor sabe que não me levou de ânimo leve, não me levou de ânimo leve; foi muita gente que quis que o senhor levasse as coisas assim. E estas coisas vão acontecendo porque aqueles que têm o topete de lhe dizer aquilo que o senhor não gosta de ouvir passam, depois, por estes processos de descredibilização pessoal. Isto é inqualificável, inqualificável, Sr. Presidente. E toda a gente o conhece, não vale a pena andarmos aqui a justificar coisas.

E vamos à questão, para vermos o ridículo das suas declarações. O Sr. Presidente – e eu espero que isto não lhe traga problemas judiciais, porque se eu estivesse no lugar do Dr. Miguel Ribeirinho, o senhor ia ter vários problemas depois desta reunião; eu acho que o senhor tem muitas falhas técnicas, gosta de dar essa ideia de que é um tipo tecnicamente bem preparado, mas qualquer pessoa que trabalha consigo sabe bem as calinadas frequentes do Sr. Presidente, e as impreparações que o rodeiam. Sabem bem, e era por isso que o senhor também não gostava de mim, porque eu também lhe conseguia dizer quais eram, e o senhor não gostava. E portanto, o Sr. Presidente vem aqui embrulhar duas coisas: primeiro, um processo que é de âmbito de um colaborador, ou seja, há uma suspeita que o senhor tem, fundada ou não, é indiferente, o senhor tem uma suspeita



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

sobre um trabalhador a quem renovou a confiança no mais alto cargo, e que o senhor vem aqui dizer: “Bem, este senhor; eu desconfio de uma coisa que ele já fazia ainda antes de vir para a Câmara de Pombal.” Antes de vir para a Câmara de Pombal, ele já tinha esta acumulação de funções, já tinha esta empresa, já tinha isto tudo. E o senhor vem aqui expor o caso dele, que não se pode defender, e vem aqui dizer-nos a todos: “Bem, meus amigos, isto é tudo uma embrulhada...” – é o seu estilo – “... isto é tudo uma embrulhada...”, ataca-o pessoalmente, e diz uma coisa impressionante, lá para o meio o senhor diz uma coisa deste género: “O processo disciplinar vai mostrar tudo.” Então, mas o senhor já sabe o resultado? O senhor já sabe o resultado do processo disciplinar? Vai mostrar o quê? Aliás, o senhor pode falar sobre isso? Não pode, pois não? Eu sei que não, o senhor também sabe, mas aventura-se; é assim, quem sabe pouco aventura-se sempre mais um bocadinho.

Nós sabemos todos que as suas motivações relativamente ao afastamento da Dra. Ana Gonçalves são pessoais. Eu não as vou expor aqui, mas, Sr. Presidente, toda a gente sabe, são pessoais. O senhor embrulha os casos, faz estas declarações miseráveis de ataques pessoais às pessoas, miseráveis, e mete um ar assim muito polido, e acha que está tudo bem. Quando mistura tudo, o senhor faz um ar polido, e só quem não o conhecer é que não sabe que o senhor não sabe metade das coisas que diz. E depois, vem misturar os casos. E claro que aproveita esta situação do Covid-19, como sempre aproveitou – Sr. Presidente, é conhecer o seu histórico. Quando me tirou os pelouros, sabe o que fez no dia a seguir? Foi de férias, e depois disse que estavam marcadas. Não estavam nada, mas foi de férias, foi para um retiro, como costuma ir, e tivemos que ficar uma semana à sua espera. Quando o senhor ia de férias na Câmara, toda a gente sabia que, entretanto, deve vir aí qualquer coisinha, de uma sarrafada em alguém, e era sempre certinho, Sr. Presidente.

Aquilo que a Dra. Odete disse, e muito bem, é que se vive um clima de medo nesta Câmara, os funcionários são perseguidos, e são, de facto – e, Sr. Presidente, eu dou estas declarações onde for, que eu testemunhei vários casos, vários casos, como o senhor sabe. E estas questões, Sr. Presidente, são inqualificáveis. O senhor quer misturar casos para justificar aquilo que é uma vontade pessoal sua, como fez comigo, inventa incapacidades – como sabe, teve duas reuniões no Partido em que o senhor foi ridicularizado, em que não conseguiu apresentar provas nenhuma, como sabe. E voltando a esta questão do Partido, mais uma vez que fique claro para toda a gente, o PSD não teve nada a ver com esta decisão, não foi consultado, e desta vez, ao contrário da outra, nem sequer foi informado; soubemos pelos jornais. O senhor sabe bem a canalhice que está a fazer. Aliás, secundando aquilo que o Vereador Narciso Mota aqui disse, o senhor faz assim porque quer assim; porque quer assim, porque ao contrário tinha que justificar. Assim, embrulha publicamente as pessoas, retira-lhes credibilidade, acusa-as de coisas de que não tem provas, e faz estes tristes espetáculos que estamos a ver mais uma vez, em plena crise de saúde pública. É uma irresponsabilidade, Sr. Presidente.

E vir dizer que não está em crise política, Sr. Presidente, isso é um delírio. Não está em crise política? O senhor enxovalha dois Vereadores da sua cor, sem provas, sabendo todos nós do que é que se trata, trata como trata os Vereadores da Oposição – ainda agora este triste espetáculo com a Dra. Odete Alves, triste espetáculo, Sr. Presidente, e Dra. Odete,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

peço-lhe desculpa em nome de um Presidente eleito pelo meu Partido, peço-lhe imensa desculpa pela falta de educação e a má criadagem que aqui se está a passar mais uma vez. E Sr. Presidente, isto é intolerável, é intolerável, o senhor inventa coisinhas.

E portanto, se percebermos bem e despirmos aquilo que o senhor estava a dizer, o senhor está a inventar um caso político com base num fait diver da Lei, é um fait diver da interpretação do que quer dizer o parecer – veja lá o que o senhor disse. “É a sua leitura, não é a minha”, foi isto que o senhor disse à Dra. Ana Gonçalves. A Dra. Ana Gonçalves acha que cumpriu o seu despacho, o senhor acha que ela não cumpriu o seu despacho, e fazemos um caso destes em plena pandemia porque o senhor tem uma leitura diferente. Veja bem o delírio. Sr. Presidente, isto é a mais reles das interpretações e dos processos a que eu já pude assistir da sua parte. O senhor não tem problema nenhum em atirar para a lama o nome, o bom nome dos trabalhadores desta casa, dos Vereadores que têm vida profissional para além da sua – o único que não tem vida profissional é o senhor, todos os outros têm, e têm que a defender. E portanto, eu percebo que a si lhe seja fácil fazer essas manobras, não tem que defender nada, não há nada para defender. E portanto, Sr. Presidente, para mim o corolário disto tudo, do seu delírio – porque o senhor, quando fala muito, depois despista-se rápido – o corolário disto tudo é quando o senhor – e já todos o disseram – diz: “Os senhores não leem jornais? Não veem que nós já estamos a passar dos cinquenta mil para baixo?” Sr. Presidente, então um homem que tem responsabilidades há seis ou sete anos nesta Câmara, como Presidente de Câmara, que recebe uma Câmara com mais de cinquenta e cinco mil habitantes, que recebe uma Câmara a crescer, com boa saúde financeira, que recebe tudo isto, e acha normal, não tem responsabilidade nenhuma, seis ou sete anos depois ainda vir dizer: “Bem, vejam lá que, entretanto, os senhores já têm poucos lugares para concorrer.” O senhor não assume responsabilidade nenhuma sobre nada? O senhor é um caso de estudo, eu já lhe disse isto uma vez, pessoalmente, o senhor é um caso de estudo de um tipo que está cheio de poder, mas não assume poder em nada daquilo que não gosta. O senhor é a pessoa com mais responsabilidades, mas não assume responsabilidades por absolutamente nada, e ainda tem este desprazo de vir aqui dizer aos Srs. Vereadores que é bom que leiam os jornais, porque, entretanto, nós estamos como Porto de Mós, ou outro concelho aqui à volta, mais pequeno, sem perceber que o senhor é o responsável máximo da orientação dos destinos do nosso concelho.

E sabe o Sr. Presidente que as nossas discórdias sempre foram muitas, por causa desta sua avaliação casuística do trabalho municipal, que não é a minha. O senhor é um casuista, a coisa vai acontecendo, o senhor vai fazendo. A prova de que o senhor sabe pouco é que quando fala de investimento, fala de terrenos e metros quadrados vendidos. O senhor não faz ideia do que é que está a dizer, não faz ideia como é que se capta investimento, porque não conhece. O senhor nunca trabalhou, não sabe, não conhece nada. E depois, vem para aqui fazer aquilo que toda a vida fez, e que aprendeu com o seu amigo Feliciano Barreiras Duarte, que são estas canalhices. Isto é uma canalhice. O que o senhor veio fazer à Dra. Ana Gonçalves, que é uma pessoa de bem, trabalhadora, que eu conheço, e que ninguém aqui tem nada a apontar, nem o senhor, merecia muito mais consideração do que aquilo que o senhor lhe deu. Os Pombalenses que a elegeram, a ela,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

a mim, e a todos os elementos que eu estou a ver nesta Câmara, todos eles merecem respeito, Sr. Presidente, respeito, porque eles estão aqui a representar os Pombalenses. Eu posso discordar a vida toda da Dra. Odete, eu sou um social democrata, ela é uma socialista, mas eu não duvido que ela merece o mesmo respeito que eu mereço. E mais do que isso, os socialistas que votaram na Dra. Odete merecem ser representados, como os sociais democratas que votaram em mim. E isso é uma situação que o senhor não tem na cabeça, porque o senhor é moralmente corrompido, é uma pessoa moralmente corrompida, tem os valores trocados, Sr. Presidente, e acha que nos engana a todos. O senhor continua a achar que nos engana a todos, e que nos faz a todos por parvos, continua a achar isso. E eu sempre lhe disse que não faz, e que escusa de continuar com essa converseta. Quando o senhor diz que quando têm dívidas devem mandar as dívidas para a Câmara, Sr. Presidente, eu às vezes estou quinze dias ou um mês à espera de respostas suas. Como sabe, fui obrigado a mandar uma queixa para o Tribunal Administrativo para que o senhor me responda sobre atitudes suas e sobre a utilização de dinheiros da Câmara Municipal para efeitos pessoais, e estou à espera, porque para isso o senhor já não tem pressa. E para não falar da resposta que o seu Chefe de Gabinete dá aos Vereadores, quando lhe é solicitado, que é digna de um aluno da quarta classe.

Sr. Presidente, nós sabemos muito bem das coações que são feitas nesta Câmara, que o seu Chefe de Gabinete é o seu braço de ferro para cumprir estas suas ordens. Nós sabemos tudo isto. Infelizmente, Sr. Presidente, o senhor continua a gozar com a cara dos Vereadores e com a cara dos Pombalenses, e é por isso que o senhor tem, de facto, uma crise política, porque a provocou, porque a provocou na pior das alturas, para nos pôr a todos em cheque e reféns desta sua atitude. Mas, eu digo-lhe mais: eu não vou olhar a desgastes pessoais – porque nunca olhei – para defender os interesses dos Pombalenses, porque foi para isso que eu me candidatei, para defender os interesses dos Pombalenses. O senhor esquece-se que foi numa lista, o senhor não concorreu sozinho, e que tem várias obrigações para cumprir. E eu cá estarei, cá estarei. E eu acho que o senhor, de uma vez por todas, vai ter que perceber que estas pessoas que aqui estão são eleitas pelo povo Pombalense, e que o povo Pombalense merece muito mais respeito do que aquele que o senhor lhe está a mostrar hoje. O senhor não passa mais atestados de incompetência a ninguém, o senhor não volta – não volta – a atirar pessoalmente atoardas para cima de nenhum Vereador desta casa, porque o senhor tem a obrigação de liderar os destinos, não está aqui para acusar ninguém. E quem faz as perguntas aqui somos nós; quem faz as perguntas aqui somos nós. Portanto, o senhor tem que responder, tem que fazer o seu trabalho, e tem que estar cá pronto para em qualquer situação as coisas poderem correr de maneira diferente.

Sr. Presidente, esta Câmara vai ter várias questões para discutir daqui para a frente, eu acho que o senhor entrou – e volto a dizer – o senhor entrou num delírio que é altamente comprovado, é só ouvi-lo falar, ninguém duvida do delírio em que o senhor está mergulhado neste momento. E portanto, quando eu vejo um Presidente de Câmara atacar reiteradamente, sistematicamente, as pessoas com quem se relaciona, seja os Delegados de Saúde, seja as pessoas da educação, seja as pessoas do desporto, o senhor ataca toda a gente, nunca tem culpas de nada, ataca toda a gente, eu começo a ficar preocupado, Sr. Presidente, sobre estes seus delírios. E acho que a Câmara de Pombal deve e merece um



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

outro tipo de registo da sua parte. O senhor tem que mudar de atitude. E eu acho que esta altura em que nós estamos é uma altura péssima para o senhor fazer o que fez, é uma canalhice, volto a dizer-lhe, uma canalhice, e é uma situação em que o senhor acha que nos vai deixar reféns a todos de lhe poder continuar a dizer as coisas que sempre lhe dissemos, sem ser à frente das câmaras, porque o senhor disse, de mim, nem se pode queixar. Portanto, eu espero que este ponto final nesta situação o faça pensar no que é que está a acontecer.

E volto a acabar desta maneira, respondendo ali ao Eng.º Narciso Mota, que teve uma intervenção gentil para com todos: Sr. Engenheiro, duas semanas depois de o Sr. Presidente me tirar os pelouros, perguntou ao PSD quais é que eram as condições que eu tinha para voltar. Eu disse na altura o que vou dizer agora: com este senhor, a trabalhar desta maneira, não há condições para eu voltar à Câmara Municipal de Pombal, e recusei voltar a trabalhar com o Dr. Diogo Mateus, porque acima das vontades, acima daquilo que pode ser o exercício, está a hombridade, a legitimidade, e eu não me vendo. Eu não me vendo. E essa é uma diferença que nos separa, a mim e a ele, há muito tempo. E portanto, eu não queria deixar de lhe dar este recado, porque nunca o tinha dito aqui, mas eu recusei voltar. Eu recusei voltar, exatamente por isto, porque estas canalhices têm que acabar. E Pombal tem um potencial tremendo, tem gente com uma capacidade extraordinária, o nosso concelho está recheado de gente de valor por todo o lado, de todos os quadrantes políticos – de todos os quadrantes políticos – gente de muito valor, e que esta forma de atuar anda a destruir tudo aquilo que andámos a construir ao longo dos anos. E, Sr. Engenheiro, o senhor também é um dos grandes responsáveis pelo que de muito bom se construiu neste concelho.

E portanto, deixar esta última nota: Sr. Presidente, vamos enfrentar este assunto do Covid-19 com a seriedade com que o senhor não enfrentou até aqui, deixe-se destas questões, porque eu volto a dizer-lhe, o que o senhor está a dizer aqui, o senhor não tem bem noção das repercussões das coisas. Pode fazer um ar muito emproado, e achar que tem, mas não tem. E se o senhor continua com este tipo de atitudes, Sr. Presidente, eu acho que resta pouco espaço para não considerarmos que estes delírios começam a ser demasiado sérios para que possam ser ignorados – e já não é por mim, nem por todos aqueles que estão de fora; é por aqueles que o acompanham. Para mim, a discussão já está aí, já não tem nada a ver comigo, nem com os Vereadores que estão de fora; é com a rapaziada que está dentro. Não vale a pena, depois, dizer que não temos nada a ver com isto, atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Srs. Vereadores, muito obrigado pelos vossos depoimentos, pelas vossas opiniões. Eu creio que a proposta que o Dr. Michael aqui nos trouxe relativamente à autorização para realização de despesa nunca esteve em discussão, e portanto, eu nunca senti que essa fosse uma matéria em que não houvesse um conforto, até porque como bem sabem, o Plano de Emergência Municipal e a contingência do estado de emergência nacional, o acionamento do próprio Plano Distrital de Emergência e o plano nacional acabam por estabelecer um conjunto de capacidades de execução da despesa. De



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

qualquer forma, creio que não será preciso ter aqui nenhuma deliberação formal; se os senhores assim entenderem, eu não vejo nenhum impedimento em que isso não se faça. Mas, a questão não se coloca sob o ponto de vista, nem da legitimidade, nem sob o ponto de vista da autoridade, porque, no fundo, é uma situação que a Lei prevê.

Sobre a alteração orçamental, deixem-me dizer-vos também que, à partida, não será precisa, porque a não ser que haja alguma rubrica que precise de rever o Orçamento – e rever o Orçamento não é alterá-lo – essa está no Presidente da Câmara, e portanto, os mecanismos jurídicos para fazer despesa estão assegurados.

Dito isto, vamos passar ao período da ordem do dia, com o resumo diário de tesouraria.

Antes disso, eu acabei de receber a situação epidemiológica no Concelho de Pombal, remetida pela Autoridade de Saúde, de hoje, dia 27 de março, com dez cidadãos em vigilância ativa, cento e oitenta em vigilância passiva, vinte e cinco casos confirmados, e três óbitos. E estes casos confirmados são dezoito na Freguesia de Pombal, dois na Freguesia do Carriço (que, aliás, se mantêm), cinco na Freguesia da Ilha. São os casos que temos, que nos dá aqui um crescimento de cem por cento (100%) desde o dia de ontem, em que tínhamos doze casos.

Sr. Vereador Pedro Martins, faça favor.”

Pedro Martins (Vereador):

“Queria só apenas deixar aqui um reconhecimento aos nossos técnicos e aos nossos assistentes operacionais pelo excelente trabalho que têm feito na higienização dos nossos equipamentos municipais.

Queria também deixar aqui um reconhecimento ainda mais especial a uma equipa de assistentes operacionais que se voluntariou para fazer a higienização da área dedicada ao Covid, e que está em formação lá em baixo, no Pavilhão das Atividades Económicas.

E queria deixar aqui também a minha indignação por estarmos três horas e meia a falar de coisas que, no momento desta crise, nada importam. Por acaso, estando aqui no meu gabinete, ainda consegui ir fazendo algumas coisas que tenho que implementar à tarde, porque só ontem, às oito e meia da noite, é que o Centro de Saúde me indicou quais eram as sinaléticas para lá pôr em baixo. Por acaso, aqui no gabinete, sempre consegui produzir alguma coisa.

Queria só fazer um comentário ao nosso colega Vereador Pedro Brilhante, relativamente ao uso de dinheiros públicos por parte do Presidente. E a única coisa que eu acho estranho, Pedro, é por que é que falas agora. Se eu desconfiasse de uma coisa dessas, garanto que já cá não estava. Há um ditado popular que diz: “Tanto é ladrão o que vai à vinha, como o que fica à espera”. Ficaste à espera, eu é que ainda não vi as uvas. Mas, tu tiveste a atitude de ficar à espera. Percebeste?”

Pedro Brilhante (Vereador):

“Pedro, eu percebo que tenhas que estar a pagar o favor que te fizeram, mas, de facto...”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Vereador Pedro Brilhante, dá-me licença, antes de lhe passar a palavra? Eu sei que o senhor é o homem mais virtuoso nas análises de carácter das pessoas, e percebemos que o seu incómodo foi crescendo à medida que o seu rendimento da Câmara foi diminuindo, e todos nós compreendemos isto – aliás, é uma tendência muito normal, quando percebemos quais são os comportamentos dos Vereadores que deixam de o ser, tem acontecido em



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

todos os mandatos, é uma coisa clássica. E portanto, não me surpreende. Felizmente que o temos cá para nos explicar o que é que é a honra, o trabalho, a dignidade, o exemplo, a reputação profissional, porque, de facto, antes de o senhor nascer, nenhum de nós sabia isto, e o senhor, de facto, é um abençoado. Talvez seja um messias de que estávamos à espera, para ser aqui o purificador de tudo isto.

E portanto, dentro daquele espírito de contenção verbal e de educação, de elevação, que aqui há pouco veio dizer, pedindo até desculpa por ser mal educado, eu faço-lhe um apelo para que, de facto, dentro da sua alta capacidade de ser um cavalheiro – nem sempre previsível, é verdade – que use os mesmos termos que gosta que usem consigo com os restantes Vereadores.

Faça favor de usar da palavra.”

Pedro Brilhante (Vereador):

“Não há muito mais a dizer, as dúvidas são levantadas quanto temos acesso aos papéis, que eu ainda não tenho. E por isso, são dúvidas que eu tenho, que vou ver, e ainda bem que percebo que não há nenhum comentário, tal qual não houve às acusações que a Dra. Ana Gonçalves aqui proferiu relativamente a ameaças, nenhum desmentido. Estamos sempre na base do modelo, ou seja, o porquê, o quando, essas coisas. Portanto, não há muito mais a dizer, Sr. Presidente, podemos seguir. As situações falar-se-ão no seu tempo.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Como calcula, tenho muitas oportunidades para lhe poder responder, mas também lhe confesso que não tenho muita vontade de perder tempo consigo.”

2. Período da ordem do dia

2.1. Resumo diário da tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia 26 de março de 2020:

- Da conta do Município, que apresenta um saldo de 8.311.994,69 (oito milhões trezentos e onze mil novecentos e noventa e quatro euros e sessenta e nove cêntimos); e,
- Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo de 2.400.590,14 (dois milhões quatrocentos mil quinhentos e noventa euros e catorze cêntimos).

2.2. Pagamentos efetuados

O Senhor Presidente informou a Câmara que entre os dias 13 e 26 de março, corrente, inclusive, foram feitos:

- Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de €5.957.993,79 (cinco milhões novecentos e cinquenta e sete mil novecentos e noventa e três euros e setenta e nove



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

cêntimos); e,

- Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de € 176.371,99 (cento e setenta e seis mil trezentos e setenta e um euros e noventa e nove cêntimos).

A Câmara ficou inteirada.

2.3. Delegação de competências

2.3.1. Comunicação de atos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências

A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre os dias 13 e 26 de março, corrente, inclusive, foram praticados atos de acordo com as relações apresentadas pelos respetivos serviços e que se dão como reproduzidas, respeitantes a:

- 32 - licenças de obras particulares;
- 0 - alvarás de licença para destruição de revestimento vegetal; e,
- 0 - horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais.

A Câmara ficou inteirada.

2.4. Ratificação de atos praticados ao abrigo da delegação e subdelegação de competências

2.5. Obras Públicas e Fornecimento de Bens e Serviços

2.5.1. - Construção e Beneficiação de Zonas de Lazer e de Recreio (Parque de Aventura e Lazer de Albergaria dos Doze) - Proc. n.º 36/2018 / Receção provisória

Foi presente à reunião a informação n.º 88/DMOP/20, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 06/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Construção e Beneficiação de Zonas de Lazer e de Recreio (Parque de Aventura e Lazer de Albergaria dos Doze) - Proc. n.º 36/2018 / Receção provisória

1. Relativamente à empreitada mencionada em epígrafe, foi a mesma adjudicada à firma Socrinel – Sociedade Construtora Irmãos Neves, Lda., pelo valor de € 178.972,74 mais IVA, conforme deliberação tomada na reunião celebrada em 01/02/2019, pelo órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

2. Em cumprimento do n.º 1 do artigo 394.º do Código dos Contratos Públicos, procedeu-se à vistoria dos trabalhos da empreitada, resultando da mesma o auto de recepção provisória, nos termos do artigo 395.º do citado diploma, que se anexa e se submete a homologação do dono da obra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

À consideração de V. Exa."

Junto à informação encontra-se o auto de receção provisória, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a receção provisória da empreitada, nos termos propostos.

2.5.2. - Proc. N.º 03/2019 Reabilitação do Centro de Saúde do Louriçal / Extensão do C. de Saúde do Louriçal)

Foi presente à reunião a informação n.º 40/DOVM/20, da Divisão de Obras Públicas, datada de 02/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: PROC. N.º 03/2019 REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DO LOURIÇAL / EXTENSÃO DO C. DE SAÚDE DO LOURIÇAL)

Para os devidos efeitos informo V. Exa. que esta obra foi adjudicada à firma SOTEOL - SOCIEDADE DE TERRAPLANAGENS DO EOSTE, LDA., pelo valor de € 629.999,92 O CCP impõe no seu art.º 290-A, que todos os contratos se deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Assim encaminha-se para o órgão competente o relatório do gestor de contrato relativamente ao contrato desta empreitada, para análise e decisão."

Junto encontra-se o relatório supra referido, do qual constam, além do mais, as considerações finais que também se transcrevem:

"h) Considerações finais e propostas de atuação

Em função do relatado o gestor do contrato é da opinião que o desvio, apesar de significativo é recuperável se todos os intervenientes na obra forem uma equipa, assim sugere-se, por agora, que o empreiteiro seja notificado a apresentar um plano de trabalhos de recuperação, sugere-se também que sejam notificados os projetistas a responder às dúvidas, questões e pedidos de aprovações de materiais num prazo máximo de 5 dias após a receção do pedido de esclarecimento/aprovação de materiais. Existe um problema que o gestor reconhece como transversal a toda a atividade da construção, que é a falta de mão de obra qualificada (e não qualificada), sendo que para este problema nada tenho a sugerir, recinhecendo que poderá ser um dos problemas que poderão pesar no cumprimento do prazo da obra."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto nas considerações finais do relatório do gestor do contrato, supratranscritas.

2.5.3. - Substituição de caução - Processo 31/2018

Foi presente à reunião a informação n.º 14/SPN/20, da Secção de Património e Notariado, datada de 16/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Substituição de caução - Processo 31/2018

Exmo. Sr. Presidente de Câmara,

O processo n.º 31/2018 "Construção, Beneficiação e Reparação de Redes de Abastecimento de Águas (Reparação de rotura, aplicação/substituição de válvulas de seccionamento e execução de ramais de abastecimento de água no Concelho de



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Pombal)'' foi adjudicado por deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal celebrada em 23/11/2018, à sociedade SegmentoProvável – Serviços de Manutenção, Lda, pelo valor de € 195.180,00, conforme contrato de empreitada n.º 25/2018, que se anexa.

No âmbito do processo em apreço a sociedade SegmentoProvável – Serviços de Manutenção, Lda prestou, para efeitos de caução a retenção no montante de € 15.664,75 (auto n.ºs 1 a 9).

A empresa adjudicatária vem solicitar a substituição da quantia retida da empreitada, acima mencionada, pela apresentação de garantia bancária correspondente ao reforço de 10%.

Nos termos do n.º 1 do artigo 294.º do CCP, "o contraente público pode autorizar a substituição da caução que tenha sido prestada desde que fiquem salvaguardados os pagamentos já efetuados, sendo possível, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 90.º."

Atendendo a que, de acordo com o n.º 2 do artigo 294.º do CCP, a substituição da caução, não pode resultar na diminuição das garantias do contraente público, o adjudicatário deverá apresentar garantia bancária no montante das quantias retidas aquando dos pagamentos.

Nesta conformidade, e da conjugação do n.º 1 do artigo 36.º do CCP com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, sugere-se para efeitos do n.º 1 do artigo 294.º do CCP, que se despache o assunto à reunião de Câmara, no sentido de autorizar a substituição das quantias retidas pela apresentação de garantia bancária.

À Consideração Superior,"

A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a substituição da caução, nos termos da informação supratranscrita.

2.5.4. - Requalificação do Jardim das Laranjeiras - Proc. n.º 28/2019 / Receção Provisória

Foi presente à reunião a informação n.º 93/DMOP/20, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 16/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Requalificação do Jardim das Laranjeiras - Proc. n.º 28/2019 / Receção Provisória

1. Relativamente à empreitada mencionada em epígrafe, foi a mesma adjudicada à firma Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda., pelo valor de € 344.538,86 mais IVA, conforme deliberação tomada na reunião celebrada em 19/06/2019, pelo órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho). 2. Em cumprimento do n.º 1 do artigo 394.º do Código dos Contratos Públicos, procedeu-se à vistoria dos trabalhos da empreitada, resultando da mesma o auto de receção provisória, nos termos do artigo 395.º do citado diploma, que se anexa e se submete a homologação do dono da obra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

À consideração de V. Exa."

Junto à informação encontra-se o auto de receção provisória, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a receção provisória da empreitada, nos termos propostos.

2.5.5. - "Arranjos e Passeios da Sede Freguesia Alb Doze (Revitalização da Praça da Igreja Velha e do Largo Eng.º Guilherme Santos)" – Proc. N.º 02/2017 – Informação de trabalhos a menos

Foi presente à reunião a informação n.º 38/DOVM/20, da Divisão de Obras Públicas, datada de 17/02/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: "Arranjos e Passeios da Sede Freguesia Alb Doze (Revitalização da Praça da Igreja Velha e do Largo Eng.º Guilherme Santos)" – Proc. N.º 02/2017 – Informação de trabalhos a menos

Para os devidos efeitos informo V. Exa., em relação à obra em epígrafe, adjudicada à Firma Manuel da Conceição Antunes – Construções e Obras Públicas, S.A., pelo valor de 826.873,10€ o seguinte:

1. Durante a execução da obra chegou-se à conclusão que não havia necessidade de executar alguns dos trabalhos previstos, dando um valor global de trabalhos a menos de 12.399,83€, discriminados no mapa dos trabalhos que se anexa. Neste mapa há uma diferença de 0,02€ devido a arredondamentos, mas o valor que prevalece é o que está mencionado na informação.

2. Estes trabalhos a menos resultam de:

- Não foi necessário o acompanhamento da obra por parte de um Arqueólogo e Antropólogo;*
- Não foi necessário o fornecimento e aplicação de uma cabine telefónica na Praça da Igreja Velha;*
- Não se procedeu ao tratamento dos taludes da REFER com sementeira e plantação de árvores.*

3. Assim e em conformidade com o que foi resumidamente descrito nos pontos anteriores, o valor contabilístico de trabalhos a menos de 12.399,83€ apurado, corresponde a cerca de 1.50% do valor global da obra.

À consideração superior,"

Junto à informação encontra-se a lista de trabalhos a menos que se dá por integralmente reproduzida e que fica arquivada no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a menos, de acordo com a informação supra transcrita.

2.5.6. - Requalificação Urbana dos Governos - Vinagres – Proc. n.º 11/2017 / Revisão de preços provisória.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Foi presente à reunião a informação n.º 47/DOVM/20, da Divisão de Obras Públicas, datada de 13/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: REQUALIFICAÇÃO URBANA DOS GOVERNOS - VINAGRES – Proc. n.º 11/2017 / Revisão de preços provisória.

1. Relativamente à empreitada mencionada em epígrafe, adjudicada à firma Civibérica - Obras Civas, S.A., pelo valor de € 1.817.063,05, mais IVA, conforme deliberação tomada na reunião celebrada em 05 de maio de 2017, pelo órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho), foi efetuado o cálculo de revisão de preços que se anexa, no valor de 43.245,22 €, mais IVA, cálculo provisório, nos termos e para os efeitos referidos nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 06/2004, de 6 de Janeiro, bem como, no n.º 1 do Artigo 382.º do CCP.

2. Datas relevantes:

- Entrega das propostas – 13/04/2017*
- Mês de referência – Março/2017*
- Consignação / Comunicação de aprovação do PSS – 06-09-2017*

3. O prazo de execução é de 780 dias e a fórmula de revisão de preços definida no Caderno de Encargos é a tipo F 09 – Arranjos Exteriores.

4. Assim, caso V. Exa. o entenda, e porque a revisão de preços é uma obrigatoriedade decorrente do previsto no n.º 2, do Artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 06/2004, de 6 de Janeiro, n.º 1 do Artigo 382.º do CCP e no contrato da empreitada, encontra aí fundamento para o pagamento da citada revisão.

À consideração de V. Exa."

Michael António (Vereador):

"Relativamente a este ponto, Sr. Presidente, sabem que eu tenho feito várias intervenções relativamente a esta obra pública, e dizer o seguinte: eu fui ver a revisão de preços relativamente ao prazo pelo qual essa revisão de preços vem proposta, vem para os setecentos e oitenta dias que a obra tem de prazo aprovado. Isto para dizer o quê? A obra tinha um prazo inicial de quinhentos e quarenta dias, depois foi objeto de duas prorrogações solicitadas pelo empreiteiro, que foram aprovadas na Câmara (eu votei contra), e portanto, eu percebi que esta revisão de preços diz tão só respeito – e também não poderia ser de outra forma – aos tais setecentos e oitenta dias de prazo para a execução da obra aprovados.

A minha questão é a seguinte: eu, nas reuniões de 30 de outubro e de 22 de novembro, questioneei, nomeadamente o Sr. Vice-presidente, que tem o pelouro das obras públicas, relativamente à ausência de pedido por parte do empreiteiro de nova prorrogação. E o que sucede neste momento, desde 26 de outubro – consideradas as duas prorrogações de prazo, a empresa tinha que concluir a obra até 26 de outubro de 2019, e desde aí já passaram cento e cinquenta e três dias, à data de hoje, sem que a empresa adjudicatária que está a executar a obra tenha requerido sequer prorrogação de prazo. Eu já disse, já o afirmei, isto é uma situação que não dá respaldo nenhum à empresa



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

porque, neste momento, para todos os efeitos legais, continua a executar a obra sem qualquer autorização por parte da Câmara, desde o dia 26 de outubro de 2019.

O Sr. Vice-presidente, também nas duas referidas reuniões, de outubro e de novembro, aquilo que nos transmitiu numa primeira foi que o empreiteiro tinha dito que precisava de mais quinze dias, depois disse-nos – penso que vou ser correto e exato; se não o for, peço que me corrijam – do que eu me recordo, o Vereador Pedro Murtinho na altura disse que também já não considerava sequer as indicações que o empreiteiro lhe dava, e portanto, o melhor que tinha a fazer era esperar que a empresa efetivamente concluísse a obra.

Dito isto, para perguntar o quê? A si, Sr. Presidente, mas também ao Sr. Vice-presidente que tem o pelouro, como é que se vai desembrulhar esta embrulhada – passe a expressão – porque, volto a dizer, a empresa – eu vejo, porque me desloco ali, como sabem, com muita frequência, tenho lá familiares a viver naquela zona, eu vejo que a obra já está praticamente concluída, nomeadamente a EDP já procedeu à colocação das colunas e das luminárias, que de resto a IP – Iluminação Pública já está em funcionamento. E portanto, a pergunta que eu faço é: a empresa não pede prorrogação de prazo, não sei se a Câmara já notificou ou instou, e como é que pretendem resolver isto, porque, só para terminar, a obra tinha um prazo inicial de quinhentos e quarenta dias, e já vamos em novecentos e trinta e três dias de execução da referida obra.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“O Sr. Vereador Pedro Murtinho usará da palavra, se faz favor.”

Pedro Murtinho (Vereador):

“Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Vereador Michael António, eu vou, no fundo, repetir aquela que foi a resposta que já tive oportunidade de lhe dar na reunião do dia 20 de outubro, como na de 22 de novembro – como, aliás, no início do ano, em janeiro: a obra, ela está concluída; o que aconteceu em outubro foi que se fez uma vistoria para efeitos de receção provisória da obra, e todos os trabalhos que foram desenvolvidos depois dessa data foram trabalhos que foram identificados como necessários de ser corrigidos. A somar a isto havia uma intervenção – também já tive oportunidade de esclarecer a Câmara – esta obra tem um braço que liga a trabalhos que são necessários ser feitos por parte da EDP Distribuição no âmbito de um protocolo e no âmbito do contrato de concessão que temos com a EDP Distribuição, o que fez com que o atraso provocado pela colocação dos apoios, neste caso as colunas metálicas, que acabou por acontecer apenas no final da semana passada, acabou por atrasar algumas dessas correções que havia necessidade de serem cumpridas, e que, neste momento, no fundo, acabam por estar em execução final. Tive oportunidade de explicar ao Sr. Vereador também que as retificações que estavam por executar, e aqueles trabalhos que estavam por retificar, eram trabalhos essencialmente de correções de calçadas, que por força de indicação do empreiteiro, só as poderia executar, ou avançar com elas, depois de terminados todos os trabalhos correspondentes a execuções da EDP Distribuição.

E portanto, reafirmo aquilo que já tive oportunidade de aqui afirmar, de que a obra foi dada como concluída em outubro do ano passado, sendo certo que os trabalhos que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

foram executados ao longo deste tempo – é o período que anunciou há pouco – referem-se a trabalhos de correções que foram identificados no âmbito das vistorias de final de obra que foram feitas.

Portanto, é este o esclarecimento que devo prestar aos Srs. Vereadores.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Vereador, muito obrigado. Faça favor.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, muito brevemente. Sr. Vereador, de todas as intervenções que o senhor já fez até hoje, o senhor responde sempre a mesma coisa, mas nunca responde à minha pergunta. O que eu disse foi que a empresa não tem base legal para andar na obra, e o senhor não pode dizer que a obra foi dada como concluída em outubro, quando a empresa continua a trabalhar lá até hoje. E portanto, o que eu perguntei foi quando é que a empresa vai pedir prorrogação de prazo, e quando é que a Câmara vai tomar uma decisão. Neste momento, a empresa não tem autorização da Câmara, nem prazo prorrogado para andar em obra, é tão simples quanto isto. Eu sei que a pergunta é incómoda, Sr. Vereador, não vale a pena é estarmos sempre a responder e a explicar, estes trabalhos e aqueles, etc., porque eu também o fiz, e passo lá, o Sr. Vereador sabe que eu também sei. E portanto, a pergunta que eu deixo é esta. Eu sei que a obra correu muitíssimo mal, eu vou só dar um exemplo: se um dia destes houver lá um acidente de trabalho, o que é que o senhor vai fazer? É só um exemplo. A empresa não tem base legal para andar em obra. E portanto, a pergunta que eu deixo é esta – já sei que o senhor não me vai responder, mas tudo bem. Pronto, eu aguardarei para ver, depois, há de vir à reunião de Câmara a decisão final da receção provisória da obra, e do fecho financeiro, e do fecho da execução, etc., e depois nós falamos.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Sr. Vereador, deixe-me dizer-lhe que nós estamos num ponto sobre a revisão de preços provisória, e o senhor começou por fazer uma pergunta que se prendia precisamente sobre os prazos da empreitada e a contagem de prazos. Ora, aquilo que está a propor agora é que a Câmara, ao fazer uma prorrogação do prazo da empreitada, tenha ainda mais tempo para depois pagar a revisão de preços correspondente a uma responsabilidade que todos nós sabemos que tem sido sistematicamente assumida pelo empreiteiro. E portanto, a posição que temos é, das duas, uma: ou se trata de concluir a obra com a data de fecho que está estabelecida e as contas feitas a essa data, que é de outubro, ou se o senhor lhe conceder uma prorrogação de prazo, vai trazer o prazo para 2020 e para esta altura do ano, o que significa que dá todo o conforto ao empreiteiro para ele fazer o trabalho que devia ter feito no tempo devido, que não fez, e sossega esse problema, e depois traz à Câmara a extensão do valor da empreitada, porque vai ter que fazer uma revisão de preços que vai ter que ser puxada no tempo, muito mais para a atualidade do que a data que estava inicialmente prevista. E portanto, é entre estas duas datas e estas duas situações que nós temos que decidir.”

Michael António (Vereador):



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

“Desculpe corrigi-lo, o senhor já está a partir do pressuposto de que aprovaria uma nova prorrogação de prazo. A Câmara não tem que aprovar nova prorrogação de prazo nenhuma. A minha pergunta foi bem clara, há ali um vazio legal, isto é inédito. Eu não conheço obra pública nenhuma, Sr. Presidente, com o devido respeito, em que o empreiteiro continuasse em obra meses sem pedido de prorrogação, que é obrigação legal no âmbito do Código dos Contratos Públicos. E eu não digo isto para gáudio, sabe bem como é que tem sido a minha postura nas intervenções que faço relativamente a esta obra pública, de preocupação, entre outras coisas. E portanto, evidentemente que eu não quero que venha mais uma revisão de preços como esta, são quarenta e três mil euros (43.000€), se não me engano, de revisão de preços, porque como o senhor disse, e bem, ele não concluiu a obra no prazo em que devia ter concluído. Por acaso é uma revisão de preços positiva, também podia ser negativa, também podia correr a favor da Câmara.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Sr. Vereador.

Antes de passar a palavra aqui ao Sr. Vereador Pedro Murtinho, repare uma coisa: Sr. Vereador, nós não podemos concluir que pelo facto de ser feito um pedido de prorrogação de prazo, é automaticamente entendido para o empreiteiro como ele sendo deferido. Portanto, com ou sem pedido, enquanto ele não for decidido, a situação é exatamente a mesma. A diferença que aqui temos é que passa a ter um elemento no processo que lhe atesta que, efetivamente, há uma prorrogação de prazo, há um pedido em que havia um trabalho a ser executado, e que dá direito ao empreiteiro de poder vir a fazer revisão de preços.

Mas, vamos ouvir aqui o Sr. Vereador.”

Pedro Murtinho (Vereador):

“Sr. Vereador, eu compreendo a sua preocupação perante esta obra, mas deixe-me só esclarecer uma coisa, porque pode haver aqui alguma dúvida: se o senhor reparar – e vou-me cingir, então, aqui à proposta que nos é apresentada, que tem a ver com a revisão de preços desta obra – se o senhor verificar...”

Michael António (Vereador):

“Sr. Vereador, a revisão de preços eu percebi, são setecentos e oitenta dias, com prazo aprovado, está tudo bem, eu não disse o contrário. Eu perguntei pelo prazo.”

Pedro Murtinho (Vereador):

“Sr. Vereador, nos últimos autos pode verificar que a partir de junho de 2019, a revisão de preços é zero relativamente a esses mesmos autos. Porquê? Porque quando a Câmara aprovou nova prorrogação de prazo, entendíamos que havia uma responsabilidade clara do empreiteiro pelo atraso da obra, pelo que a prorrogação foi graciosa e não legal, daí que, repito, neste cálculo, a revisão de preços a partir de junho tem valor zero. E vou responder diretamente ao Sr. Vereador, dizendo-lhe que o prazo da obra terminou em outubro, e em outubro a obra era dada por concluída por parte do Município, ponto final. Como não podia deixar de ser, e depois de realizada a vistoria, o Município não aceitou receber a obra por haver trabalhos com inconformidades. Nestes termos, o empreiteiro tem neste momento a obrigação de



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

corrigir esses mesmos trabalhos de correção. Ponto final.”

A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Dr. Michael António do Partido NMPH, aprovar a revisão de preços, nos termos da informação supra transcrita.

2.6. Loteamentos

2.6.1. - Alteração à Licença de Operação de Loteamento – Expansão do Parque Industrial Manuel da Mota - Lotes F e G- Indumape - Industrialização de Fruta, S. A. e Ofipom - Comércio e Reparação de Máquinas Industriais, Lda.

Foi presente à reunião o parecer n.º1 do Departamento de Planeamento Urbanístico, referente ao requerimento n.º 1131/20 do processo de loteamento n.º 270/20(103.00), que a seguir se transcreve:

"Assunto: Alteração à Licença de Operação de Loteamento - Expansão do Parque Industrial Manuel da Mota - Lotes F e G

Preâmbulo:

- 1. Pretendem as requerentes promover uma alteração à licença da operação de loteamento acima identificada, a qual incide sobre os Lotes F e G, e consiste na alteração dos limites daqueles Lotes, passando pela redefinição dos limites entre eles, mantendo a mesma área.*
- 2. Foi entregue Levantamento topográfico referente aos lotes em causa, dando resposta ao solicitado no ofício de ref.ª 618/20(270/20-947/20)DU, de 05/03/2020.*

Enquadramento no PDM - Pombal

- 1. Considerando a 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, publicada sob o Aviso n.º 4945/2014, do Diário da República, II Série - n.º 71, de 10 de abril, na sua atual redação, os Lotes em causa encontram-se abrangidos por solo qualificado como Solo Urbano - Urbanizado: Espaço de Atividades Económicas e Espaço Verde – Espaço Industrial.*

Relativamente às servidões administrativas e restrições de utilidade pública, os Lotes em causa encontram-se condicionados parcialmente por Reserva Ecológica Nacional – Área com Risco de Erosão, e são atravessados por uma Infraestrutura de Transporte de energia elétrica - linha elétrica de média tensão.

De acordo com a proposta, não há qualquer alteração aos parâmetros de edificabilidade, apenas a redefinição dos limites dos Lotes em causa, conforme se pode observar na Planta de Síntese –Comparativa (folha 42 do processo).

Considerações Finais:

Face ao exposto, considera-se que as alterações propostas ao projeto de loteamento reúnem condições de ser aprovadas, nos termos apresentados.

Considerando que a alteração proposta se cinge à redefinição da configuração dos lotes F e G, interferindo apenas com o limite entre eles, mantendo-se todos os restantes pressupostos licenciados, e que a alteração é subscrita pelos proprietários de ambos os lotes, considera-se que a alteração poderá ser aprovada por simples deliberação da



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

câmara municipal, dispensando quaisquer outras formalidades, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 27.º, do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

De referir que o disposto no citado n.º 8, do artigo 27.º, prevê um regime simplificado para a aprovação das alterações que se traduzam na variação das áreas de implantação, de construção ou variação do número de fogos até 3%, com ou sem variação do n.º de lotes. Ora, se o preceituado naquele ponto admite a variação do número de lotes, por maioria de razão admitirá igualmente a alteração dos seus limites, desde que não se verifique a variação das áreas de implantação, de construção ou do número de fogos superior a 3%, o que é o caso em apreço, já que se mantêm os parâmetros urbanísticos definidos para cada um dos lotes.

Face ao exposto, sugere-se que o presente processo seja submetido ao órgão Câmara Municipal, para efeitos de aprovação, atento o disposto no n.º 8 do artigo 27.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, uma vez que a mesma se encontra dispensada do cumprimento de quaisquer outras formalidades."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração à licença de Operação de Loteamento, nos termos propostos na informação supratranscrita.

2.7. Obras Particulares

2.7.1. Licenças

2.7.1.1. - RR - Resinas, Lda

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 950/18(03.00) em nome de RR - Resinas, Lda., em que solicita licença para proceder à alteração de uma unidade industrial, incluindo a construção de novos edifícios e instalações de apoio, na Rua das Fábricas, no lugar de Cartaria, da União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze.

A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares, bem como aprovar as taxas devidas pela emissão do alvará de licença no montante de € 3.637,96 (três mil e seiscentos e trinta e sete euros e noventa e seis cêntimos).

2.7.2. Afastamentos

2.7.2.1. - Benvinda C. Gonçalves

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 811/18(03.00), em nome de Benvinda Cordeiro Gonçalves, referente à legalização de uma moradia unifamiliar, na Rua das Figueiras, n.º 11, no lugar de Barbas Novas, freguesia de Almagreira, deste Concelho.

A Câmara, face à informação da Divisão de Obras Particulares constante do processo e nos termos da alínea a) do n.º 3 do art.º 62.º do Regulamento



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Municipal de Urbanização e Edificação, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos afastamentos propostos.

2.7.2.2. - Deolinda N. Feijão

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1532/19(03.00), em nome de Deolinda Fernanda Nogueira Feijão, referente à construção de um muro de vedação, na Rua Direita, n.º 34, em Serrada Nova, limite do lugar de Charneca, da Freguesia e Concelho de Pombal.

A Câmara, face à informação da Divisão de Obras Particulares constante do processo e nos termos do n.º 4 do art.º 64.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos afastamentos propostos.

2.7.2.3. - Maria Emília C. Pereira

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 673/19(03.00), em nome de Maria Emília da Conceição Pereira, referente à legalização de obras de ampliação de um edifício de habitação unifamiliar e ampliação de um anexo, bem como para legalização de um muro de vedação, na Rua de Santo António, n.º 45, no lugar de Casal Lucas, freguesia de Vermoil, deste Concelho.

A Câmara, face à informação da Divisão de Obras Particulares constante do processo e nos termos da alínea a) do n.º 3 do art.º 62.º e n.º 4 do art.º 64.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos afastamentos propostos.

2.7.2.4. - Rui Manuel A. Gonçalves

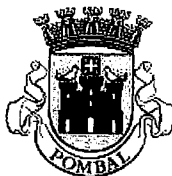
Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1070/17(03.00), em nome de Rui Manuel Alves Gonçalves, referente à legalização de um edifício destinado a arrumos de alfaias agrícolas e legalização de muros de vedação, na Travessa do Outeiro, no lugar de Vicente, freguesia e concelho de Pombal.

A Câmara, face à informação da Divisão de Obras Particulares constante do processo e nos termos do n.º 4 do art.º 64.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos afastamentos propostos.

2.7.2.5. - Frederico L. Mota

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 355/20(03.00), em nome de Frederico Luis da Mota, referente à legalização de alterações e ampliação de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, na Rua Principal, n.º 1, do lugar de Ranha de Baixo, freguesia concelho de Pombal.

A Câmara, face à informação da Divisão de Obras Particulares constante do



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

processo e nos termos da alínea a) do n.º 3 do art.º 62.º e n.º 4 do art.º 64.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos afastamentos propostos.

2.7.2.6. - Leonel J. Fernandes

Foi presente à reunião o processo de obras n.º 1442/19(03.00), em nome de Leonel Jerónimo Fernandes, referente à construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, na Rua Principal do lugar de Mancos, freguesia e concelho de Pombal.

A Câmara, face à informação da Divisão de Obras Particulares constante do processo e nos termos n.º 4 do art.º 64.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável aos afastamentos propostos.

2.7.3. Pedido de Informação Prévia

2.7.3.1. - Maria Olívia F. Freire

Foi presente à reunião o pedido de informação prévia a que se refere o processo n.º 932/19(01.00), em nome de Maria Olívia Fernandes Freire, para construção de um edifício de habitação coletiva com três pisos acima da cota de soleira, na Rua 31 de Janeiro, nesta Cidade de Pombal.

Junto encontra-se a informação n.º 5 da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de demolição do edifício existente e construção de um edifício para habitação coletiva com 3 pisos acima da cota de soleira.

O local da pretensão encontra-se totalmente abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Pombal (PDM), e insere-se em área classificada como Solo Urbano, na categoria de Espaço Central.

De acordo com a informação técnica n.º 4 de 09/03/2020 que se considera parte integrante do presente parecer, e considerando que:

- O uso proposto é admissível, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 99.º;*
- A edificação pretendida respeita os parâmetros urbanísticos máximos definidos para o nível de aglomerado urbano em que se insere constantes do quadro do n.º 2 do artigo 100.º do Regulamento do PDM, nomeadamente o índice de ocupação de 90%, o índice de utilização de 360%, a altura da fachada e o número de pisos acima da cota de soleira;*

Poderá a Câmara Municipal emitir parecer favorável e condicionado à operação urbanística pretendida.

Condicionalismos:



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

- *A operação urbanística a realizar deverá dar cumprimento às normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, particularmente o Regulamento do PDM de Pombal (nomeadamente as alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art. 12.º do RPDM / Zonas inundáveis e n.º 1 do artigo 137.º do PDM / estacionamento), o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (nomeadamente, a distância mínima entre fachadas de edificações nas quais existem vãos de compartimentos de habitação não poderá ser inferior a 10m, de acordo com o art. 60.º do RGEU), e o Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (nomeadamente o artigo 16.º do RMUE / Regime de propriedade horizontal).*

A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável condicionado à operação urbanística pretendida, de harmonia com a informação supra transcrita.

2.7.4. Isenção de Taxas

2.7.4.1. - Associação Banda Filarmónica Ilhense

Foi presente à reunião um requerimento da Banda Filarmónica Ilhense, em que é solicitada a isenção do pagamento das taxas devidas pela entrada do pedido de licenciamento de obras, destinado à legalização do seu edifício sede.

Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, do seguinte teor:

"Informo que o valor das taxas a cobrar, pela entrada do pedido de licenciamento de Obras de Edificação, requeridas por BANDA FILARMÓNICA ILHENSE, contribuinte n.º 501614362, relativamente a obras de legalização no edifício sede, sito na Rua da Capela de S. João, na localidade de Ilha, da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata mourisca, é de 77,00€ de acordo com a tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal."

A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a referida entidade do pagamento das taxas no montante de € 77,00 (setenta e sete euros).

2.7.5. Outros

2.7.5.1. - Vistoria a prédio sito na Av. Comendador Raul Tomé Fêteira, n.ºs 26 a 28, na Guia - União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca

Foi presente à reunião o auto de vistoria ao imóvel sito na Avenida Comendador Raul Tomé Feteira, n.ºs 26 e 28, na localidade da Guia, da União de Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca, deste Concelho, para verificação do seu estado de conservação, nos termos do artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, notificar o proprietário do teor do auto de vistoria e para proceder à realização de obras de conservação do imóvel



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

no prazo de 30 dias, conforme proposto pela Comissão de Vistorias.

2.7.5.2. - Vistoria a prédio sito na Rua das Soalheiras, localidade de Soalheiras - Freguesia de Vermoil

Foi presente à reunião novo auto de vistoria ao imóvel sito na Rua das Soalheiras, da freguesia de Vermoil, realizado para verificação da adequada realização das obras de demolição, limpeza e remoção do respetivo entulho, determinadas ao abrigo do n.º 3 do artigo 89.º do RJUE, tendo-se verificado que os trabalhos não foram devidamente concluídos.

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, notificar o proprietário do teor do auto de vistoria e para proceder à conclusão dos trabalhos de demolição, no prazo de 60 dias, conforme proposto pela Comissão de Vistorias.

2.8. Relatórios, Pareceres, Plano de Atividades, Orçamentos, Instrumentos Previsionais

2.8.1. - Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar - Projeto-Piloto EPIS - Relatório 2014/15-2018/19

Foi presente à reunião a informação n.º 90/UPE18/20, da Unidade de Projetos Educativos, datada de 09/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: PROGRAMA MUNICIPAL DE POTENCIAÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR - PROJETO-PILOTO EPIS - RELATÓRIO 2014/15-2018/19

Senhor Presidente,

Encontrando-se revista a versão preliminar do Relatório EPIS relativo ao período de implementação do projeto-piloto que decorreu entre os anos letivos 2014/15 e 2018/19, vimos solicitar a V. Ex^a. a devida análise e, caso assim o entenda, a divulgação junto do Executivo em próxima Reunião de Câmara e junto das entidades parceiras, em próxima reunião do Conselho Municipal da Educação.

Mais solicitamos a necessária autorização para posteriormente procedermos à sua publicação oficial, importando a respetiva maquetização / paginação e composição gráfica em 750 euros, de acordo com orçamento anexo.

À consideração superior,"

Junto encontra-se o relatório supra referido, o qual se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado nos serviços respetivos.

A Câmara tomou conhecimento.

2.9. Ação Social

2.9.1. - Prorrogação do Prazo de Candidatura ao Concurso Público para Atribuição de Habitações Sociais em Regime de Arrendamento Apoiado



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Foi presente à reunião a informação n.º 66/GAV/20, do Gabinete de Apoio aos Vereadores, datada de 17/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Prorrogação do Prazo de Candidatura ao Concurso Público para Atribuição de Habitações Sociais em Regime de Arrendamento Apoiado

Exmo. Senhor Presidente da Câmara,

Considerando as orientações e recomendações emanadas pela Direção Geral da Saúde e Organização Mundial da Saúde, decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 (Coronavírus);

Considerando o Plano de Contingência Interno do Município de Pombal, em que são adotadas diversas medidas visando a contenção e minimização das condições de propagação do COVID-19 nas instalações;

Considerando as mais recentes Medidas Extraordinárias de Contenção e Mitigação do COVID-19, aprovadas pelo Conselho de Ministros, em 12 de Março de 2020, que restringem o funcionamento de diversos serviços a matérias de carácter considerado urgente;

Considerando que, por deliberação do órgão Câmara Municipal, datada de 14 de Fevereiro de 2020, foi aprovada a abertura de concurso público para Atribuição de Habitações Sociais em Regime de Arrendamento Apoiado, a correr termos entre os dias 26 de Fevereiro e 8 de Abril de 2020;

Considerando a conjuntura atual e uma vez que já decorreu parte do prazo de candidatura, sob estas circunstâncias;

Afigura-se prudente, ante os condicionamento impostos aos serviços e as diretrizes da Direção Geral da Saúde, proceder à prorrogação do prazo de apresentação de candidaturas inicialmente previsto sugerindo-se a V. Ex.ª que proponha ao órgão Câmara Municipal que delibere no sentido de:

1 – Prorrogar o prazo para apresentação de candidatura ao concurso público para Atribuição de Habitações Sociais em Regime de Arrendamento Apoiado, até ao próximo dia 8 de Maio do corrente ano;

2 – Publicitar a referida prorrogação no Portal do Município e nos locais de estilo.

À consideração superior."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo para apresentação de candidaturas, nos termos do propostos na informação supratranscrita.

2.10. Propostas Diversas

2.10.1. - Carnaval na Cidade - Donativo Sumol+Compal

Foi presente à reunião a informação n.º 56/SE/20, da Secção de Educação, datada de 17/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Carnaval na Cidade - Donativo Sumol+Compal

Exmo. Sr. Presidente,

Como é do conhecimento de V. Ex.ª realizou-se, no passado dia 21 de fevereiro, o tradicional desfile de carnaval das escolas, que contou com a participação de 1700



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

foliões que animaram as ruas da cidade. Aos participantes foi oferecido um pequeno lanche, composto por uma peça de fruta, um pacote de bolachas e um sumo oferecido pela Sumol+Compal.

Assim, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, na sua atual redação, sugere-se que o órgão Câmara Municipal delibere no sentido de aceitar o donativo, da empresa supra citada, no valor de 270,92€ (duzentos e setenta euros e noventa e dois cêntimos).

À consideração superior."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a doação de sumos, no valor de € 270,92, efetuada pela Firma Sumol+Compal, de acordo com a informação supratranscrita.

2.11. Indemnizações e Compensações

2.11.1. - Diogo M. B. Oliveira - Pedido de Indemnização por Acidente Automóvel (Proc. n.º 16/PIAA/2019)

Foi presente à reunião a informação n.º 32/UJ/20, da Unidade Jurídica, datada de 23/03/2020, que a seguir se transcreve:

Assunto: Pedido de Indemnização por Acidente Automóvel (Proc. n.º 16/PIAA/2019)

REQUERENTE/LESADO: Diogo Manuel Bernardes Oliveira

DATA E LOCAL DO SINISTRO: 11 de agosto de 2019, na Rua de Santo António, via que liga a localidade de Salgueiro à localidade de Charneca da Redinha, freguesia de Pelariga e concelho de Pombal

VALOR PETICIONADO: € 537,95 (quinhentos e trinta e sete euros e noventa e cinco cêntimos)

Exm.º. Senhor Presidente,

O requerente Diogo Manuel Bernardes Oliveira, na sequência da notificação da deliberação do órgão Câmara Municipal, de 3 de janeiro de 2020, veio exercer o seu direito de audição, nos termos do disposto no Código do Procedimento Administrativo, alegando, em suma, que não concorda com a intenção do órgão Câmara Municipal de indeferir o pedido de indemnização por si formulado, em virtude de considerar que “o sinistro “(...)deveu-se única e exclusivamente ao estado da via, que se encontrava completamente esburacada, sem qualquer manutenção, originando danos na viatura”, sendo que “(...) o requerente circulava à velocidade recomendada, no entanto, face às características da via e face às obras ali existentes não lhe foi possível sequer desviar-se dos buracos;” (cf. excertos do requerimento apresentado c/ itálico n/).

Mais acrescentou que “(...) é da responsabilidade do Município a manutenção das estradas municipais, nomeadamente o dever de efetuar as reparações necessárias para que as mesmas sejam transitáveis por veículos automóveis, em condições de segurança” (cf. excerto do requerimento apresentado c/ itálico n/), pelo que conclui a sua exposição peticionando o deferimento do pedido de indemnização apresentado, no valor de € 537,95 (quinhentos e trinta e sete euros e noventa e cinco cêntimos).

Sucedem porém que os argumentos aduzidos não permitem ultrapassar as razões



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

subjacentes à tomada da deliberação do órgão Câmara Municipal em 3 de janeiro de 2020, uma vez que, em face das informações facultadas pelos serviços técnicos, continuam a não resultar quaisquer factos suscetíveis de preencher os pressupostos de que a lei faz depender a imputação de responsabilidade civil extracontratual.

Na verdade, o troço em referência, à data dos factos, era alvo de uma intervenção, encontrando-se a realização dos trabalhos devidamente sinalizada, conforme resulta, aliás, do Relatório de Serviço elaborado pela Guarda Nacional Republicana. Ora, consubstanciando aqueles trabalhos a efetiva manutenção e reparação corrente da via, no estrito cumprimento de atribuições municipais, não é sequer legítimo ao requerente alegar que a via se encontrava “completamente esburacada, sem qualquer manutenção”, quando a mesma era objeto de uma intervenção daquela natureza.

Em face de tudo o que se acaba de valorar — e tendo presente o vertido na informação sob a referência I- 000143/UJ/19, bem como no parecer jurídico anexo à mesma, que ora se dão por integralmente reproduzidos —, considera-se que inexistente a obrigação de indemnizar, pelo que se sugere que, caso V. Ex.^a assim o entenda, proponha ao órgão Câmara Municipal que delibere no sentido de:

a). Considerar como definitiva a decisão ínsita na deliberação de 3 de janeiro de 2020, que consubstancia o indeferimento do pedido de indemnização apresentado pelo requerente, e ainda

b). Notificar o requerente do teor da deliberação que traduz a decisão definitiva tomada pelo órgão Câmara Municipal, mediante envio de carta registada (registo simples) endereçada para a morada da mandatária com procuração junta ao processo.

À consideração superior,”

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- **Considerar como definitiva a decisão ínsita na deliberação de 3 de janeiro de 2020, que consubstancia o indeferimento do pedido de indemnização apresentado pelo requerente; e**
- **Notificar o requerente do teor da deliberação, nos termos da informação supra transcrita.**

2.12. Apoios

2.12.1. Apoios a Freguesias

2.12.1.1. - União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca -Parque Infantil da antiga Escola Primária da Mata Mourisca

Foi presente à reunião a informação n.º 105/DMOP/20, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 19/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Parque Infantil da antiga Escola Primária da Mata Mourisca

Face ao despacho de V.^a Ex.^a, informo que a União de Freguesias da Guia, Ilha e



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

Mata Mourisca, apresentou 3 propostas para requalificação do Parque Infantil da antiga escola primária da Mata Mourisca, compostas pelo seguinte equipamento:

1 mola coelho;

1 baloiço;

1 escorrega;

1 balança (geriátrico);

1 surf (geriátrico);

1 ponei (geriátrico);

1 leme geriátrico; 39 ml de lancil de betão boleado;

1 caixa de seixo. 1.º - A Firma Bricantel apresenta o valor de € 10.713,92 (IVA incluído);

2.º - Firma Bragmaia, Lda. apresenta o valor de € 10.836,30 (IVA incluído);

3.º - Firma Plasled, Lda. apresenta o valor de € 11.197,92 (IVA incluído).

Face ao valor e tendo em conta que o equipamento é equivalente nas três propostas, propõe-se que seja feito um protocolo com a União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, para a requalificação do Parque Infantil na antiga escola primária da Mata Mourisca, no valor de € 10.713,92 com IVA incluído, correspondente à proposta da firma Bricantel.

À consideração superior,"

Junto encontra-se a minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com a referida União de Freguesias, a qual se dá por reproduzida e fica arquivada junto ao processo.

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o apoio a atribuir à União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, no valor de € 10.713,92 (dez mil setecentos e treze euros e noventa e dois cêntimos), para o efeito.

2.12.2. Apoios a Entidades

2.12.2.1. - Apoio à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Guia - Minimizar despesas com obras de conservação na Capela do Seixo

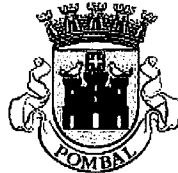
Foi presente à reunião a Proposta do Senhor Presidente n.º 548/2020, ínsita na informação n.º 149/GAP/20, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 11/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Apoio à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Guia - Minimizar despesas com obras de conservação na Capela do Seixo

A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Redinha necessita de proceder a obras de conservação na Capela do Seixo, designadamente lavagem e tratamento dos telhados, pinturas exteriores e reparação da torre da capela.

A Fábrica da Igreja efetuou consulta ao mercado, nos termos previstos na Norma de Controlo Interno em vigor no Município de Pombal, tendo obtido a proposta mais vantajosa no valor de 9.720€+IVA. Os serviços municipais confirmam a necessidade da intervenção, bem como a adequação do preço.

Considerando as competências da Câmara Municipal, nomeadamente "Deliberar



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras (...)" (cf. alínea o) do número 1 do Artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando manifesta necessidade da intervenção;

Considerando o apoio prestado pelo Município de Pombal às diversas instituições do concelho, de diferentes âmbitos, nomeadamente para a conservação do património;

Considerando a importância deste espaço para a comunidade local e para a freguesia:

Proponho a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 6.000€, à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Guia, para minimizar despesas com as obras de conservação na Capela do Seixo."

A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção da Vereadora do Partido Socilista, Dra. Odete Alves, com base na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, apoiar a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Guia, com um subsídio no valor de 6.000,00 € (seis mil euros), nos termos da proposta do Senhor Presidente, supratranscrita.

2.12.2.2. - Apoio à Fábrica da Igreja de Almagreira - Minimizar despesas com obras de requalificação da Capela de Santa Quitéria

Foi presente à reunião a Proposta do Senhor Presidente n.º 550/2020, ínsita na informação n.º 157/GAP/20, do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 16/03/2020, que a seguir se transcreve:

"Apoio à Fábrica da Igreja de Almagreira - Minimizar despesas com obras de requalificação da Capela de Santa Quitéria

A Fábrica da Igreja de Almagreira necessita de realizar obras de requalificação na Capela de Santa Quitéria (Barbas Novas), nomeadamente revestimento da torre, reparação do telhado e do piso exterior.

A Fábrica da Igreja realizou consulta ao mercado, nos termos previstos na Norma de Controlo Interno em vigor no Município, tendo obtido a proposta economicamente mais vantajosa no valor de 9.045,50€, considerado pela Divisão de Obras Públicas como dentro dos preços de mercado.

Considerando as competências da Câmara Municipal, nomeadamente "Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras (...)" (cf. alínea o) do número 1 do Artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando manifesta necessidade da intervenção;

Considerando o apoio prestado pelo Município de Pombal às diversas instituições do concelho, de diferentes âmbitos, nomeadamente para a conservação do património;

Considerando a importância deste espaço para a comunidade local e para a freguesia:

Proponho a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 6.000€, à Fábrica da Igreja de Almagreira, para minimizar as despesas com obras de requalificação da Capela de Santa Quitéria."



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção da Vereadora do Partido Socialista, Dra. Odete Alves, e com base na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, apoiar a Fábrica da Igreja de Almagreira, com um subsídio no valor de 6.000,00 € (seis mil euros), nos termos da proposta do Senhor Presidente, supratranscrita.

2.13. Intervenções Políticas

Presidente da Câmara Municipal:

“Vamos passar, então, à marcação das próximas reuniões de Câmara. Houve uma proposta do Sr. Vereador Pedro Brilhante para que as reuniões fossem realizadas às nove da noite, que eu não autorizo. E portanto, proponho que as próximas reuniões sejam feitas no dia 9 de abril, quinta-feira de manhã – é a quinta-feira antes da páscoa, quinta-feira santa – e no dia 24, sexta-feira, também de manhã. E portanto, ambas às nove e trinta.”

Pedro Brilhante (Vereador):

“Sr. Presidente, sobre essa sua apreciação, julgo não ter que lembrar um Presidente de Câmara que anda nisto há trinta anos que o senhor não tem que autorizar ou deixar de autorizar. Mas, com certeza que temos quinze dias para o voltar a lembrar desse facto, e de o senhor perceber que quem trabalha fora da Câmara tem algumas limitações que não lhe permitem ter a disponibilidade às nove e meia, durante o dia, situação que também lhe explicaremos com facilidade, também não tem problema.

A questão aqui, Sr. Presidente, não são os termos que não são corretos, não autoriza nem deixa de autorizar coisa nenhuma. A questão terá que ser discutida, pois bem, não terá problema, volto a lembrar, já lhe escrevi, o senhor recebe exatamente a mais para não ter que ter esses problemas – ou seja, o senhor recebe dinheiro para não ter horário de trabalho, e recebe bem, e pagamos todos dos nossos impostos. E portanto, lembrando-lhe só desse facto, temos quinze dias para lhe relembrar o que é que o senhor pode ou não pode autorizar, e bom, acho que depois teremos tempo para ir vendo essas situações, com toda a calma do mundo, ficamos temporariamente indicados assim, até à próxima reunião.

É só isso.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Sr. Vereador. Eu dava-lhe como recomendação – o senhor, que sabe tudo – para reler as competências do Presidente da Câmara, sublinhando-se a circunstância de que quem convoca – não convida, quem convoca – a reunião de Câmara é o Presidente da Câmara. Eu tenho por critério ouvir os Srs. Vereadores, procuramos compatibilizar as nossas agendas nesse sentido, e como o senhor bem sabe também – Sr. Vereador, não me interrompa, contenha-se – tem no seu regime jurídico também a possibilidade de fazer essa apresentação à sua entidade empregadora, que procurará conciliar, considerando que tem que respeitar também a condição de Vereador e de eleito local, como o senhor aqui tão bem sublinhou. E portanto, use também esse direito que tem junto da sua entidade para poder agilizar e cumprir, de facto, a missão que tem, até porque, como sabe, a Câmara tem sido bastante compreensiva pelas diversas vezes que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0009/CMP/20

27-03-2020

o senhor não tem hipótese de cá estar, sempre justificámos a falta. E portanto, vamos procurar continuar a ter também essa flexibilidade.

Portanto, as reuniões estão convocadas. Srs. Vereadores, muito obrigado pelos vossos contributos.

Faça favor.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, muito brevemente, tem a ver com a minha intervenção sobre o Covid-19. Eu gostava que ficasse consensual – e não sei se é unânime, mas pareceu-me que sim – no fundo, aquilo que eu propus foi que a Câmara, através dos serviços competentes, nomeadamente da ação social, que se inteirasse junto das IPSS's de duas coisas: necessidades logísticas e/ou dificuldades de tesouraria ou liquidez, para depois, quando tiver esse acervo dessa informação, nós ponderarmos as decisões que houver a tomar. Era só isto.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Sr. Vereador. Eu acho que a exposição de há pouco, da Dra. Ana Cabral, foi suficientemente extensiva. Deixe-me acrescentar-lhe que essas não são, nesta altura – serão sempre algumas dificuldades das instituições, mas essas não são as mais importantes. Confesso-lhe que nesta altura aquelas que me aparecem como mais importantes são a ausência de recursos humanos para poderem cumprir o conjunto das obrigações que derivavam, primeiro, de acabar o centro de dia e passarem a fazer apoio domiciliário, e segundo, de terem muitos colaboradores que possam não estar em condições, ou por quarentena preventiva, ou por quarentena decretada, ou por simples receio – justificadíssimo, aliás – de poderem acompanhar a sua entidade empregadora, porque não têm condições para exercer a sua atividade, e portanto, os recursos humanos são hoje uma das questões mais críticas para serem ultrapassadas. E portanto, vamos acrescentar tudo isso.

Portanto, julgo que ficou compreendido, esta sua intervenção final apenas o sublinha, mas ficamos todos perfeitamente esclarecidos dessa proposta, recomendação – que, aliás, vai ao encontro do que já tinha sido discutido e concluído na reunião extraordinária do dia 20 de março. Muito obrigado, de qualquer forma, pelo seu contributo.”

3. Aprovação por minuta

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata por minuta, para efeitos imediatos.

Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram catorze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu Clara Leitão redigi, subscrevo e vai ser assinada.

